





### **Conselho Editorial do selo E-Pomb@l**

Amon Santos Pinho (UFU)  
Ana Lúcia Simões Borges Fonseca (UFS)  
Antônio Carlos dos Santos (UFS)  
Antonio Ponciano Bezerra (UFS)  
Christine Vogel (Universidade de Vechta, Alemanha)  
Cristiana Lucas Silva (Universidade de Lisboa)  
Edmilson Menezes Santos (UFS)  
Edna Maria Matos Antonio (UFS)  
Elaine Maria Santos (UFS)  
Jean Pierre Chauvin (USP)  
Joana Balsa de Pinho (Universidade de Lisboa)  
Joaquim Tavares da Conceição (UFS)  
Jorge Carvalho do Nascimento (UFS)  
José Carlos de Araújo Silva (Universidade do Estado da Bahia)  
José Eduardo Franco (Cátedra de Estudos Globais / Universidade Aberta)  
Luiz Carlos Villalta (UFMG)  
Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (UFS)  
Mar Garcia (Universidade de Alicante, Espanha)  
Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro (UFS)  
Maria de Nazaré Sarges Nazaré (UFPA)  
Pablo Antonio Iglesias Magalhães (Universidade Federal do Oeste da Bahia)  
Paula Carreira (Universidade de Lisboa)  
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães (PUC-RIO)  
Ricardo Ventura (Universidade de Lisboa)  
Rita Aparecida Coelho Santos (UNEB)  
Rodrigo Belfort Gomes (UFS)  
Sandro Marcío Drumond Alves Marengo (UFS)  
Susana Alves-Jesus (Universidade de Lisboa)  
Thadeu Vinícius Souza Teles (UFS)  
Vera Lúcia Amaral Ferlini (USP)  
Vera Maria dos Santos (Universidade Tiradentes)



**Criação Editora**

### **CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes  
Christina Bielinski Ramalho  
Fábio Alves dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

*D. O. M. e  
L. Mag. ed.  
mundo de  
Governador, e  
que em vit  
ordenado  
porri as  
de Ang  
tal ju*

RENATA FERREIRA MUNHOZ

**AS CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS ENTRE  
A COROA PORTUGUESA E O MORGADO  
DE MATEUS, GOVERNADOR E CAPITÃO-  
GENERAL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO  
1765 - 1775**

THEYA



Criação Editora

Aracaju | 2023

Copyright 2023 by @ E-Pomb@l

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da  
Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico  
Adilma Menezes

Esse texto é fruto da Tese de Doutorado em Filologia e  
Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo, orientado pelo  
Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto e defendido em  
30/09/2015.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

M966c      Munhoz, Renata Ferreira.  
As correspondências oficiais entre a Coroa Portuguesa e o Morgado de Mateus, governador e capitão-general da Capitania de São Paulo (1765-1775) / Renata Ferreira Munhoz; Prefácio de Abel Rodrigues. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora; Lisboa : Theya, 2023.  
184 p. E-book PDF  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-8413-447-2

1. História da educação. 2. Marquês de Pombal. 3. Instrução elementar. 5. Reformas pombalinas. I. Título. II. Assunto. III Autor.

CDD 946.9  
CDU 94(469)

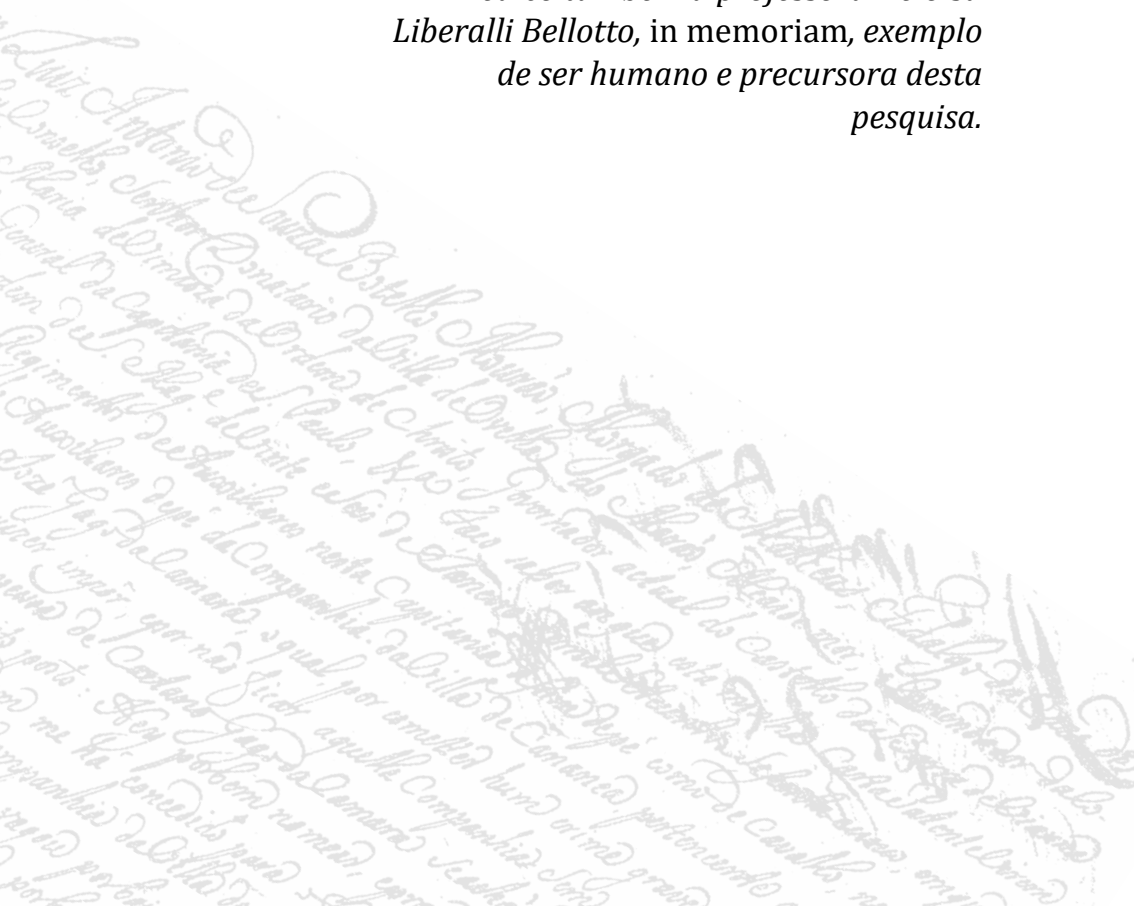
ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. História de Portugal.
2. História (Portugal).

*Construir um mosaico credível e fidedigno  
do funcionamento e das principais nuances da  
ação governativa colonial do século XVIII, vistos  
por um prisma novo, raro, peculiar e, certamente,  
fascinante  
(BELLOTTO, 2014, p. 402).*

*Dedico este trabalho ao meu pai,  
Francisco Lopes Munhoz, por ser minha  
referência de vida.*

*Dedico também à professora Heloísa  
Liberalli Bellotto, in memoriam, exemplo  
de ser humano e precursora desta  
pesquisa.*



## PREFÁCIO

Ação de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, 4<sup>o</sup> morgado de Mateus (1722-1798), como governador e capitão-general de São Paulo entre 1765 e 1775, constituiu-se como a força propulsora de uma época de florescimento político, econômico, social e cultural da capitania logo após a recuperação da sua autonomia face ao Rio de Janeiro, conforme demonstraram os trabalhos seminais de Heloísa Liberalli Bellotto (2007 (a)) e, mais recentemente, de Rui Vieira Nery (2012).

D. Luís António era um espírito do seu tempo, um iluminista, senhor de um saber eminentemente pragmático. A sua maneira de agir não se desvinculava da sua formação e da sua posição social – a fidalguia revelada pelo uso do Dom que lhe provinha da família materna. De caráter forte, tinha “um sentido de autoridade e hierarquia levado às raias do exagero, no qual a tenacidade em relação aos desafios caracterizar-se-á por uma coerência a toda a prova” (BELLOTTO, 2007(a), p. 215). Acrescia à disciplina e ao autoritarismo da formação militar, o moralismo e o ritual quotidiano da piedade, da religiosidade, que tantas evidências legou à posterioridade, desde logo a imponente capela da sua Casa de Mateus cuja conclusão supervisionou pessoalmente.

Na realidade, quando o morgado de Mateus desembarcou em São Paulo em 1766, no ano seguinte ao da sua nomeação, trouxe consigo a Europa Ilustrada movida pelas labaredas da Razão Iluminista que deveria ser aplicada a todos os domínios da vida huma-

na. O rigor, a perspicácia e a determinação que empregou na ação governativa – tão característicos da sua personalidade e que podem ser “lidos” no belo retrato que hoje orna a biblioteca da Casa de Mateus –, rapidamente deu frutos. Respeitando o *status quo* vigente, defendia um reformismo dimanado diretamente da cúpula do poder constituindo-se a si próprio como um executante da vontade régia, podendo aqui residir uma parte da explicação para o estabelecimento de vias infocomunicacionais diretas com a metrópole, à revelia do vice-rei marquês do Lavradio e que tanto despertaram a sua ira.

A sua faceta de militar refletia-se também numa certa dimensão de burocrata, de defensor de práticas administrativas coerentes e consistentes em prol do bem comum e que são bem evidentes quando, por exemplo, no exercício das suas funções, determinou o uso pelos escrevães da “Nova Escola para Ler, Aprender e Contar”, de Manuel de Figueiredo, obra destinada à preparação e à imitação caligráfica, e estará presente na elaboração de livros de compromissos de irmandades mineiras na segunda metade do século XVIII e inícios do seguinte<sup>1</sup>.

O extremo cuidado que colocava na elaboração de documentos oficiais e na organização, manutenção e salvaguarda do cartório da capitania e, naturalmente, dos seus próprios papéis pessoais – hoje dispersos por várias instituições, com especial destaque para a Fundação da Casa de Mateus, em Portugal –, deixam transparecer uma visão positiva, pragmática, de que a informação e os arquivos se constituíam (e se constituem...) como imprescindíveis instrumentos de gestão das instituições e dos indivíduos que os criam. Por esse motivo, mantinha o cartório quotidianamente atualizado e

1 MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna. [s.l.], Círculo de Leitores- Temas e Debates, pp. 300-332.



a salvo de eventuais perdas. Se outrora esses arquivos estiveram revestidos de uma dimensão administrativa e probatória, hoje constituem-se como pilares da Memória dos homens e dos seus múltiplos e concomitantes contextos. São um *locus* privilegiado de análise e verdadeiros observatórios de incontornável importância para o estudo das vivências, dos discursos, das práticas da governação, das relações humanas.

É sob um prisma inovador e complementar às análises historiográficas, baseado sobretudo na Filologia e na Linguística, que Renata Ferreira Munhoz aborda esta temática no estudo intitulado “As correspondências oficiais entre a Coroa portuguesa e o morgado de Mateus, Governador e Capitão-general da capitania de São Paulo - 1765-1775”, que em boa hora é dado à estampa.

Renata Munhoz é Pós-Doutora em Linguística pela USP desde 2017, mas vem, desde há quatorze anos, estudando a figura do Morgado de Mateus, primeiramente na sua dissertação de mestrado em Filologia e Língua Portuguesa, defendida em 2009, e, depois, no seu doutorado na mesma área defendido em 2015, de que este livro é uma síntese cuidadosamente revista e atualizada. A autora possui uma vasta experiência docente no Ensino Superior, Médio e Fundamental e tem também vindo a trabalhar com treinamento e mentoria na área de Comunicação, mas constitui-se, sobretudo, como uma investigadora experimentada com inúmeras e valiosas provas dadas.

Neste estudo, realizado a partir da transcrição semidiplomática dos documentos do arquivo da capitania e do arquivo pessoal e familiar do morgado de Mateus, a autora oferece-nos novas abordagens e interpretações do(s) discurso(s) e exercício do poder, permitindo identificar novas dinâmicas da ação governativa e contribuindo para o esclarecimento do seu impacto nas relações entre governo e governados. Para tal, a autora desen-

volveu intensivas pesquisas no Brasil e em Portugal, muito particularmente na Fundação da Casa de Mateus, que guarda uma parte importante do arquivo do governador de São Paulo, no sentido de construir e oferecer aos leitores pontos alternativos, diferentes ângulos de análise e observação de D. Luís António, do seu governo, de São Paulo e do Brasil nas suas relações com a metrópole, sempre enquadradas no necessário contexto histórico, social, político e cultural.

Recorrendo a um dispositivo epistemológico consistente, aliando com desenvoltura a heurística e a hermenêutica, Renata Munhoz demonstra uma notável capacidade de atualização ao nível da bibliografia brasileira e estrangeira na área da Filologia e disciplinas auxiliares, mas também da História. A profundidade das suas pesquisas e a destreza e rigor no manuseamento de fontes primárias, valorizados pela sua profundidade analítica são, aqui e ali, pontuados por lampejos de uma erudição que reclama, com suavidade mas inegável determinação, o necessário enquadramento institucional para poder se desenvolver e consolidar entre seus pares.

Paris, 29 de Setembro de 2022

***Abel Rodrigues***

Instituto de Estudos Medievais

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade nova de Lisboa

# APRESENTAÇÃO

Este livro aborda aspectos da circulação da correspondência administrativa oficial manuscrita trocada entre a metrópole portuguesa e a capitania de São Paulo no período pombalino, sobretudo entre 1765 e 1775, quando Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, doravante o Morgado de Mateus, atuou como Governador e Capitão-General. Trata-se de manuscritos chancelados tanto na administração colonial brasileira, quanto em Portugal, todos versando sobre a política pombalina no ultramar.

Como embasamento ao estudo dessa proffcua documentação, apresentam-se tópicos relevantes do contexto histórico e dos elementos dos manuscritos. Apoiou-se, para isso, na esteira dos estudos da Filologia e de suas ciências auxiliares. Intenciona-se, em primeira instância, garantir testemunhos confiáveis por meio da produção de lições fidedignas de manuscritos do passado. Para tanto, baseou-se no critério semidiplomático de transcrição, que consiste na reprodução exata da escrita registrada nos documentos. Isso porque a atualização da língua do período, seja do ponto de vista ortográfico ou de outras instâncias gramaticais, não autorizaria estudos de ordem linguística.

Somada à transcrição fidedigna dos manuscritos, que consiste na chamada “função substantiva da Filologia”, há a função adjetiva, com o estudo pormenorizado dos textos, e a transcendente, com a busca da compreensão da cultura do período histórico em que os manuscritos foram produzidos. Na esteira da função filológica transcendente<sup>1</sup>, foram

---

1 A função transcendente da Filologia, de acordo com Spina (1994, p. 83), visa a compreender a sociedade produtora do dado documento.

considerados aspectos da construção e estruturação documental em seu contexto histórico-social. Como o meio principal de comunicação entre as autoridades do governo, os manuscritos<sup>2</sup> podem ser considerados “tecidos”, em que, de acordo com Bourdieu (1983, p. 163), entrelaçam-se fatores das condições de sua produção, como o contexto histórico-social em que se instaurou e o relevo social de seus interlocutores.

Procurou-se seguir uma ordem didática na apresentação dos capítulos desta obra de forma a facilitar ao leitor a construção do cenário em que as correspondências ocorreram, bem como suas respectivas motivações, conforme se explica a seguir:

Após esta apresentação, o primeiro capítulo discorre sobre o surgimento da capitania de São Paulo e seu contexto histórico, que culminou com a nomeação do Morgado de Mateus como seu primeiro Governador e Capitão General.

No segundo capítulo, apresentam-se itens da biografia historiográfica do Secretário do Reino Português, o Marquês de Pombal, principal destinatário e correspondente entre o governo português e o Morgado de Mateus, que instalado na colônia, era o responsável por governar e administrar a capitania de São Paulo. Neste capítulo também se apontam elementos político-sociais implicados no momento cronológico da fase de dez anos do governo de Morgado de Mateus, em que “um novo panorama político, econômico e militar se descortinava para a cidade de São Paulo que novamente assumiria o posto de capital da capitania” (BORREGO, 2010, p. 34). Soma-se a esse quadro o relato do governo do Morgado de Mateus e o seu relacionamento com o seu principal interlocutor o Marquês de Pombal, a fim de demonstrar que, mesmo em documentação oficial, “esses ditos grandes homens da história também sentiram

---

2 Devido à proibição de produções impressas, as correspondências oficiais mantiveram-se manuscritas no Brasil colonial.

e manifestaram suas sensibilidades” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 36). A partir do discurso e da valoração dessas figuras históricas, autores da documentação estudada, e também do contexto histórico de sua produção, são analisados aspectos dos documentos e mencionados alguns elementos de sua circulação.

No capítulo terceiro, apresentam-se aspectos materiais da documentação produzida pelas Secretarias de Governo do Morgado de Mateus, em São Paulo, e da produção documental régia, a mando do Marquês de Pombal, em Portugal. Sendo assim, revelam-se características de cunho paleográfico, codicológico, e diplomático. Com uma visão peculiar sobre a importância da “arte de debuxar”, constata-se o fato de o Morgado de Mateus ter sido mais do que um homem que não tinha preguiça de escrever, nos dizeres de Taunay (1952) *apud* Torrão Filho (2007, p. 23). Sendo assim, os testemunhos autógrafos são proeminentes e revelam um governante extremamente habilidoso na prática da escrita, com traçado de letra modelar.

Após o estudo filológico, o capítulo 4 aborda temas de relevância para a documentação oficial do período. Prova-se, dessa maneira, que além da linguagem formulaica necessariamente empregada nos documentos manuscritos do período, há também um discurso livre oriundo da visão de mundo e interesses dos autores intelectuais. Esse texto livre pode ser considerado, portanto, passível de análises linguísticas, discursivas e históricas.

Mapeados os capítulos, reitera-se a proposta de ventilarem-se novos prismas da produção escrita no período da ação governativa do Capitão-General Morgado de Mateus em São Paulo.



# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| Prefácio.....  | 7   |
| Apresentação .....   | 11  |
| <br>   |     |
| 1 Contextualização do momento histórico .....  | 17  |
| A capitania de São Paulo .....   | 18  |
| A nomeação do Morgado de Mateus .....  | 19  |
| <br>   |     |
| 2 Aspectos biográficos do Morgado de Mateus e de seu<br>interlocutor, o Marquês de Pombal .....                              | 22  |
| O Marquês de Pombal (1699 – 1782) .....  | 22  |
| O Morgado de Mateus (1722-1798) .....  | 31  |
| Principais características do governo do Morgado de Mateus.....  | 50  |
| <br>   |     |
| 3 Os documentos manuscritos do período pombalino, produzidos<br>pela/para a Secretaria de Governo do Morgado de Mateus ..... | 57  |
| Caligrafia como “a arte de debuxar” .....  | 90  |
| As vias dos documentos .....   | 112 |
| Aspectos paleográficos .....   | 112 |
| Os manuscritos como elos de ligação na instância da vida privada.....  | 115 |
| <br>   |     |
| 4 Principais temas abordados nos documentos manuscritos .....  | 134 |
| Os inimigos da política pombalina .....  | 134 |
| A preguiça dos naturais como um entrave ao<br>desenvolvimento da colônia .....   | 142 |

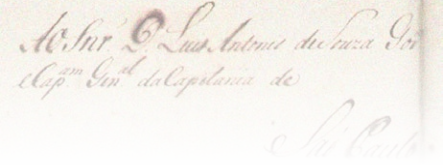
|                           |     |
|---------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 147 |
| BIBLIOGRAFIA .....        | 150 |
| 'Notas de fim' .....      | 157 |



## CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOMENTO HISTÓRICO

A fim de se reconstruir sucintamente o panorama social histórico pombalino, em que se situa o governo do Morgado de Mateus como pertinente ao período da colonização portuguesa no Brasil<sup>1</sup>, deve-se mencionar a influência ideológica do *Iluminismo* em suas diversas correntes. A ilustração cedeu elementos ideológicos aos governos absolutistas, tendo repercutido de maneira bastante peculiar no governo português de Dom José I. Embora se afirme que em Portugal do século XVIII “boa parte das ideias vinha do século XVII e só muito indiretamente ecoava aquilo que foi propriamente a cultura europeia das Luzes” (RAMOS, 2009, p. 357), há marcas evidentes do racionalismo iluminista nas políticas pombalinas. Dentre elas, destacam-se a expansão comercial e a dinamização das organizações burocráticas, mormente no que diz respeito ao gerenciamento dos domínios ultramarinos.

As críticas ao momento político de Portugal devem-se ao fato de o país ter permanecido como um Estado absolutista em que predominava “a aristocracia de mentalidade feudalizante” (FALCON, 1982, p. 173), no qual coexistiam o tradicionalismo antigo e as novidades das inúmeras reformas. Afirma-se, contudo, que a estagnação cultural portuguesa devia-se mais às questões de decadência

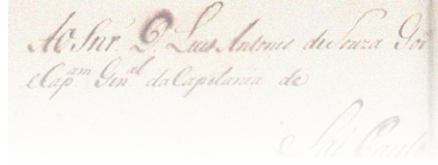


econômica, resultantes da crise do ouro brasileiro desde 1762, do que propriamente apenas ao absolutismo. Nesse contexto, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras e, posteriormente, o Marquês de Pombal, promoveu reformas com vistas à centralização do poder. Sendo assim, os limites geopolíticos na América<sup>2</sup> em sua divisão portuguesa e espanhola é um dos tópicos de imensa relevância nas correspondências. Ao lado das questões fronteiriças, os documentos administrativos ultramarinos abordavam os diversos problemas das colônias portuguesas, comumente atribuídos pelos governantes portugueses à cultura local marcada pelo jesuitismo, pela carência demográfica e pela economia pouco estruturada.

Em contrapartida, o governo local<sup>3</sup> empenhava-se pela ampliação territorial<sup>4</sup>, pelo incentivo à agricultura, pela militarização que protegesse o território de invasões estrangeiras e pelo fomento à política econômica capaz de garantir o pagamento de impostos e combater o contrabando.

## A CAPITANIA DE SÃO PAULO

A capitania de São Paulo remonta aos primórdios da capitania de São Vicente em 1532, dois anos depois de Martim Afonso de Sousa ter saído de Lisboa “com armada de navios, gente, armas, apetrechos de guerra e nobres povoadores, tudo à sua custa<sup>5</sup>” (LEME, 2004, p. 70). A capitania de São Vicente contemplava a região que seria a capitania de São Paulo, incluindo o que veio depois a ser Itanhaém, Santo Amaro e Santana. A “Vila de São Paulo de Piratininga” desvinculou-se da de São Vicente em 24 de janeiro de 1554 por ação dos jesuítas, que fundaram o Colégio de São Paulo. O território paulista sobreviveu no século XVII graças à exploração do



sertão por meio das expedições bandeirantes, que culminaram na descoberta do ouro na região de Minas Gerais, pertencente naquele período ao território de São Paulo. Em 1709, a região passou a se chamar “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”.

O desmembramento da região mineira no ano de 1720 encaminhou a extinção<sup>6</sup> da capitania de São Paulo, geradora de despesa a Portugal. As preocupações do governo português, que levaram à extinção da capitania em 1748 foram semelhantes às que conduziram, de maneira inversa, a necessidade de restauração do extinto governo. Às antigas questões econômicas somava-se a busca por outras fontes de renda com a decadência do ouro. Além do aspecto econômico, pesava a urgência de fortalecimento militar diante da impossibilidade da Capitania do Rio de Janeiro defender as fronteiras, especialmente contra os espanhóis devido à presença de Pedro de Cevallos<sup>7</sup> no Rio Grande do Sul. Essas demandas levaram o Vice-Rei, Conde da Cunha, a solicitar ao Reino a restauração da antiga Capitania de São Paulo. Por meio de um governo local seria possível servir-se da coragem dos paulistas e indígenas locais para expandir o território e explorar novos sertões. Tendo em vista essas possibilidades, a carta régia de 6 de janeiro de 1765 nomeava Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão a restaurar a antiga administração, assumindo como Governador e Capitão-General.

## **A NOMEAÇÃO DO MORGADO DE MATEUS**

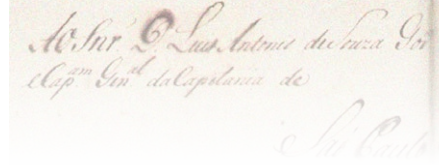
O Morgado de Mateus foi escolhido dentre fidalgos e nobres portugueses a deter o poder sobre as áreas legislativa, executiva e judiciária no ultramar, de modo a garantir a “unidade da filosofia administrativa” (BELLOTTO, 2014, p. 336) imposta pela Coroa

portuguesa. Essa escolha deveu-se pelos princípios<sup>8</sup> basilares à sociedade portuguesa no Antigo Regime: era alvo da confiança do Rei e demonstrava-se leal à monarquia, sendo assim considerado preparado técnica e moralmente a atuar como o representante do governo no ultramar. A capitania de São Paulo teve, portanto, sua autonomia restaurada pelo Decreto de 5 de janeiro de 1765<sup>9</sup>. Após a nomeação, o Morgado de Mateus recebeu pessoalmente em Lisboa instruções do Marquês de Pombal, por meio das Cartas Instrutivas.<sup>10</sup>

Dom Luís António partiu ao Brasil a 23 de Março de 1765 com 10 criados como sua “família”<sup>11</sup>. Após viagem tumultuada, tomou posse solene no dia 7 de abril de 1766.

Apesar de sua dedicação profissional, o Morgado de Mateus sentiu os indícios da decadência do sistema colonial. Por conseguinte, passou a demonstrar o descontentamento por “uma administração à distância e alienada de suas necessidades” (BELLOTTO, 1986, p. 278) como consequência da incoerência entre seus planos de governo e as ordenações do Reino. Assim, em sua gestão de dez anos, o Morgado de Mateus foi gradativamente se indispondo com as diretrizes da Coroa Portuguesa e, conseqüentemente, perdendo prestígio junto ao reino.

Em 23 de junho de 1775 escreveu um relatório<sup>12</sup> a seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, “do estado em que deixava os negócios da Capitania de São Paulo para que ele ficasse inteirado de tudo quanto ficava em suspenso ou pendente” (GUERRA, 1982, p. 17). O nível de detalhamento e a clareza com que aborda todos os aspectos discorridos nos 40 itens do relatório comprovam sua habilidade na comunicação escrita, bem como sua extrema dedicação ao cargo de governador.



Após a chegada de seu substituto, permaneceu por quase um ano no Rio de Janeiro tentando, em vão, comprovar seus méritos pelos serviços prestados. Nesse tempo, seu sucessor, que governou de 1775 a 1782, difamava o governo anterior. Apesar disso, os governantes posteriores a Martim Lopes Lobo de Saldanha retomaram os propósitos do Morgado de Mateus em busca do desenvolvimento da região.

Retornou ao reino destituído do cargo e sem título nobiliárquico decorrente da carreira militar a que tanto se devotara, sem elevação da patente. Somente como resultado de uma sindicância conseguiu em 13 de maio de 1791 o posto de Brigadeiro de Infantaria<sup>13</sup>.

# 2

## **ASPECTOS BIOGRÁFICOS DO MORGADO DE MATEUS E DE SEU INTERLOCUTOR, O MARQUÊS DE POMBAL**

Para melhor avaliar a importância da prática epistolar e sua consequente movimentação entre a colônia e Portugal apresentam-se, a seguir, alguns dados biográficos do Primeiro-Ministro português, o Marquês de Pombal, bem como do Morgado de Mateus.

### **O MARQUÊS DE POMBAL (1699 – 1782)**

Sebastião José de Carvalho e Melo foi condecorado em 15 de julho de 1759 com o título de “Conde de Oeiras” e, posteriormente, aos 71 anos de idade, “Marquês de Pombal”. Por conta dos títulos nobiliárquicos, modificou sua assinatura ao longo de sua carreira política, conforme figura:

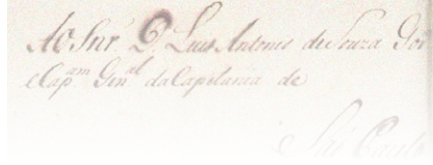


Figura 1: Assinaturas de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Sebastião José de Carvalho e Melo

Conde de Bexiga.

Marquês de Pombal

Pombal nasceu em Lisboa em 13 de maio de 1699, filho de nobres em decadência. Estudou Direito, História e Política em Coimbra, mas não concluiu os cursos. Por cursá-los, pode-se dizer que foi pelos cursos “modelado por esse mesmo ensino coimbrão, que mais tarde havia ruidosamente de condenar; [...] misto da boçalidade fradesca com o pedantismo académico” (AZEVEDO, 2009, p. 91). No serviço militar, serviu como cadete, mas também não se adaptou.

Em relação à vida pessoal, herdou em 1737 do tio Paulo de Carvalho um morgado com bens em Oeiras e em Sintra, de acordo com Azevedo (2009, p. 10). Aos 32 anos, casou-se com Dona Teresa de Noronha, viúva na ocasião, a quem raptou para com ela consorciar-se. Treze anos depois, com a morte da primeira esposa, casou-se em Viena com Dona Leonor Daun, de 24 anos, filha da dama da rainha Maria Ana de Áustria em dezembro de 1745. “O afecto recíproco dos cônjuges pronto desabrochou em prole, da qual os primeiros rebentos, um filho e uma filha, [...] Adão e Eva” (AZEVEDO, 2009, p. 58). Morou em Viena entre os anos de 1743 e

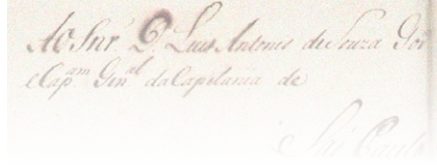
1748, mediando o conflito entre o Papa e a Rainha Maria Teresa da Hungria e da Boêmia. Retornou a Lisboa em 1749 e foi nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros em 1750, já no governo de Dom José. A partir de então, por quase 30 anos, governou ao lado do Rei, de posse de poderes absolutos adquiridos por ter assumido a reconstrução de Lisboa, transformando-a em uma cidade moderna após o terremoto<sup>14</sup> de 1755, “a maior catástrofe do século, com reflexos políticos, econômicos e culturais” (MACEDO, 1982, p. 18), sobre o qual “Sebastião José de Carvalho, em um dos seus próprios panegíricos, diz que morreram 45 mil pessoas pelo terremoto”<sup>15</sup>.

Sua vida profissional foi dividida por Macedo (1982, p. 12) em quatro fases, em função de suas preocupações públicas:

- 1<sup>a</sup> de 1699 a 1738: domínio da vida particular, com interesses de antigo fidalgo que buscava a ascensão na sociedade lisboeta;
- 2<sup>a</sup> de 1738 a 1749: fase diplomática, com missões em Londres e Viena;
- 3<sup>a</sup> de 1751 a 1777: principal fase, a governativa, em que dirigiu todos os negócios do país durante o reinado de Dom José;
- 4<sup>a</sup> de 1777 a 1782: exílio da corte até sua morte.

Foi, portanto, um diplomata e estadista que atuou como unitarista e déspota esclarecido, promotor de reformas com vistas a superar a crise nas mais diversas áreas do país: “Dom José I, ao chamar ao poder um gabinete diferente daquele que o seu pai deixara, revelava abertamente a intenção de resistir e tentar uma mudança que só podia ser o reforço do Estado” (MACEDO, 1982, p. 17). Segundo Mendonça (1982, p. 53), implantou o desenvolvimento





econômico e integrou linguística e politicamente o vasto território do Brasil. Em Portugal, dentre tantas realizações, reorganizou o comércio exterior, sobretudo em relação à Inglaterra<sup>16</sup>.

Tendo adquirido prestígio e poderes de comando que ultrapassavam os do próprio soberano, afirma-se que passou a defender “com violência a posição de mando que conquistou e durante mais de vinte e cinco anos a exerceu: de agosto de 1751 a fevereiro de 1777” (MACEDO, 1982, p. 13). Mesmo não tendo sido Rei, pertence ao grupo de “indivíduos singulares, e seu pequeno círculo de ajudantes, [responsável por] manter a sua dominação e de sua dinastia como soberanos absolutos, ou quase absolutos, sobre uma maioria esmagadora de súditos, por um longo período” (ELIAS, 2001, p. 29). Seu poder ultrapassou o do próprio Rei, fato que pode ser comprovado também por sua predominância como destinatário na correspondência ativa do Morgado de Mateus e autor na passiva. “Em meados de 1760, passou a ser o primeiro secretário de Estado a ser elevado à grandeza titular, ao ser então feito Conde de Oeiras.” (RAMOS, 2009, p. 370).

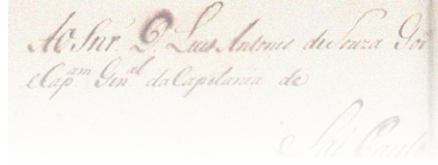
Assim consagrado, o Conde de Oeiras lidou com os problemas políticos do enfraquecimento do absolutismo e da consequente carência de organismos eficazes. Desses problemas, decorrem outros de ordem econômica, com a baixa dos rendimentos; social, com o aumento da nobreza, interessada no ultramar, e de pequenos mercadores; e cultural, com a busca do Estado por aspectos até então delegados à Igreja. Visando a mudanças políticas diante desse contexto político que se delineava desde 1740, segundo Macedo (1982, p. 18), empregou a política interna voltada a garantir a independência e a unidade na direção do Estado e as relações exteriores de reforço da aliança inglesa para manter Portugal em neutralidade na Europa.

O historiador Macedo (1982, p. 20) organiza o governo pombalino em outras quatro etapas:

- 1ª até 1760: problemas estaduais de organização comercial e de produção agrícola comerciável referente, sobretudo, ao vinho;
- 2ª de 1760 a 1764: problemas militares;
- 3ª de 1764 a 1770: em face da crise, reforça os privilégios mercantis com a cobrança de impostos;
- 4ª de 1770 a 1777: problemas na área da educação, por conta da expulsão dos jesuítas, e desenvolvimento da indústria.

Após a morte de Dom José I em 1777 e sua substituição pela filha Dona Maria I, o Marquês de Pombal foi destituído do cargo e condenado, acusado de corrupção em 1780, fato conhecido na História portuguesa como “a viradeira”. Do mesmo modo que o Morgado de Mateus, tentou defender-se em vão. Teve seus crimes perdoados publicamente pela Rainha em decorrência de seu estado de saúde e idade avançada, tendo de recolher-se a sua quinta em Pombal, até sua morte aos 83 anos, em 8 de maio de 1782. A declaração de sua culpa por abuso de poder e desvio de dinheiro público é aclamada pelos biógrafos contrários a sua atuação e considerado um desatino de Dona Maria I, a louca, por seus apoiadores.

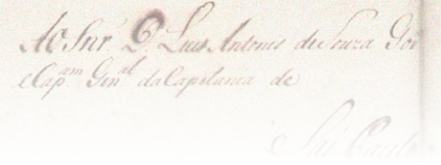
Por ter personificado esse longo período de governança estruturada, de que decorreram conseqüências decisivas ao reino e ao Brasil colonial, o Marques de Pombal assumiu incontestável valor histórico. Tornou-se, devido à sua personalidade e medidas políticas de vulto, uma das figuras históricas portuguesas mais controversas e carismáticas: “A figura e a ação de Sebastião José de



Carvalho e Melo têm dominado os estudos relativos ao século XVIII português [...] como se ele fosse constituído por três fases interligadas [...] : antes, durante e depois da intervenção pombalina.” (MACEDO, 1982, p. 9). Como personagem principal da política portuguesa do governo josefino, considerado “o valido” do Rei (RAMOS, 2009, p. 366), o Marquês de Pombal contou com elogios entusiasmados e, ao mesmo tempo, com críticas severas a sua atuação como o “ministro-chave” português, que, de acordo com Martins (2007, p. 3), instituiu reformas mais extensas a moldarem a organização política e administrativa portuguesa. Afinal, “a história-tribunal mostra a culpa ou o louvor, dicotomia historiográfica correspondente à essência do iluminismo [que] passou a constituir o tipo de interpretação histórica que nunca mais desapareceu sobre o governo e a personalidade de Pombal” (MACEDO, 1982, p. 10). Dessa forma, até os dias atuais, é considerado ora um admirável herói:

O marquês de Pombal enfrenta-as com decisão e, dentro do espírito do século XVIII, procura limitar o seu alcance pela criação de novos privilégios e precavendo contra os seus efeitos os grupos sociais que considerava básicos (os grandes mercadores, o funcionalismo e a nobreza cortesã) (MACEDO, 1982, p. 25).

Por ora é tido como um terrível vilão, sobretudo quando associado ao “As nódoas de sangue indeléveis na memória do Marquês de Pombal são bastantes. Não é preciso inventá-las. É até obrigatório delir da história as inúteis aleivosias que infamam Sebastião José de Carvalho, e andam na tradição favorecidas pela ignorância” (BRANCO, 2003, p. 99). As marcas a que se refere o autor são, so-



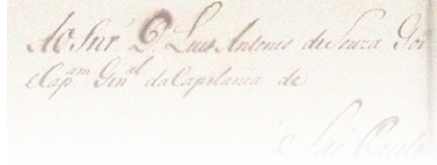
bretudo, as do suplício<sup>17</sup> do Padre jesuíta Gabriel Malagrida em setembro de 1761, enforcado e queimado como herege no Rossio, de acordo com Azevedo (2009, p. 93) e Ramos (2009, p. 371). Soma-se a isso a execução pública dos Távora.

Autor de “um protesto contra o entusiasmo dos propugnadores do Marquês de Pombal” (BRANCO, 2003, p. 12). Camilo Castelo Branco critica o personalismo de Pombal, a iniciar-se por sua titulação com que se autodenominava:

ministro e secretário do estado dos negócios do reino, inspetor-geral do real erário, e nele lugar-tenente junto à real pessoa de El-rei, alcaide-mor de Lamego, senhor donativo da vila de Oeiras, Carvalho e Cercosa e comendador das comendas de São Miguel das Três Minas e de Santa Marinha da Mata de lobos na ordem de Cristo (BRANCO, 2003, p. 48).

A contraposição das biografias laudatórias e difamatórias do Marques de Pombal pode proporcionar uma interessante análise discursiva, haja vista a ênfase dada a certas ocorrências em detrimento de outras e a construção argumentativa de cada uma das abordagens. O paradoxo das biografias escritas posteriormente deve-se aos posicionamentos já discordantes dos contemporâneos do Marques de Pombal. Demonstra-se isso por meio de duas obras do período. A primeira é uma oração gratulatória<sup>18</sup> apresentada em seu período de governo:

*Illustrissimo, e | Excellentissimo Senhor | Marques de Pombal | O zelo da Patria que de- | ve ser avirtude principal de quem se- | preza debom Cidadão, eos particula- | res benefi-*

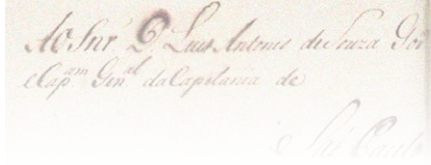


cios que aVossa Exce- | llencia devo, não constituem o unico  
 | motivo deste repetido obsequio que | lhe consagro. Aquele  
 amor since- | ro que huma ves concebi às sublimes | quali-  
 dades do animo, emerecimento | raro de VossaExcellencia |  
 desde que tenho a honra de o conhecer, | he oprimeiro movel  
 de huma acção, | com aqual satisfazendo aos mais, | menão  
 posso dezempenhar amim. | Tenho ajudado com os roucos  
 acentos da || [[da]] minha vós este gloriozo brado da |sua  
 respeitavel fama: mas como | VossaExcellencia não só a- |  
 vai cansando, porem vencendo, he pru- | dencia con-  
 ter os meus dezej os nosilen- | cio, erogar a Deos suscite hum  
 genio | proporcionado á elevação detaõ gran- | de Eroee. |  
 ALizonja tudo inverte, tu- | do desfigura: ecomo a ambição  
 seapro- | veita della para os seus interesses, ama- | Licia dos  
 animos confunde quazi sem- | pre elogios com adulação,  
 merecimentos | com poder, eaSinceridade dos obsequi- | os,  
 com as conveniencias dopremio. Ora, | bem que os talentos  
 pessoas deVossa | Excellencia, eos importantes ser- | viços  
 que aeste Reyno fás, meresguar- | dem datemeridade des-  
 tes pençamentos, pa || [[pa]]ra não deixar comtudo vestigio  
 al- | gum às suspeitozas interpetraçoens, | me rezolvi anaõ  
 agradecer de outro modo | os imensos favores que aVos-  
 saEx=| cellencia devo, senão encomendando| a Deos annual,  
 esolemnemente auti- | llissima conservação da sua precioza  
 | vida. | Quem mevir Senhor | Excellentissimo, ejuntamente  
 | aos mais prostrados diante dos Altares | recomendado á  
 Providencia o ampa- | ro desta Columna, em que Portugal  
 fe- | lizmente descança, ecom templar aomes- | mo tempo  
 aquella Divindade zeloz a | da pureza e reverencia do seu

culto, ea | quem ja mais escapaõ os occultos movi- | mentos  
denossos Coraçoes, hade não só | edificarse do exemplo,  
porem capacitarse do motivo.

A segunda obra, uma sátira<sup>19</sup> em forma de sonetos, atribuída  
ao período de sua condenação:

[35 recto] Soneto 69º - Foise oSer o Cruel, foi se o tirano |  
O Ministro da fereza, homemdanado, | quedas Furias in-  
fernaes alimentado | foi Herodes do Reino Luzitano. | Este  
bravo Leaõ, e Tigre Tirano, | tendo aFé já detodo abando-  
nado, | noCoração mostravao vilagrado, quando via esgotar  
o sanguehumano. | Porem, graças aoCeo, já respirâmos, | já  
estamos livres deste vil flagélo, | que há vinte esete annos  
aturâmos... || [178 recto] “Carta, que o Marques de Pombal  
escreveu a | seus Irmaõs Francisco Xavier deMendonça | Fur-  
tado, ePaulo deCarvalho eMendonça.” | | Irmaõs Francisco,  
ePaulo, VedeLá | Nos Infernos, aonde vos metti, | Sehum De-  
monio ajustaes, que venhaaqui: | ADespesado Erario saírá. |  
Hum amigo dos meus hequemedá | Huã Carta deempenho,  
queeu ali; | Eu não vou, que ainda não medespedi: | ACarta,  
quem vier, aLevará. | ACartahe paraNero; e nellesó | Confio,  
enelle ponho toda afé, | Que dehum seusimilhante hade ter  
dó. | Dos empenhos, quefaço, amaiorhe | Saber, quedizem Lá  
deFaraõ | Sefez mais do que Sebastiaõ Iozé. | | [178 verso]  
Resposta no Seguinte | Recebi huã Vossa, em que dizeis |  
Que não vindes, Oh quando me tardaes! | Vinde, vinde que ja  
dos Principaes | Licença paraentrareis achareis. | Estehorror  
sempiterno bemsabeis | Que pode ser maior emuito mais |



Eassim vos recomendo não partaes | Sem trazerdes com vosco as vossas Leys. | El Rey Minos já sabe quem vos sois | Elle diz, que sois Grande; assim o diz | Porque elle mui bem sabe o nome aos bóis. | Comelle meempenhei, comellefiz, | Que áporta vos receba, equedepois | Na mão vos metta a Vara de luiz.

Esses sonetos contra Pombal, comparam sua tirania com a de Nero, Herodes e Calígula, demonstrando todo o ódio e aversão a sua figura por parte dos portugueses que viveram seu governo. Ele seria o responsável por seus irmãos<sup>20</sup> estarem no inferno, onde também seria aguardado.

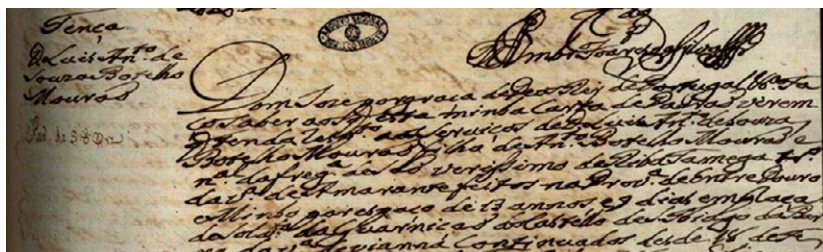
Contrapõem-se a essas críticas tenazes as manifestações de júbilo, em favor da vida do Marquês de Pombal, como a oração gratulatória apresentada anteriormente, redigida em 48 páginas sobre sua respeitável fama. Por meio desses dois exemplos de cunho artístico e a menção das biografias atreladas aos dois polos acerca dessa figura histórica, comprova-se a polêmica sobre sua imagem que perdura até a atualidade.

## **O MORGADO DE MATEUS (1722–1798)**

Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão nasceu no dia 21 de Fevereiro de 1722, no solar da quinta dos Moreleiros, em Amaranthe. Filho de Dona Joana Maria de Sousa Mascarenhas e Queirós (1695-1723) e de António José Botelho Mourão (1688-1746), terceiro Morgado de Mateus e fidalgo da Casa Real. Suas origens podem ser confirmadas em um registro acerca do recebimento de uma pensão<sup>21</sup>.

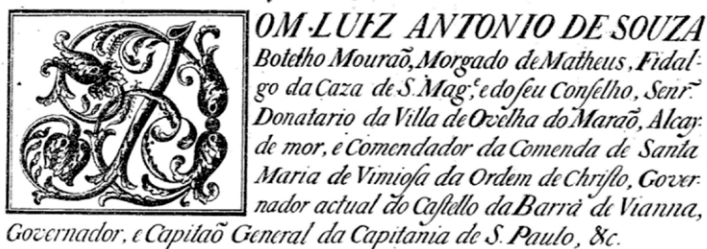
Ar. Sur. D. Lus Antonio de Souza  
Cap. Gen. da Capitania de S. Paulo

Figura 2: Registro da tença<sup>22</sup> a favor do Morgado de Mateus.

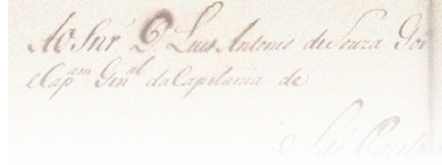


Com a morte da mãe, seu pai delegou sua criação aos avós maternos, Dona Bárbara Mascarenhas e Dom Luís António de Souza. Dessa maneira, segundo Bellotto (2007a, p. 22), teve sua formação até os 23 anos no Castelo de Viana, com fortes influências militares de seu avô, Governador do Castelo de São Tiago da Barra de Viana. Consta ter demonstrado, desde jovem, tendências à lógica e estratégia, com aptidão para desenho e Geometria. Recebeu, por consequência, diversas mercês e títulos<sup>23</sup>, como “Familiar do Santo Ofício” em 9 de janeiro de 1749; “Fidalgo Cavaleiro da Casa Real”, em 18 de abril de 1749; “Cavaleiro da Ordem de Cristo do Convento de Tomar”, em 12 de agosto de 1751; “Senhorio da Honra de Ovelha”, em 3 de setembro de 1756; “Comenda de Santa Maria e Vermiosa”, em 15 de janeiro de 1758.

Figura 3: Títulos<sup>24</sup> de Dom Luís António.







O direito ao uso de “Dom” antecedendo o nome de batismo foi concedido em homenagem aos serviços de seu avô, de acordo com Guerra (1982, p. 6). E o tratamento de “Senhoria” deveu-se aos serviços de seu pai. Da mercê da “Comenda de Santa Maria e Vermiosa” derivou a manutenção do sobrenome “Sousa”, de acordo com Moura (2002, p. 29), mantido pelos descendentes até a atualidade.

A pintura em óleo sobre tela em que Dom Luís António é retratado de corpo inteiro, ainda hoje permanece afixado na parede da biblioteca da Casa de Mateus.

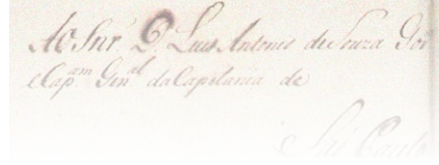
O retrato mostra uma personagem entre os quarenta e os cinquenta anos, de fisionomia entre o afável e o severo, com ar afirmado de experiência da vida e da corte e um leve rictus de cepticismo na expressão. Seu único atavio no trajar é a cruz da Ordem de Cristo que traz no peito (MOURA, 2002, p. 31).

Figura 4: Retrato<sup>25</sup> de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão.



Contou com a posição militar de “Mestre de Campo do Terço de Panafiel e Baião” no Porto, desde 15 de julho de 1749. Em 10 de Outubro de 1762 foi promovido a “Coronel da Infantaria do 2º Batalhão de Bragança”. Foi nesse posto que, no mesmo ano, comandando um corpo militar pequeno em relação ao inimigo, impediu o avanço de tropas espanholas no Porto, por Bragança, conforme detalhado<sup>26</sup> a seguir:

Foi o mesmo General Dom Luiz António de Souza o qual sendo Mestre de Campo do *terceiro* de Auxiliares de Penafiel e Bayrão do Destricto do Porto, achando-se tomadas na Provincia de Tras os Montes as Praças de Miranda, Bragança, Chaves, e Villa Real ocupada por hum destacamento de 200 cavaleiros e mil Infantes ás Ordens do Coronel Alexandre Orelli, que depois foi Governador da Habana, se rezolveo a entrar na Provincia passando o Marão com 800 homens do seu terceiro, e com a noticia da sua marcha dezamparou Alexandre Orelli Villa Real, e o dito Dom Luiz Antonio entrou nella a \_\_ de Junho de 1762, e tomando as passagens do Homezio, e Rio Tua se conservou 13 dias sem poder ser atacado por onze mil homens que se achavão em Chaves ás ordens do Marquez de Savalhos General, e por dito mil homens que se achavão em Mirandella as ordens do Marquez de Tremanes. E deu, com esta deligencia tempo com que chegasse de Thomar o Marquez de Marialva com as nossas Tropas, e lhe seguroo a passagem do Pezo da Regoa para poder passar o Douro, e entrar na Provincia, que logo abandonou o Marquez de Sarria com todo o Exercito Castelhanao.



Essa vitória, segundo Guerra (1982, p. 11), fez com que Dom Luís António tivesse sua competência reconhecida e premiada em 17 de junho de 1764, com a nomeação para o cargo de “Governador do Castelo da Barra de Viana da Foz do Lima”<sup>27</sup>:

Attendendo ao merecimento e Serviço de Dom Luis | Antonio de Souza Coronel de Infantaria: Hey por | bem nomealo Governador do Castelo de Vianna. O | Concelho de Guerra o tenha assim entendido, e faça expe- | dir os despachos necessarios. Palacio de Nossa Senhora da | Ajuda a Sette de Junho de mil Settecentos Sessenta e quatro. | Rey

Desde a morte do pai, em 1746, mudara-se para Vila Real, a fim de assumir a direção da Casa de Mateus de que era herdeiro. Deriva dessa herança o cognome “Morgado de Mateus”, com o qual entrou para a História. O título “Morgado” designava o possuidor de um “morgadio”, forma de organização familiar que mantinha o patrimônio senhorial de forma indivisível. Por morte do seu titular, transmitiam-se os bens, nas mesmas condições, ao descendente varão primogênito. Sendo assim, Dom Luís António fora o quarto Morgado de Mateus, sucedido por seu filho primogênito, Dom José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos<sup>28</sup> (1758-1825). A lei dos “Morgados Regulares”, instituída no governo de Dom José I, previa direito a outras pessoas, como a bastardos, desde que expressa em vida pelos administradores. De acordo com Silva (2005, p. 122), nos morgados, os bens vinculados davam um

rendimento ao administrador, do qual eram retirados os encargos pios, em geral para missas. No caso das capelas, havia uma quantia fixa de lucro e o restante era todo gasto em missas ou em outras obras pias<sup>29</sup>.

No caso do Morgadio de Mateus, localizado a cinco quilômetros e meio de Vila Real, Trás-os-Montes, o morgadio fora instituído e vinculado à Capela de Nossa Senhora dos Prazeres em 5 de dezembro de 1641, conforme Moura (2002, p. 9), pelo Licenciado António Álvares Mourão e sua esposa, Dona Helena Álvares Mourão. Os pais do Licenciado, Cristóvão Álvares e D. Maria Gonçalves já moravam no local desde 1577. No entanto, quem consolidou o patrimônio do Morgadio por doações e heranças foi o casal Dr. Matias Álvares Mourão de Aguiar e sua prima e esposa, Dona Maria Coelho. Falecido em 1675, o Desembargador Matias Álvares designou Dona Maria Coelho como herdeira universal dos bens. Desse modo, a herdeira, conhecida como “a Velha”, foi a primeira administradora da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres e instituidora do morgadio até seu falecimento em 1696.

Produto de inúmeras gerações, a construção atual do Palácio de Mateus conta com “nítida influência da gramática decorativa de Nicolau Nasoni” (MOURA, 2002, p. 19). A obra arquitetônica começou, segundo Albuquerque (2005, p. 18), no primeiro quartel do século XVIII, em substituição à casa da família do século XVII ainda com o terceiro Morgado. Foi finalizada por Dom Luís António, com a inauguração da nova Capela em 1759, obra do Mestre José Álvares Rego, que aproveitou o teto e o altar da antiga.

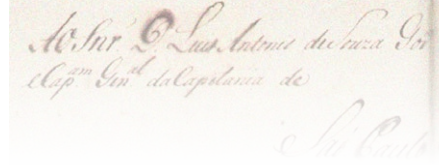


Figura 5: Cúpula da Capela da Casa de Mateus<sup>30</sup>.



Em 1911, a Casa de Mateus foi classificada como Monumento Nacional por ser uma das mais nobres residências portuguesas, a dos Condes de Vila Real. Trata-se de uma construção em forma retangular, estruturada em dois corpos laterais ligados por duas alas perpendiculares<sup>31</sup>. Conceituada por Cunha et al (2011, p. 203) como o modelo do que eram as “grandes casas” no século XVIII, a Casa de Mateus é tida como a expressão paradigmática da arquitetura barroca civil portuguesa. Seu destaque arquitetônico revela uma força simbólica que impressiona a todos os que visitam

a mais característica e imponente casa solarenga [do] paiz [...] o velho palacio de Matheus, tão severo e tão nobre nas suas grandes linhas architecturaes, rodeiado e mascarado em parte por uma vegetação soberba [...] dir-se-hia que qualquer ignorada força sobrenatural o protege, e que o abraça ciosamente na sua opulenta cinta verde a mesma alma da Solidão. (BOTELHO, 1902, p. 613).

Figura 6: Fachada principal do Palácio de Mateus<sup>32</sup>.

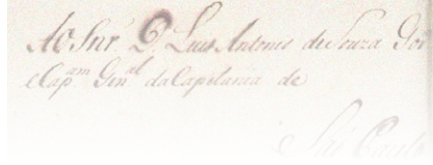


Figura 7: Vistas dos jardins da Casa de Mateus.



Herdeiro desse Morgadio, Dom Luís António, com o apoio da esposa, Dona Leonor, atuou como o quarto Morgado de Mateus, administrando todos os bens referentes ao morgadio em Mateus, além da Capela de Nossa Senhora da Esperança, na Cumieira, dos bens da Casa de Sabrosa e dos de Vila Pouca, Lago Bom e Bornes. Administraram, ainda, os Morgadios de Moroleiros e dos Queirós em Amarante<sup>33</sup>. Com tamanho patrimônio, souberam conduzir com maestria os negócios da Casa, de que se serviam como meio de estabelecerem-se socialmente. Afinal, no

*Ancien Régime*, os arranjos de bom gosto da casa e dos jardins, a decoração mais elegante ou mais íntima de seus quartos de acordo com a moda e a convenção social, ou as relações diferenciadas e bastante solicitadas entre marido e mulher, não eram apenas prazeres de que este ou aquele in-



divíduo usufruía, mas exigências cruciais da vida social. Conformar-se a isso era a condição prévia para ser considerado pela sociedade, para o êxito social que ocupava o lugar do nosso êxito profissional. (ELIAS, 2001, p. 129).

Como os principais produtores de vinhos da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*<sup>34</sup>, o casal trabalhava de maneira rigorosa e obstinada, seguindo a perspectiva iluminista do progresso, sobretudo em relação à organização dos documentos. Segundo Guerra (1982, p. 9), Dom Luís António escreveu o “Regulamento e Estatuto dos Criados da Casa de Mateus” e mandou organizar o livro para a matrícula desses empregados. Esse material encontra-se ainda no Arquivo da Casa de Mateus.

Para atender a uma lei de confirmação dos Morgados em 1772, Dona Leonor colocou todos os títulos em uma bolsa e a enviou a Lisboa. Como a bolsa foi roubada, teve de coletar novamente todas as confirmações de todos os bens pertencentes à Casa de Mateus, o que permitiu implementação e reorganização do cartório pessoal.

Já em meados do século XVIII, alguns homens ilustrados criticavam a existência dos morgados. De acordo com Silva, (1998, p. 65), um exemplo disso foi Luís dos Santos Vilhena, para quem a vinculação de bens de nada servia mais do que roubar à humanidade os meios de subsistência. Nessa visão, em 1863 há o fim dos morgados e o Arquivo, derivado do “cartório” de Dom Luís António, a partir de então, torna-se o instrumento de gestão da Casa até 1940.



Figura 8: Atual Biblioteca<sup>35</sup> da Casa de Mateus.

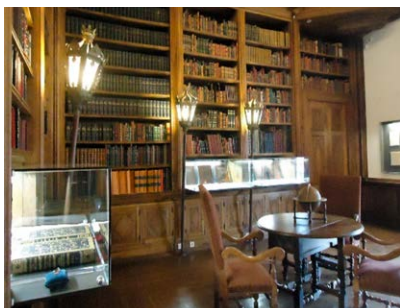


Figura 9: Atual Arquivo da Casa de Mateus.

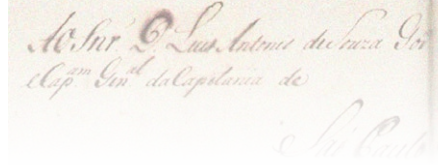


Embora cuidado por Dona Leonor na ausência do marido, o Arquivo da Casa de Mateus foi reorganizado por Dom Luís António quando ele retornou do Brasil, com a divisão documental por temas. Há, inclusive, “capilhas” em que consta sua própria caligrafia. Dentro das gavetas há vários maços (vinhas) e dentro de cada maço há os títulos (dimensão jurídica, com provas de arrendamentos). Tal organização deriva da visão da *Encyclopédie raisonné*, pois dentro dos 5 mil maços existentes, há um universo fundiário de títulos, ordenados não por ordem alfabética, mas por tema, visando a abranger todo o conhecimento humano.

O racionalismo emergente no século XVIII motivou o surgimento de um ímpeto reclassificador da documentação no sentido de providenciar um acesso célere à informação, reconhecendo assim sua inegável importância para uma gestão administrativa otimizada. (RODRIGUES et al, 2012, p. 610).

Após sua morte, seu filho primogênito regressou de Estocolmo e organizou todos os documentos do Arquivo em 32 gavetas, processo concluído somente em 1800, um ano e meio após a morte de Dom Luís António.





Em relação a sua família, garantiu sua descendência por meio do casamento. Solteiro até os 34 anos, Dom Luís António, de acordo com Guerra (1982, p. 7), impôs quatro condições como dote para se casar: primeiro que a noiva tivesse um físico de aceitável beleza, como distinta figura; segundo, que apresentasse uma educação esmerada com hábitos da corte; que sua nobreza não contasse com excessos de consanguinidade que fizessem temer pouca saúde nos descendentes; e, por fim, que fosse detentora de uma sã moral cristã.

Aquela que preencheu tais quesitos foi Dona Leonor Ana Luísa José de Portugal Sousa Coutinho, nascida no ano de 1722 na freguesia do Santíssimo Sacramento (Rua do Sacramento) na Lapa, em Lisboa, onde viveu sua infância e juventude. Oriunda de família tradicional, contava com a nobreza de seu pai, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Dom Fernão de Sousa de Castelo Branco Coutinho e Meneses (o décimo Conde de Redondo) e de Dona Luísa Simoa de Portugal Lobo da Silveira (herdeira dos Condes de Sarzedas), de quem Dona Leonor “herdou o ‘de Portugal’ e a notoriedade dos Sarzedas” (BELLOTTO, 2007b, p. 22). De seu lado materno, recebeu a herança cultural do avô Roque Monteiro Paim, Secretário de Dom Pedro II (de Portugal), e da avó Dona Joana de Meneses. Sua mãe, “Dona Maria Antónia de São Boaventura Meneses Monteiro Paim era uma figura excepcional das Letras do seu tempo, que instruiu os seus filhos e filha nas línguas antigas e modernas e nos diversos saberes então em voga” (RODRIGUES, 2013, p. 17). A educação primorosa e abrangente de Dona Leonor pode ser verificada na documentação por ela produzida: tinha total domínio da escrita da língua portuguesa, bem como do latim, inglês e francês. Os conhecimentos gerais e lógicos, somados ao domínio das prendas domésticas, muito contribuíram para sua destacada posição social. Segundo Bellotto (2007a, p. 24),

há registro de que afirmava gostar (“nesta ordem”) de ler, bordar e dormir. Não se sabe ao certo como foi educada, se em escola, convento ou com preceptores e se individualmente ou em conjunto com os irmãos, Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e Dom Vicente Roque de Sousa Coutinho, formados pela Universidade de Coimbra e importantes estadistas do período pombalino.

A semântica da palavra “amor” enquanto motivo do casamento, associada às ideias de paixão e cumplicidade nem sempre se verificava na tradição europeia setecentista, pois esse conceito referia-se a “uma forma de vínculo afetivo entre o homem e a mulher, determinado em grande medida por normas sociais e pessoais” (ELIAS, 2001, p. 247). Diante disso, os casamentos eram arranjados, como um contrato de negócio entre as famílias dos noivos. Dessa forma foi organizado o enlace matrimonial de Dona Leonor com Dom Luís, de modo a cumprir todos os protocolos desde 1753, com a visita formal do irmão da noiva, Dom Vicente Roque de Sousa Coutinho a Dom Luís para acerto do dote. Segundo Bellotto (2007b, p. 25), desde então ela passou a receber uma mesada de cinco mil cruzados. Em 1754 foi assinada a escritura dotal<sup>36</sup> e a cerimônia de compromisso<sup>37</sup>, realizada em março de 1755. A celebração oficial do casamento teria ocorrido em meados de 1756, na capela da Casa de Moroleiros em Amarante, com festa de grande pompa à corte. Apresentam-se, a seguir, as primeiras páginas do contrato nupcial assinado em 24 de setembro de 1754:

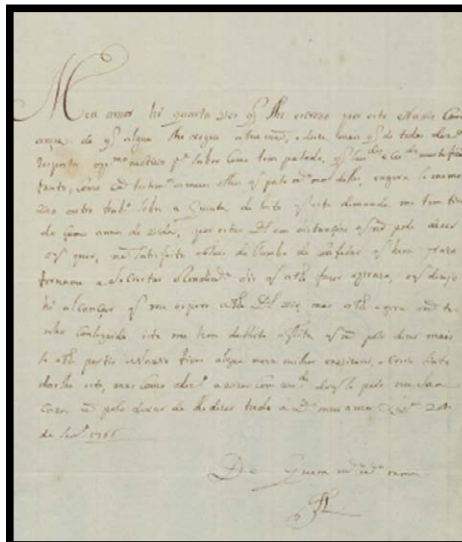
Em uma sociedade mais voltada à aparência, um casamento da esfera social de Dona Leonor e Dom Luís António vinculava-se mais ao prosseguimento de sua “Casa”, a fim de que a posição do marido aumentasse “o máximo possível seu prestígio e suas relações, de modo que o casal ganhasse ou pelo menos mantivesse

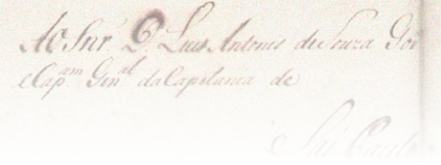
*Al Sr. D. Luis Antonio de Souza  
Cap. Gen. da Capitania de  
Rio de Janeiro*

a posição e reputação como representantes da casa no presente” (ELIAS, 2001, p. 73). A legítima união matrimonial estava mais ligada ao conceito de representação da “Casa” do que ao de família na sociedade dos grandes senhores no Antigo Regime.

O casamento de Dom Luís António e Dona Leonor passou por fases de intensa afetividade, conforme atestam diversas cartas trocadas entre o casal no período em que Dom Luís trabalhou no Brasil. Bellotto (2007b) apresenta cartas do casal em que se encontram efusivas demonstrações de afeto à distância: “nunca tive tanto desejo de o ver, nunca o amarei tanto como depois que o não vejo. Não é porque a sua presença me não fosse sempre muito agradável, mas porque as felicidades só se conhecem e sentem quando se perdem.”<sup>38</sup> Apresenta-se, a seguir, uma carta em que Dona Leonor transmite ao marido um problema administrativo de maneira expressiva:

Figura 10: Carta autógrafa de Dona Leonor a Dom Luís António.<sup>39</sup>



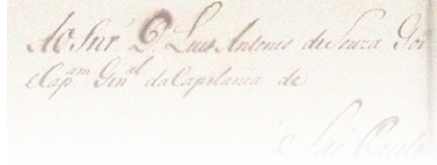


A exemplo dessa carta, as expressões de afetividade constam desde os vocativos das cartas: “Meu amor” ou “Meu coração” em todas as cartas de Dona Leonor e “Minha Senhora e todo o meu amor”<sup>40</sup> nas do Morgado de Mateus. Em geral, os cônjuges tratavam-se mutuamente pela retomada do nome antecedido do título honorífico “Dom/Dona”: “só falar e chorar por Dom Luís é o meu alívio”<sup>41</sup>, em que o interlocutor é mencionado como uma terceira pessoa, forma que se mantém atualmente em Portugal. Do mesmo modo, o marido sempre fala a ela pelo uso de “Dona Leonor” ao invés de um pronome de tratamento.

Apesar dos padrões formais<sup>42</sup>, o casal tornou-se bastante afeiçoado e se pode dizer que a relação aproximou-se dos padrões mais contemporâneos do amor passional. Verifica-se intensa afetividade nas palavras de Dona Leonor: “a separação para quem ama é uma espécie de morte.”<sup>43</sup>, bem como nas de seu marido: “dê-me de tudo largas notícias, que me consolo em ler as suas cartas”<sup>44</sup>.

Nessa fase de proximidade, que durou até próximo do retorno de Dom Luís a Portugal, os consortes evitam o uso dos pronomes de tratamento como “Vossa Excelência”. Usado posteriormente nas cartas como marca da relação já estremecida dos últimos anos de convivência do casal, indica o distanciamento de uma união baseada meramente na manutenção dos bens e da Casa:

Na verdade, quando se realizava um casamento nessa esfera, o que estava em jogo era sobretudo a “fundação” e o “prosseguimento” de uma “casa” que correspondesse à posição do marido, aumentando o máximo possível seu prestígio e suas relações, de modo que o casal ganhasse ou pelo menos mantivesse a posição e reputação como representantes da casa



no presente. É nesse contexto que devemos entender a relação entre o senhor e a dama da casa, entre o *grand seigneur* e sua esposa. O que a sociedade controla, em primeira instância, é o relacionamento dessas duas pessoas como representantes de sua casa. De resto, eles podiam se amar ou não, ser fiéis ou não, sua relação podendo ser tão desprovida de contato pessoal quanto permitisse a obrigação de representar conjuntamente. [...] Nesse tipo de matrimônio da corte, [...] não é possível empregar o conceito burguês de “família”. (ELIAS, 2001, p. 73).

Quando foi eleita como a noiva de Dom Luís António, Dona Leonor “morava com sua mãe no alto da Rua da Rosa, junto ao Convento de São Pedro de Alcântara” (GUERRA, 1982, p. 7), recebeu inúmeras joias. Dentre elas, um adereço de esmeraldas com diamantes com 755 pedras. Casou-se aos 34 anos, idade bastante avançada para os padrões da época. Não há registro conservado de pinturas com a imagem de Dona Leonor. No entanto, além de livros identificados com sua própria caligrafia na Biblioteca da Casa de Mateus, dentre seus objetos pessoais conservados, destaca-se um pé esquerdo de seu sapato, exposto na sala destinada à memória de seu marido na Fundação Casa de Mateus. Trata-se de um sapato fechado de salto recoberto por tecido bordado com detalhes vermelhos, azuis e brancos. A julgar pelo tamanho do pé, provavelmente de número 32 ou no máximo 33 da numeração brasileira, seu físico deveria ser bastante delicado, com estatura pequena.

Figura 11: Pé do sapato<sup>45</sup> de Dona Leonor.

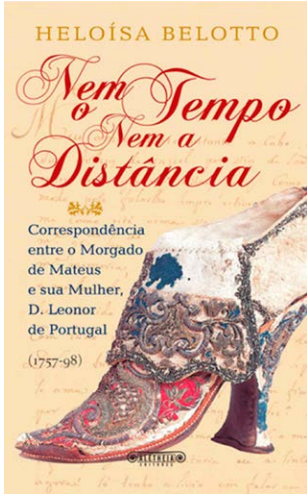
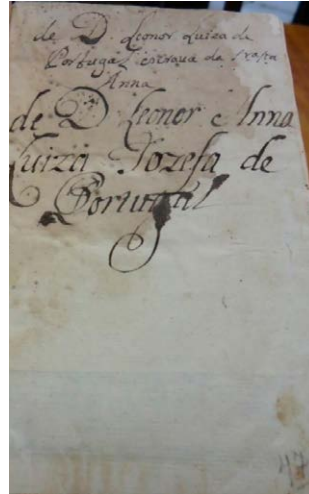
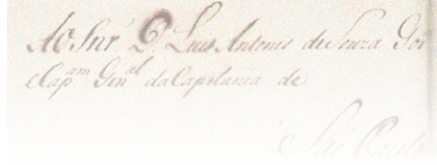


Figura 12: Folha de rosto de um livro<sup>46</sup> pertencente a Dona Leonor.



Trata-se de uma mulher de história e personalidade brilhantes, da qual, no entanto, não há um retrato sequer, como já mencionado. Como há pinturas de diversos membros da família do mesmo período, sobretudo dos administradores da Casa<sup>47</sup>, pode-se inferir que ela própria tenha optado por isso, já que (como é recorrente em suas cartas) prezava pela economia consigo mesma, sempre mais preocupada com a manutenção do *ethos*<sup>48</sup> do marido. Outra hipótese, menos verificável, seria a da destruição. Seja pela ação do tempo, pouco provável pelo extremo cuidado com a documentação do cartório da Casa; seja pela vontade de Dom Luís António diante dos desentendimentos dos últimos anos de casamento, o que também parece improvável, uma vez que permanecem guardadas em seu arquivo pessoal até mesmo cartas de cunho difamatório a seu respeito.



O casal teve quatro filhos, criados por Dona Leonor e sua mãe, sempre alternando entre as propriedades de Lisboa e Vila Real (Mateus): Dom José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1758), Dona Maria do Carmo de Sousa e Portugal (1759), Dona Francisca Joana do Carmo (1761), falecida com apenas dez anos e Padre António José do Carmos de Portugal (1762), que viveu apenas 18 anos. Além dos filhos legítimos, Dom Luís teve uma filha bastarda, Dona Teresa de Jesus Maciel.

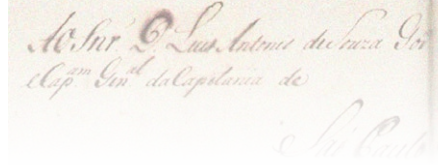
Apesar da indissolubilidade do casamento no século XVIII, o casal veio a se separar após diversos desentendimentos. Dona Leonor não foi poupada das críticas a ela tecidas por seu próprio marido durante os desentendimentos dos anos finais de seu casamento. Em um auto de contestação<sup>49</sup> do processo justificações em defesa de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, encontra-se a difamação da conduta de Dona Leonor, contraposta aos méritos e qualidades do Morgado de Mateus:

Contestando amateria daSupplica diz o Contestante Dom Luiz | Antonio deSouza Botelho Mouraõ de Queiroz, e Vasconcelos | Fidalgo daCaza deSua Magestade | Morgado de Mateus edeFontelas do | Concelho deSua Magestade deSanta Maria de | Vermioza na Ordem de Cristo em que | heprofesso, Ex Governador e Capitam General, eRegedor das Iustisas dos Esta | dos deSaõ Paulo em Brazil etc Que | sendo necessario | Paragrafo 1 Que o Contestante he esempre foi temente aDeus eas Iustisas, ob= | servante das Leys Divinas e humanas, dotado de ha boa capacidade, | cortes, afavel, emodesto, sem fama; ou rumor em contrario. | Paragrafo 2 Que o Contestante he das pesoas mais illustres desta Provincia, etanto

e | Le como seus pasados sempresetrataraõ oesplendor, e gran= | deza correspondentes as suas Pessoas, e Estados emporegando-se todos | no Real Serviço de Sua Magestade com grandeZelo, e indizivel gasto, e | despeza; principalmente o Contestante que hu mais desincoenta anos | serve a Sua Magestade com boa satisfasaõ, eavultaria despeza. | Paragrafo 3 Que pelo contrario a Contestada sua consorte sendo de Ilustre Fa= | milia he de hua conducta dezordenada pois he dotada de hum ge= | nio aspero, orgulhozo, soberbo, altivo, eindomito; Conducta esta bem | observada em toda asua Familia que sendo opulenta, e rica seacha | destruida, eaniquilada, e he constante que ja mais Senhora daquela Fa= | milia fizese consorcio que fosse bem gozado enaõ houvese entre elas, | e seus Maridos combates rixas, divorcios, e disolusoens do Matri= | monio, cauzando tudo funestas consequencias bem notorias. | Paragrafo 4 Que por assim ser naõ podia o Cosorcio do Constestante eContestada ser | izento daquelas perturbasoens que com ele principiaraõ, pois afe= | ctando-se com amaior grandeza foi indivizivel o trabalho que o Con= | testante teve para arrancar a Contestada da Corte, ea-transportar para asua | Casa na fra das pactuasoens daquele Consorcio; e chegando a || a recolherse aesta Provedoria ja mais quiz cumprir com as indispen= | saveis obrigoens do seu Estado, pois he constante a todos as repe | tidas fugidas que sem cauza lhe tem feito.

Em oposição a sua própria conduta “cortês, afável e modesta”, a má fama da esposa seria, segundo o Morgado de Mateus, o motivo da dissolução de seu casamento. Amplia o escopo da crítica às



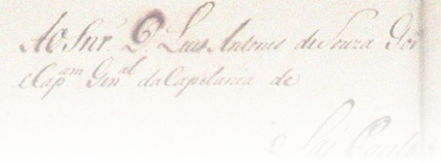


demais mulheres da família de Dona Leonor, opulenta e rica. Serve-se, para tanto, da comprovação da ausência da esposa em Mateus, constantemente realizando as “repetidas fugidas” sem necessidade. Toda a caracterização de estima social positiva sobre Dom Luís António serve como recurso para retratar sua esposa em oposição. Os atributos de julgamento de estima social apresentam com polaridade negativa aspectos da humanidade de Dona Leonor, que costumavam ser elogiados nos primeiros anos de convivência do casal.

Apesar da posterior separação, de acordo com Damasceno (2000, p. 12), esse casamento fora motivo de prestígio para o Morgado de Mateus junto ao Marquês de Pombal, já que sua esposa era filha de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e irmã de Dom Francisco de Souza Coutinho, Governador de Angola entre 1764 e 1772:

O casamento com D. Leonor Ana Luísa José de Portugal, nascida em 1722, filha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, marca definitivamente a entrada da Família na Corte e constitui-se como passo fundamental na estratégia de mobilidade social ascendente. O acto matrimonial fora também o pretexto para segurar uma parte importante da Casa, vinculando as legítimas de seus tios, evitando o risco de dispersão e de pretensões futuras (RODRIGUES, 2012, p. 623).

Ao valor social do consórcio, somou-se seu bom desempenho como estrategista ao combater os espanhóis na invasão a Portugal em 1762, permitindo que, ao final de 1764, fosse “escolhido como o ‘restaurador’ de São Paulo” (DAMASCENO, 2000, p. 12). Nota-se, com isso, que a própria biografia do Morgado de Mateus, a exemplo dos demais governantes do período, constrói-se a partir de ocor-



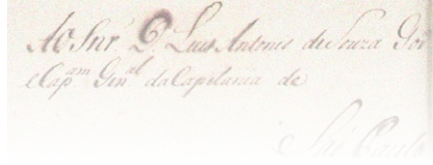
rências de cunho particular associadas às de ordem pública. O que comprova o expressivo entrecruzamento entre os domínios do público e do privado<sup>50</sup> nos governos do período, que se reflete nos discursos da documentação coeva. Diante disso, discorre-se a seguir sobre o perfil psicológico do Morgado de Mateus.

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS

O Morgado de Mateus demonstrou-se um governante autoritário e tenaz, zelando sempre pela manutenção dos princípios monárquicos portugueses de que era representante no ultramar. Como reflexo de seus aspectos pessoais e de sua carreira militar, primava pela disciplina como meio de desempenhar com zelo e prudência suas funções políticas, governando a colônia com os olhos voltados para o reino.

Seu discurso relata sua atividade incessante: ‘aograndeZello edisvello, comque me cancei, e aniquilei | as minhas forças, trabalhando incessantemente de dia edenou= | te para acodir ao acrescentamento doRealServiço’.<sup>51</sup> Esse “ritmo demasiado dinâmico e abrangente, em defasagem com as possibilidades de concretização” (BELLOTTO, 1979, p. 36) marcaram todo o seu período de governo.

Apesar de as referências ao trabalho extenuante nos governos ultramarinos ter se tornado um tópos peculiar aos escritos dos governantes setecentistas, a quem a vida pública supria o vazio da ausência de práticas privadas, como afirma Souza (2011, p. 314), infere-se que as afirmações do Morgado de Mateus nesse sentido não se tratam apenas de lamúrias. A quantidade e proporção de



seus feitos de fato deve ter demandado exclusiva dedicação, verificável pela extensa documentação produzida por sua Secretaria.

Verifica-se que sua atuação foi decisiva para a implementação de medidas nas áreas da organização administrativa, militar e econômico-social da capitania de São Paulo. Na administração, organizou todo o corpo burocrático com a transferência do Cofre da Provedoria e dos livros da Secretaria de governo para a capital. Trabalhou em prol da Fazenda Real, da circulação de moedas e do sequestro dos bens dos jesuítas; reorganizou a Provedoria; criou a “Junta da Fazenda”. Sobretudo, dedicou-se ao estabelecimento dos limites de São Paulo. Outra medida de relevância foi o recenseamento da população em uma época em que “apenas existia um registo eclesiástico das pessoas” (HESPANHA, 2011, p. 16), de que decorria a ideia de “naturalidade” de uma pessoa baseada na rede territorial de sua paróquia. Não obstante todas as capitanias tivessem ordem para executar o censo, segundo Bacellar (1995, p. 114; 2001, p. 170), foi o de São Paulo que serviu de modelo aos subsequentes ao longo da História por sua qualidade.

No setor militar, ordenou as tropas e organizou as Ordenanças, promovendo treinamentos constantes e exigindo disciplina. Viabilizou o cumprimento dos Regulamentos, por exemplo com a prisão de desertores e com a busca de criminosos fugidos a outras capitanias. Empenhou-se pela provisão de munições e manutenção financeira dos arrolados nas fileiras militares. Promoveu a construção e a reforma de diversos fortes e fortalezas militares, com destaque para o projeto de “no Sul uma barreira defensiva e, talvez, uma força ofensiva contra os castelhanos” (BELLOTTO, 2007b, p. 73).

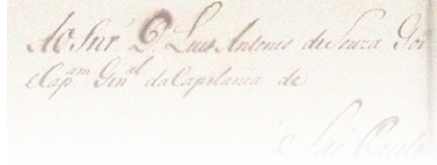
A área social foi bastante atendida com a promoção da agricultura e do comércio, principalmente a cultura do algodão para o

processo de tecelagem. Iniciou a exploração do ferro e estabeleceu uma fábrica de louça em Santos. Trabalhou pela consolidação dos povoamentos em diversas regiões como “Guaratuba, no litoral sul” (BELLOTTO, 1979, p. 36), intencionando agrupar a população dispersa, inclusive os índios.

Por essas e outras tantas medidas resultantes de seu “ânimo empreendedor” (BELLOTTO, 2007b, p. 73), foi considerado o mais ativo dos capitães gerais. Pode ser visto como um modelo à compreensão do papel dos governadores coloniais ultramarinos do século XVIII. Todos relativamente nobres, com carreiras militares e ideias que condiziam com as de Pombal.

Haveria, realmente, a “mística dos governadores pombalinos” de que fala Silva Rego, obedecendo à mesma tônica um Mendonça Furtado, um Azambuja, um Lavradio, um Luís Pinto de Sousa Coutinho, um Luís Diogo Lobo da Silva, um Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um Morgado de Mateus? Forjados nas fileiras de Lippe e/ou nos bancos de Coimbra, produtos das ideias de um iluminismo administrativo de que começava a revestir-se o consulado pombalino, teriam sido pronunciadores dos tempos finais da situação colonial? (BELLOTTO, 1986, p. 277).

Notabilizou-se como administrador, estadista e urbanizador por ter contribuído decisivamente para o desenvolvimento da capitania de São Paulo. Era visto com entusiasmo por seus superiores, a ponto de o Marquês de Pombal ter dilatado<sup>52</sup> seu período de governo de três para mais supostos doze anos, de acordo com Bellotto (2007a, p. 49). No entanto, permaneceu uma década no governo,



de 1765 a 1775, tempo em que realizou medidas voltadas à “exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar e reorganização burocrático-administrativa” (DAMASCENO, 2000, p. 14).

Reconhecido como tenaz, determinado e por vezes até metódico, recebeu muitas críticas em decorrência dessas mesmas características. Por essa personalidade intempestiva, pode ser considerado

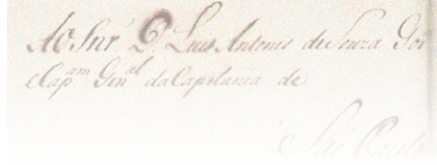
uma bem interessante e complexa figura! Inteligentíssimo, e ao mesmo tempo homem de ação e de vontade, tinha uma grande tara de sensibilidade que o tornava excessivo, nas suas predileções como nos seus odios, e lhe converteu as manifestações activas por vêzes em mania. Era um caracter todo de extremos, que não comprehendia o mechanic e frio modo de acção dos indifferentes. Ou havia de odiar ou de amar. (BOTELHO, 1902, p. 614).

A primeira metade de seu governo foi mais bem sucedida na realização de projetos porque nessa fase “trabalhavam em uníssonos Primeiro Ministro, Conselho Ultramarino, Vice-Rei e Capitão-General” (BELLOTTO, 1979, p. 53). Mas mesmo nos primeiros anos houve diversas dissidências, sobretudo contrárias à postura de autoritarismo inata. Em contraposição às atitudes da maioria da população por ele governada (por ele retratada de maneira crítica), o Morgado de Mateus fora escolhido por sua postura atuante e disposição para escrever, o que é evidenciado pela enorme quantidade de documentação que deixou em forma de planos, teorias e atividades executadas, sempre registrando o interesse de suas ideias e ações. Seu posicionamento em medidas radicais, como ao alistar

militarmente os habitantes, chocou-se com a maneira de ser dos paulistas. Distante de sua realidade “muitos desses homens tinham nascido já no Brasil, nunca vieram ao Reino, eles defendiam afinal o solo pátrio, a sua pátria, o seu Brasil” (GUERRA, 1982, p. 15). E essa defesa era, por vezes, a tentativa da manutenção do estado das coisas. Como resultado do choque cultural, o Governador criticava o modo de vida desse povo que “aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria” (HOLANDA, 1988, p. 76). Esperava posturas audaciosas e empreendedoras como a sua. Apesar dos desentendimentos, considerava os paulistas como os homens mais aptos que o Brasil tinha para a vida militar.

A certeza da predisposição de seus governados à atuação militar foi constante motivo de embate com os habitantes de São Paulo, conforme retrata Damasceno (2000, p. 15) ao afirmar que o Morgado de Mateus cumpriu com exatidão obsessiva as metas de Pombal para o desenvolvimento da colônia, apesar da resistência dos paulistas diante de seus planos militares, que exigiam da população local o deslocamento a outras regiões. Confirma-se a visão de que “quanto mais enérgico o agente real, e mais zeloso dos interesses do soberano, maior a possibilidade de se atritar com os interesses localmente enraizados” (SOUZA, 2011, p. 300). Cabe pontuar que a resistência não era oriunda apenas dos habitantes, mas também dos poderosos locais, dos jesuítas e dos funcionários oprimidos por sua autoridade.

Outro ponto de embate com as expectativas locais foram os projetos das expedições de conquista, nas quais muitos eram enviados para desbravarem os sertões ao redor da capitania de São Paulo. Serviu-se nesses projetos de expansão territorial de todas



as referências bibliográficas e de mapas disponíveis, além de uma equipe de cartógrafos, o que o levou a conhecer “palmo a palmo o território da Capitania” de São Paulo, como afirma o Barros (1967). Produziu vasto material de próprio punho, inclusive desenhos. Sua habilidade com a produção gráfica é ressaltada em carta à esposa<sup>53</sup>. Solicita que ela “não se esqueça de mandar ensinar a José, latim e a debuxar<sup>54</sup>, cuja arte a mim me tem servido mais do que todas.” Referia-se ao seu primogênito, Dom José Maria, que no período deveria contar sete anos e a quem a arte da escrita seria também de grande valia para adentrar à História.

Além da notável produção escrita, a tendência à organização de Morgado de Mateus garantiu a criação dos primeiros arquivos em São Paulo e a consequente manutenção dos inúmeros documentos referentes a seu período de governo. Tal asserção pode ser evidenciada pelo fato de ter transportado ao Brasil junto de sua bagagem pessoal, livros.

Sua erudição e comum exagero em suas medidas prepararam a capitania para os governos subseqüentes, mais organizados e progressistas do século XIX. Demonstrava criatividade e disposição para lidar com todas as questões circundantes e “a capacidade de muito rapidamente fazer a leitura penetrante de uma dada situação, apreendendo-lhe os dados fundamentais, intuindo-lhe as possibilidades e enunciando um conjunto de medidas que deveriam levar à sua concretização” (MOURA, 2002, p. 32). Associada a isso, contava com imaginação e capacidade de planejamento, sempre presentes em sua constante comunicação com o governo.

Trabalhou a reorganização da burocrática administrativa com pagamento dos credores da fazenda e sequestro dos bens dos jesuítas, que foram incorporados à Coroa Portuguesa. Realizou

também projetos sociais, tais como a aplicação do Diretório dos Índios, Academia Literária (festa de 1770), Música e teatro, com a primeira Casa de Ópera, tratou do problema dos quilombos, criou a Escola para Meninos, Seminário para órfãos, Escolas públicas, Aulas de Geometria, Recenseamento, que evitou a fuga e ajudou o alistamento militar.

As medidas implementadas na capitania de São Paulo por esse fidalgo nortenho reiteram seu espírito metódico e sua autossuficiência e certa dose de teimosia atribuídos aos transmontanos<sup>55</sup>, de acordo com Moura (2002, p. 32). Foram essas as características principais que “imprimiu aos dez anos de gestão forte marca de personalismo” (BELLOTTO, 1979, p. 5). Durante sua estadia no Brasil, a vida pessoal do Morgado de Mateus não foi motivo de escândalos ou questões que tenham ficado impressas na História. Como seus escritos representam a principal forma de divulgação de sua história, não é de se estranhar que situações negativas que o envolveram tenham sido atribuídas, por ele próprio, a terceiros.



## OS DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO PERÍODO POMBALINO, PRODUZIDOS PELA/PARA A SECRETARIA DE GOVERNO DO MORGADO DE MATEUS

Reconhecendo-se que “documento” representa uma “unidade de registro de informações” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), empregam-se nessa obra os termos “documentos”<sup>56</sup>, “correspondências” e “manuscritos” como sinônimos.

O termo “correspondência”, de acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 60), é entendido como a comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva), por entidades coletivas, pessoas ou famílias. Com isso, a correspondência produzida entre os anos de 1765 e 1775 - período do governo de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão<sup>57</sup> o Morgado de Mateus, que como governador e capitão-general da capitania de São Paulo, nestes dez anos de governo nos revela que “um novo panorama político, econômico e militar se descortinava para a cidade de São Paulo que novamente assumiria o posto de capital da capitania” (BORREGO, 2010, p. 34).

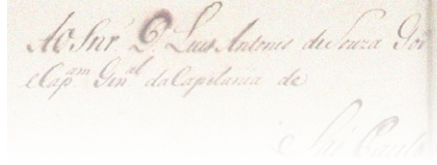
Além da importância histórica, os documentos manuscritos do período de governo do Morgado de Mateus retratam um esta-

do de língua já passado, permitindo a observação sobre a língua da época característico ao contexto linguístico empregado por diferentes esferas governamentais portuguesas na segunda metade dos anos mil e setecentos. Esses manuscritos são legitimados pela “correspondência que mantêm com as ações para as quais serviram de instrumento e que lhes conferem um caráter específico e único.” (CAMARGO apud BELLOTTO, 2014, p. 7). Esses registros do passado nos trazem também características peculiares da administração colonial na segunda metade do século XVIII, tendo em vista a influência exercida por cada autor no governo de São Paulo em decorrência do cargo político que ocupava.

Torna-se oportuno considerar que há parcela desses documentos publicados no conjunto dos *Documentos Interessantes*<sup>58</sup>, dos quais 41 dos 95 volumes que compõem a obra são dedicados à documentação do período do governo do Morgado de Mateus.

Os documentos representam produtos das mais altas esferas do governo do período e, por meio deles, é possível observar o discurso dominante. Para tanto, seguiu-se a hierarquia do governo à época do Morgado de Mateus e, conseqüentemente, a influência exercida por cada autor no governo de São Paulo em decorrência do cargo político que ocupava.

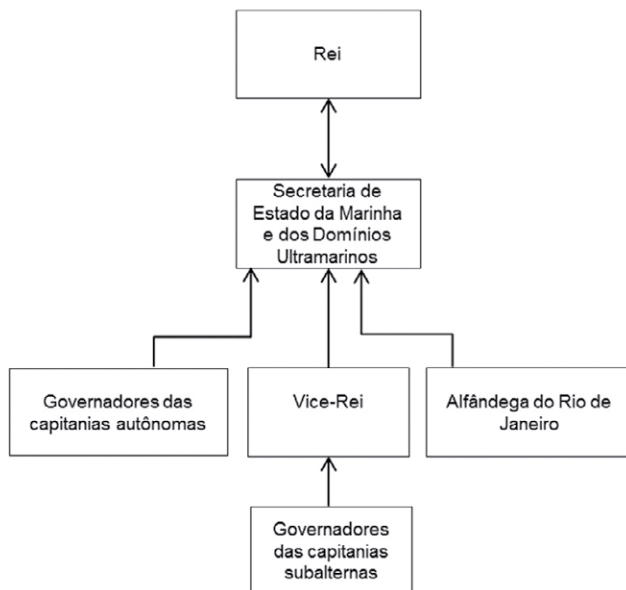
Entende-se como “gênese” o processo de criação do documento emanado do poder público. Carucci (1994, p. 63) define como a fase em que os caracteres formais do documento são evidenciados por serem os identificadores de cada documento singular em relação funcional com os outros que fazem parte da tramitação de determinado processo decisório. Esse processo conta com a passagem de um ato administrativo para a forma de registro escrito. Seria, na explicação didática de Bellotto (2014, p. 430), o “nas-



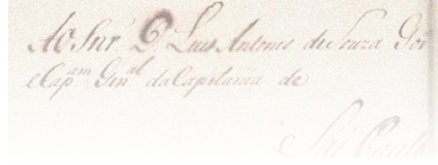
cimento documental” com a união entre a *actio* (ação, fato, ato a ser documentado) e a *conscriptio* (redação do documento enquanto codificação da *actio* para um suporte semântica e juridicamente válido). Além de registrar uma ação, pode conduzir a outras ações.

Examinando-se os três elementos responsáveis pela gênese documental: o *fato*, a *forma de redação* e a *natureza jurídica do ato* encontram-se padrões textuais. Os fatos políticos (e por vezes até mesmo de ordem cotidiana privada) que deram vida aos manuscritos são diversos e podem retratá-los como singulares. A diversidade torna-se menor quando se observam os padrões redacionais de que se servem os escribas para veicular a *actio* proposta pelos autores intelectuais, conforme se observa a seguir. A padronização documental amplia-se quando se trata do critério genético da natureza jurídica. As correspondências da época podem ser consideradas como um conjunto quase homogêneo por todos os seus itens fazerem parte de um mesmo itinerário (*iter*<sup>59</sup>) burocrático. Via de regra, a tramitação documental iniciava-se na Secretaria do governo da capitania de São Paulo e seguia aos Secretários da Marinha e Ultramar, ao Secretário de Estado no Reino até mesmo ao próprio Rei, em busca de validação de um dado processo decisório. Por meio também de navios, o mesmo processo embora na sequência inversa, dava-se de Lisboa ao Brasil no caso dos passivos. Tal itinerário pode ser melhor representado, de acordo com Rodrigues (2007, p. 246), da seguinte forma:

Figura 13: Organograma do itinerário burocrático das correspondências.



Entende-se que a “circulação dos papéis será descendente quando se trate dos que descem do rei e das autoridades superiores. Os documentos ascendentes são os que sobem dos súditos às instâncias superiores.” (BELLOTTO, 2014, p. 373). Trata-se de um desdobramento da gênese documental “enquanto manifestação de vontade inicial” (BELLOTTO, 2014, p. 398) dos autores como representantes de funções governamentais definidas. A esquematização das “idas e vindas” da documentação referente à administração colonial foi preconizada por Vicenta Cortés apud Bellotto (2014, p. 390), que primeiro os diferenciou entre ascendentes, enviados das colônias para a Coroa Portuguesa e descendentes, que faziam o processo inverso, partindo da Coroa para os súditos.



Para poder seguir os passos da tramitação documental convém imaginar a sociedade que produz os documentos como uma pirâmide em cujo ápice está o rei, seguindo-se as autoridades metropolitanas ou centrais, seguidas das autoridades locais, depois das autoridades menores, e, em último lugar, dos súditos. Essa mesma estrutura, a das metrópoles ibéricas, pode ser trasladada para a América, com as autoridades delegadas, vice-reis, governadores, câmaras municipais etc. É o que se dá, precisamente, com o caso luso-brasileiro dos documentos acumulados pelo Conselho Ultramarino. (BELLOTTO, 2014, p. 372).

A classificação entre documentos ascendentes e descendentes adota o aspecto político, tomando como ponto de referência a sede do governo como superior a todos os funcionários, tidos como súditos no período. Assim, a correspondência que circulava entre os detentores de cargos políticos similares era chamada de “horizontal”.

Além do aspecto político, os conceitos de ascendência e descendência contemplam o posicionamento geográfico do Brasil em relação a Portugal, com o que “subia” para o Reino e o que “descia” à capitania de São Paulo. Em última instância, e por que não dizer, essa direção documental retrata, na mesma direção apontada por Bellotto (2014, p. 398), a decorrente condição social da colônia em relação à metrópole, desdobramento das relações entre os subordinados locais e seus superiores na Europa.

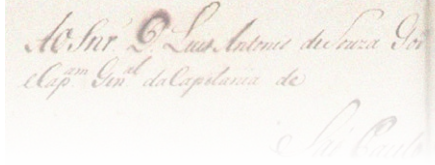
Além de construir eixos às categorizações documentais, a Diplomática oferece instrumental para reconhecerem-se as qualidades de que são eivados os documentos. Tais qualidades ultra-

passam o interesse de cunho apenas arquivístico ao permitirem a abordagem de aspectos relevantes à compreensão dos documentos em sua integralidade. Por isso, são apresentadas a seguir, de acordo com Bellotto (2014, p. 432; 2002, p. 23).

O chamado “princípio da proveniência” representa a primeira dessas qualidades e determina a fonte em que se materializou a escrita, o seu “produtor”. Sobre o autor e a função que exerce dentro da burocracia vigente, tratar-se-á adiante. Esse critério diplomático considera que “produtor” documental não seja notadamente o autor, mas a instituição responsável pela geração desses atos escritos, como as Secretarias e os Conselhos, responsáveis pela gênese documental. As marcas das Secretarias em que eram produzidos os documentos conferem

o valor das suas características para a história, mais do que para os definir rigorosamente sob o ponto de vista da ‘diplomática’. É necessário acrescentar que não basta saber as fórmulas e os dizeres habituais para poder interpretar os documentos da diplomacia. Há outros elementos que importa conhecer para julgar com acerto as questões diplomáticas, que no campo da prática, quer no dos estudos históricos. Referimo-nos às tradições das chancelarias. As chancelarias têm a sua feição como os indivíduos, as suas tradições, como as famílias. (SAMPAIO, 1984, p. 192)

Sendo a ideia de autoria documental atrelada ao conceito de Secretaria, onde se produziam os documentos, o princípio da proveniência tem grande valia a este trabalho por legitimar os documentos estudados como testemunhos genuínos do período estudado.



Outra qualidade consiste no “princípio da unicidade”, que se refere à exclusividade documental em relação a seu contexto de origem. Não se trata da não existência de cópias, mas do caráter único em termos diplomáticos. Ou seja, da genuinidade da produção de um documento, tendo em vista a impossibilidade de reproduzirem-se as mesmas circunstâncias contextuais. A unicidade justifica a análise de qualquer das vias de um testemunho original, ou até mesmo de uma cópia, haja vista suas diferentes funções em termos diplomáticos no contexto de sua tramitação.

Pelo “princípio da inter-relação”, ou “organicidade”, depreendem-se as relações hierárquicas vigentes nas ações que conduziram à gênese documental. Essas questões externas gerenciaram a produção do testemunho escrito e, conseqüentemente, tornaram-se marcas internas e inerentes ao documento.

A última qualidade é o “princípio da indivisibilidade”, que considera a importância da manutenção integrada de um conjunto documental em relação a seu meio genético para a conservação dos dados e da comunicação. Deriva desse princípio a adoção de documentos pertencentes a fundos arquivísticos legitimados para serem considerados autênticos exemplares da correpondência oficial.

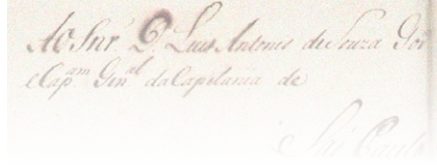
Servindo-se desse viés de integração, os documentos oficiais públicos podem ser considerados “diplomas” quando criam fé pública<sup>60</sup> e não apenas informam sobre um ato. Ou seja, são diplomáticos aqueles que comprovam um ato administrativo ou fazem com que esse ato se efetive. Em detrimento dos “atos jurídicos”, que lidam com direitos, dentre os documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus destacam-se os “atos administrativos”, uma vez que a voz de todos os testemunhos manifesta os desígnios da administração pública.

Em oposição, aos diplomas, os documentos não-diplomáticos abordam um ato público, mas não têm como finalidade ser o instrumento da imposição de obrigações. Não representam instrumentos de controle por meio dos quais se confirma ou faz executar um ato governamental.

Pelo abalçamento das considerações prévias, este capítulo visa precipuamente a analisar os modelos redacionais que enformam os textos contidos nos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus em seu suporte material. Via de regra, a forma de apresentação do discurso diplomático contempla três partes: o protocolo inicial, a substância textual e o protocolo final, de acordo com Bellotto (2002, p. 39). A diagramação, enquanto construção material do texto a partir do uso de fórmulas diplomáticas obrigatórias, define o que se chama de “espécie documental”.

Apesar de a proposta central desta pesquisa firmar-se na análise do conteúdo textual, a materialidade que estrutura e dá suporte à informação será também abordada por sua grande importância à interpretação global de um documento. Por meio dessa estrutura, podem depreender-se a gênese, a função e o uso de um ato escrito. Assim, focando-se na estrutura documental, reconhece-se a configuração que assume um texto de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação por seus executores para registrar o conteúdo da mensagem, como conceitua Bellotto (2002, p. 25). Essa configuração textual modelar é normalmente chamada de “gênero”. Detentor de inúmeras implicações teóricas, o termo “gênero” refere-se a textos materializados que apresentam características sócio comunicativas definidas por seus conteúdos, estilo e forma de composição. O gênero seria um formato estável de enunciado passí-





vel de constantes atualizações e, conseqüentemente, representaria algo “tão variado como as próprias esferas da atividade humana” (BAKTHIN, 2003, p. 280). Decorrente de inesgotabilidade das relações e atividades humanas, pode-se dizer que os gêneros seriam um elenco aberto. Há, por exemplo, segundo Marcuschi (2003, p. 29) estudos de linguistas alemães que comprovam a existência de cerca de 4000 gêneros.

Em decorrência da ampla abrangência do conceito de “gênero”, optou-se por empregar o termo de “espécie”<sup>61</sup> para se referir às categorizações dos documentos. O conceito de “espécie documental”<sup>62</sup>, estabelecido por Bellotto (2002, p. 45), refere-se à configuração assumida por um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. A escolha do termo deve-se sobretudo à indissociabilidade entre os parâmetros redacionais e a composição do discurso a ser analisada. Esse conceito de espécie documental diplomática, ainda de acordo com Bellotto (2002, p. 27), está atrelado a uma denominação ligada à sua estrutura semântica fixa de redação. Tal estrutura está baseada em fórmulas<sup>63</sup> convencionadas por padrões notariais ou administrativos do sistema burocrático vigente na concepção genética.

Assim estabelecido o conceito, apresentam-se as quatro espécies documentais que se destacam. As duas principais são ofícios e cartas; as duas secundárias, avisos e cartas régias.

Das quatro espécies citadas, apenas as *cartas régias* e os *avisos* são documentos *diplomáticos*, ou seja, visam de fato à realização de um ato governamental, criando fé pública. Entende-se que os ofícios e cartas, enquanto espécies não-diplomáticas, por fazerem parte da sistemática administrativa do mesmo modo que os diplomas, têm mais possibilidade de existência do chamado “texto

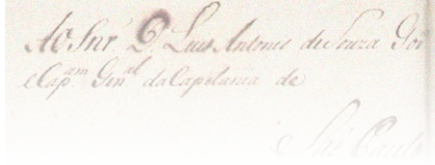
livre”, por serem essas espécies documentais menos atreladas às formulações burocráticas das fórmulas diplomáticas.

Embora os documentos não-diplomáticos não sejam condicionados a uma estrutura fixa de redação obrigatória, em oposição ao “texto livre”, permitem uma leitura diplomática por contarem com regularidades estruturais, tais como a saudação e o fecho, além de sua gênese derivar da motivação da evidente necessidade de comunicação dos governos ultramarinos e sua sede na Europa.

Considerou-se a possibilidade de se analisarem apenas documentos não-diplomáticos, com “redação mais ou menos padronizada” (BELLOTTO, 2002, p. 77), como as cartas e os ofícios, mas isso excluiria os registros de autoria intelectual do Rei, próprios das cartas régias. Ao incluírem-se as cartas régias, optou-se por reforçar a exemplificação espécies documentais diplomáticas. Por isso, selecionaram-se também representantes da espécie documental dos “avisos”.

A predominância dos ofícios nos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus deve-se ao fato de essa espécie ser a mais apropriada da sistemática administrativa à veiculação de formulações discursivas livres<sup>64</sup>. Além disso, sua produção padronizada e em caráter oficial excedia as demais correspondências por ser a espécie responsável pelo intercâmbio de informações entre as diversas hierarquias de autoridades, bem como entre essas autoridades e os seus subalternos. Representava “uma tipologia muito frequente, porque através dela se faz a correspondência dos assuntos correntes da administração entre autoridades, excepto o soberano” (MARTINHEIRA, 2000, p. 64).

Por vezes chamada de “familiar”, a carta é uma espécie documental não-diplomática, por meio da qual se corresponderiam os



amigos e parentes, na esfera do privado. No entanto, a mesma denominação pode abranger também as correspondências de cortesia sobre assuntos de cunho mais pessoal, trocadas entre membros do “alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos.” (BELLOTTO, 2002, p. 51). Ressalta-se que o termo “carta” funcionava como o termo genérico para designar as correspondências. Conforme Conceição (2013, p. 144), no período as correspondências eram divididas entre as “cartas de amizade” e as “cartas de ofício”. O mesmo tipo de definição verifica-se por meio das menções ‘aCarta familiar’ e ‘as Cartas deOfício’<sup>65</sup>. Entende-se que os ofícios podem ser emitidos por (e para) todas as autoridades abaixo do Rei. Observam-se duas vertentes da correspondência oficial pública: as de ordem mais pessoal, representada pelas cartas, e a de cunho verdadeiramente político, os ofícios. Muitas cartas com propósitos notadamente particulares foram produzidas pelos Secretários no âmbito de suas funções oficiais. Afinal, de acordo com Sampaio (1984, p. 191),

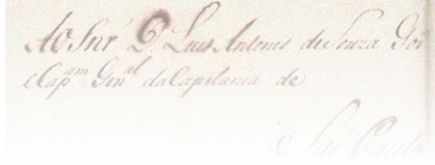
A utilidade das cartas particulares é permitir uma percepção mais nítida do escopo e intuítos da instrução oficial, e transmitir ideias em matéria de informação sem estar sujeito às fórmulas da correspondência oficial e à publicidade que muitas vezes a espera. [...] Apesar de não haver para os diplomatas dos séculos passados as mesmas razões de se esquivarem a escrever em ofício tudo o que tinham de dizer, muitos deles serviram-se do meio das cartas particulares ou ‘familiares’ para comunicarem com os Secretários de Estado. Algumas vezes serviam estas cartas para referir assuntos de segredo; de outras para o diplomata se exprimir com liber-

dade, insólita em ofícios destinados, como muitos eram, a subirem à presença do Soberano.

Apesar de ser esperado de um Secretário “entender, que materia se trata: se publica, ou se particular” (FREIRE, 1746 <sup>66</sup>). O formato similar e as fórmulas também usadas em outras espécies faz com que seja necessário atentar ao conteúdo textual. Segundo Martins (2007, p. 190), as dimensões da redação dessa espécie na esfera do oficial e público eram menores que os ofícios. Além disso, há um detalhe de ordem codicológica: costumavam ser dobradas de forma diferenciada, fechadas com uma dobra em bico.

Os avisos são tipos de ofícios à medida que igualmente servem de veículo comunicacional entre as diferentes esferas de governantes. Também chamados de “ofício dos secretários”, os avisos são considerados diplomáticos por terem sido empregados na administração colonial para que os Secretários de Estado transmitissem ordens régias em nome do soberano a qualquer magistrado a eles subordinado. Ressalta-se que os avisos eram baseados na tradição administrativa para demonstrar uma ordem do Rei, ao passo que os ofícios partem dos próprios autores intelectuais (ministro, secretários ou o governador) embora normalmente também informem sobre os desígnios reais. Apesar de sua estrutura diplomática, os avisos não contêm “exposição”, na qual são apresentadas as causas do ato de que deriva, nem “precação”, em que se reitera a legalidade por meio de assinaturas de testemunhas e de sinais de validação.

Os avisos eram muito comuns na administração portuguesa, conforme Martins (2007, p. 174). Eram emitidos em nome do monarca pelos secretários de Estado para qualquer funcionário, organismo ou entidade privada, a fim de ordenar a execução de ordens



régias. Por seu caráter de transmitir ordenações em nome do monarca, constam apenas na documentação recebida pelo Morgado de Matheus, e não na enviada. Por sua semelhança à espécie documental dos ofícios, os avisos foram distintos por transmitirem diretamente uma ordem em nome do Rei. Para que um texto seja considerado “aviso”, essa ordenação tem de ser dada por meio da fórmula diplomática explícita “Ordenando (ou Ordena) Sua Magestade” após o sinal de dois pontos (:) como marca de divisão do texto. As correspondências com propostas mais genéricas do que ordenações pontuais, tais como a transmissão de informações ou a retomada de correspondências anteriores, são classificadas como “ofícios”. Além do critério de transmissão de ordenações, os “avisos” do período são necessariamente da autoria intelectual dos Secretários, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro. Embora Secretário do Reino, convencionou-se chamar “ofício” toda a correspondência emitida pelo Marquês de Pombal, mesmo quando em nome do Rei.

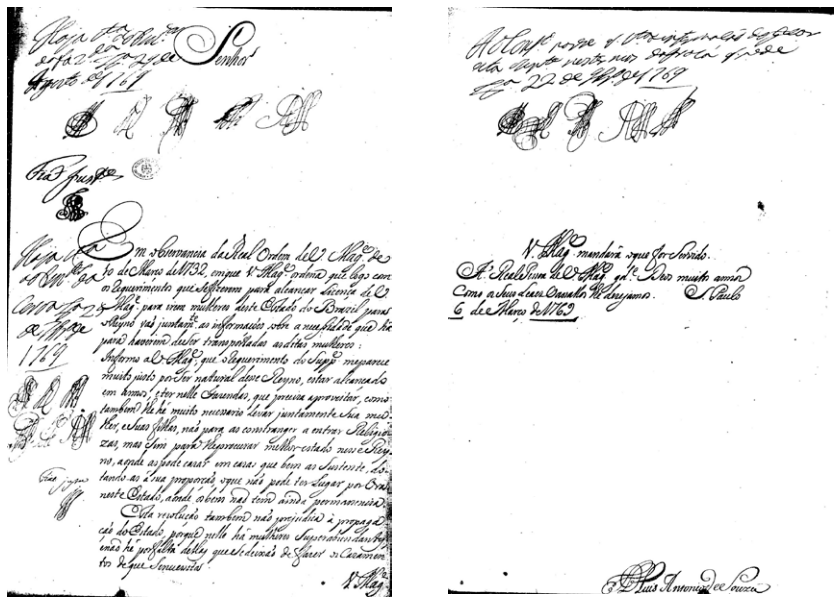
Do mesmo modo que os avisos, emanados de uma autoridade superior, as cartas régias têm sempre a direção descendente. As cartas régias são os documentos emitidos pelo próprio monarca, redigidos por um funcionário e com a assinatura atribuída ao punho do “Rei”. Trata-se de uma ordem real, oriunda da mais alta esfera do governo, dirigida a uma determinada autoridade subordinada ou a um vassalo sem função oficial. Sua estrutura redacional inicia-se pelo nome do destinatário, enquanto vocativo da ordem. É expedida exclusivamente pelo soberano e por ele firmada com a fórmula “Rei”. Essa subscrição nunca permite a menção do nome do monarca, o que o diferencia como único, em oposição a todos os demais autores que precisam subscrever-se por meio de um dado título ou do nome de batismo completo ou abreviado.

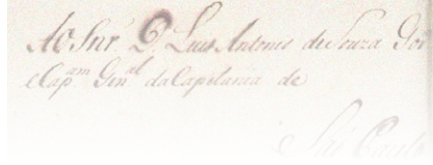
Ar. Sur. D. Lus. Ant. de Sousa  
Cap. Gen. da Capitania de

De maneira geral, predominam as espécies documentais dos ofícios e a das cartas. Assim, os avisos seriam um tipo de ofício, mais formalizado e diplomático; enquanto as cartas régias seriam a instância de oficialidade máxima na vertente diplomática da espécie “carta”.

Nessa espécie mais geral das cartas, as dirigidas diretamente ao Rei eram diferenciadas. De acordo com Martins (2007, p. 159), as cartas enviadas ao soberano contavam com a forma de tratamento “Senhor”, escrita acima, à direita. Exemplo disso é o documento<sup>670</sup>, em que há o espaço de três linhas entre o vocativo e o texto, mais três linhas à margem esquerda e mais três antecedendo o texto do segundo fólio com a minuta ou borrão da expedição do Conselho. Como exemplo, apresenta-se abaixo um “documento composto”, em que consta ao lado o despacho:

Figura 14: Carta enviada diretamente ao Rei<sup>68</sup>.





As anotações feitas à margem esquerda no fôlio 1r e acima da mancha no 1v são datadas dos meses de agosto, setembro e novembro de 1769, posteriormente à data de produção (março de 1769). As notas contidas nas margens representam, pois, a prática comum de grafarem-se os borrões dos despachos emitidos pelas Secretarias. Abaixo a transcrição da nota constante no fôlio 1r: <Haja vista da Publicação dita | da folha segunda Lisboa 29 de | Agosto de 1769 |; e da grafada no fôlio 1v: <Ao Conselho passe que vista a internação do Governador | esta [respeito] nestas naos da frota que pede | Lisboa 22 de Novembro de 1769.

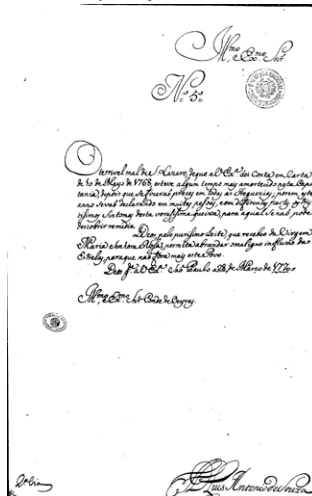
Conforme os manuais de Bellotto (2002, pp. 45-90) e Martinheira (2000, pp. 8-17), as imagens das espécies documentais reproduzidas abaixo exemplificam as estruturas redacionais que acabam por formar um “desenho” construído pelos traçados manuscritos no fôlio:

Figura 15: Modelos de espécies documentais predominantes na Secretaria de Governo do Morgado de Mateus.

Espécie documental

Reprodução fac-similar

Ofício



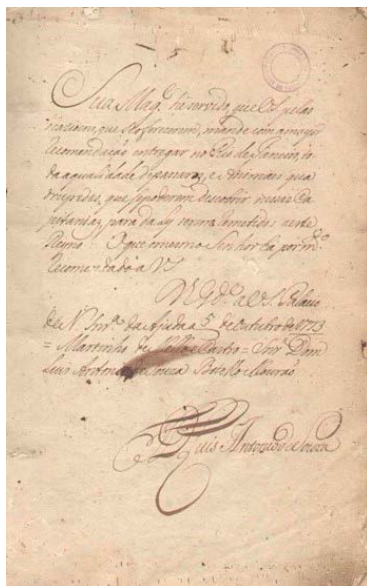




De Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mouraõ, Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo

S. Paulo

Aviso



Após os exemplos das estruturas redacionais, citam-se as cartas régias como as espécies documentais diplomáticas, em que as partes diplomáticas são necessariamente demarcadas no texto. Demonstra-se, a seguir, a divisão das partes diplomáticas de um documento<sup>69</sup>.

No protocolo inicial, a direção ou endereçamento (*inscriptio*), nomeia o Morgado de Mateus, a quem o ato se dirige: “Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mouraõ, Governador, e | Capitão General da Capitania de São Paulo, Amigo:” (Linha 1). Segue-se a titulação (*intitulatio*): “EU EIREY” e advém a saudação (*salutatio*): “vos invio muito saudar.” (Linha 3) com que se encerra o protocolo inicial.

Sobrevém o texto, com “todos os seus elementos comandados pela natureza jurídica do ato e por seu objetivo” (BELLOTTO, 2002, p. 39). Nesta parte há o preâmbulo (*prologus* ou *exordium*)

“Sendo informado da irregularidade, e falta | de disciplina, à que se acham reduzidas as Tropas Auxiliares dessa | Capitania”, em que se justifica a criação do ato.

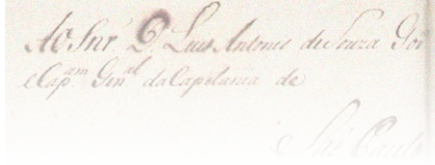
A notificação (*notificatio* ou *promulgatio*) “E attendendo à que pellas, sendo reguladas, e disciplina- | das como devem ser, consiste huma da principaes forças, que tem a | mesma Capitania para se defender:”.

O dispositivo consiste na substância do ato ao determinar o que se espera do receptor: “Sou servido ordenar-vos, que logo | que receberes esta, mandeis alistar todos os moradores das Terras da vossa | Iurisdicção”.

No protocolo final, há a solicitação do registro: “Registando-se esta nos Livros da Secretaria des- | se Governo, eos exemplares della nos Livros das respectivas Cama- | ras.”, seguida da data tópica “Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda” é seguida da data cronológica “a vinte douz | de Março de mil sette centos <sesenta> e seis.” e da subscrição “Rey”. À margem inferior esquerda, retoma-se o destinatário “Para Dom Luis Antonio de | Souza Botelho Mouraõ”.

Verifica-se que as partes diplomáticas foram muito bem demarcadas neste documento, inclusive graficamente pelos dois pontos (:.) entre o protocolo inicial e o texto e depois entre a notificação e o dispositivo. Essa marcação gráfica ocorre também entre o texto e o proctolo final, com a notificação de dever ser registrada nos livros da Secretaria de São Paulo. Apesar da diagramação estruturada das partes, observam-se atualizações da esfera discursiva passíveis de análise.

Genericamente chamadas de “cartas” no período, as espécies diplomáticas dos ofícios e cartas contavam com estrutura similar, prevista pelos manuais do período: “todas as cartas (reservando



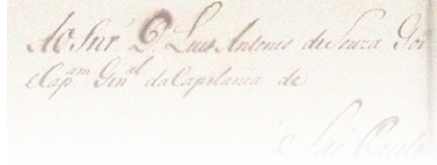
as de narração, e descrição) se dividem em quatro períodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se oferece o prestimo; e no quarto se deseja felicidades.” (FREIRE, 1746<sup>70</sup>). Essa organização pode ser observada nas correspondências do período, embora, por vezes, a divisão seja feita dentro de um único parágrafo.

Assim, em todas as correspondências ativas, o formato é o mesmo: o protocolo inicial e final contém o vocativo “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor” e a mesma expressão repete-se no protocolo final antecedendo a retomada do nome do destinatário. Os fatores que distinguem as cartas dos ofícios é o assunto abordado, mais pessoal nas cartas e outros dois fatores estruturais: uma fórmula no fecho e uma numeração indicativa de ordem. No fecho das correspondências, a fórmula “Deus guarde” é encontrada em todos os documentos ativos.

Todas as cartas ativas contam com o acréscimo da fórmula “Menor Criado” antes da assinatura do autor. A única exceção a essa regra ocorre no documento 30, em que o destinatário é o próprio Rei Dom José. É certo que o trâmite faria com que a correspondência passasse por outras mãos até chegar às do Rei. Ainda assim, a abordagem é mais direta, em detrimento das fórmulas convencionadas aos Secretários. Muda-se o formato, ao se usar apenas “Senhor” como vocativo. Essa mudança que pode parecer uma redução do grau de formalidade aos olhos contemporâneos é, ao contrário, a demonstração máxima de formalidade perante o soberano, designando-o “Senhor” absoluto de todo o sistema de governo.

A forma manuscrita era a maneira exclusiva de registro escrito que sempre visou à manutenção de informações. Segundo





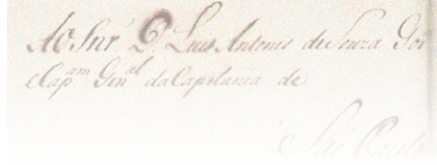
domínio do livro, em que se adotou a tipografia. A oposição entre as duas formas de escrita *print culture* e *scribal culture*, abordada por Chartier (2002, p. 84), entende-as como paralelas, destacando a manutenção da publicação manuscrita desde a invenção da imprensa por Gutenberg em Mainz<sup>71</sup> por volta de 1455 até o século XX. Embora haja exemplares impressos (sobretudo exemplares de tratados) encadernados nos cartulários, as correspondências entre autoridades permaneciam manuscritas. Esse recuo do manuscrito foi compensado pelo crescimento constante do número de pessoas que passaram a servirem-se da escrita.

Para se recuperar a cultura referente à segunda metade do século XVIII, torna-se de grande valia o estudo de documentação manuscrita, pois a sociedade colonial brasileira, segundo Barbosa (2005, p. 15), era uma sociedade manuscrita, haja vista que as tipografias permaneceram proibidas até 13 de maio de 1808, com a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, hoje Imprensa Nacional. Diferente das demais colônias europeias no continente, onde a imprensa existiu desde o século XVI, no Brasil foi proibida qualquer atividade tipográfica, “os manuscritos eram um dos mecanismos de circulação de textos literários, poéticos, técnicos” (ALMADA, 2006, p. 37). Deve-se a isso a imensa importância dos manuscritos no Brasil colonial e, por consequência, o mérito de seu estudo para a compreensão do período.

Desse modo apresentada a importância dos textos manuscritos no Brasil colonial da segunda metade do século XVIII, pode-se discorrer com mais propriedade acerca da circulação desses documentos em seu “tempo de uso”, período subsequente à gênese. Para isso, nota-se que a documentação manuscrita produzida e recebida pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus reproduz a

estrutura governamental vigente. Ou seja, destaca-se a atitude de submissão ao Rei como inerente ao regime monárquico. Conforme Bellotto (1986, p. 275), o soberano detinha o poder por conta de um processo histórico de aceite e, com esse poder central, delegava poderes aos órgãos institucionais em Lisboa e aos Provedores, Ouvidores e Governadores, os seus “lugares-tententes supremos na colônia”. A função governativa era, portanto, centralizada no Rei<sup>72</sup>, a quem cabia informar, aconselhar, ordenar e controlar. Assim, de acordo com Martins (2007, p. 7), os Secretários de Estado apresentavam ao Rei diplomas como consultas, cartas de contas e petições, oriundas de órgãos subordinados como tribunais ou ainda de entidades privadas ou indivíduos. Detentor do poder central, o Rei consultava seus Conselheiros, cujas funções destacaram-se na administração portuguesa josefina. Não só controlavam a execução das decisões régias, mas por vezes tomavam decisões e assinavam documentos, como os avisos, em nome do Rei. Essa aparente delegação de poder ocorreu graças às Secretarias, de que se tratará a seguir, mas o absolutismo garantia ao monarca controlar todos os mecanismos de regulação desses órgãos. Afinal, “desde os primórdios da monarquia portuguesa o Rei agia cum consilio, ou seja, era aconselhado na governação do reino por um grupo restrito de elementos que ele próprio nomeava e convocava” (RODRIGUES, 2007, p. 214). Nesse sentido, segundo Bellotto (2014, p. 394), a Coroa cercava-se de uma série de órgãos para levar a efeito seu mando, dentre os quais se destacava o Conselho Ultramarino.

Criado por decreto de 14 de julho de 1642, em substituição ao antigo Conselho da Índia, o Conselho Ultramarino objetivava centralizar todos os assuntos referentes aos “Estados da Índia, Brasil, Guiné, Ilhas São Tomé e Cabo Verde, e de todas as partes ultra-



marinas, tirando as ilhas dos Açores, Madeira e lugares de África” (ARRUDA, 2000, p. 293). A ele competia o provimento de todos os cargos relativos à justiça, bem como a consulta dos navios a serem enviados para o ultramar. De acordo com Bellotto (2014, p. 396), o Conselho Ultramarino tratava de todas os negócios referentes às grandes funções do Estado, tais como Administração, Fazenda, Guerra, Justiça e Igreja. Entende-se que sua criação deva-se à Restauração Portuguesa de 1640, quando Portugal concluíra que para cuidar do Brasil teria de abandonar a Índia. A partir disso, o Rei Dom João IV sentiu a necessidade de criar um tribunal com o objetivo de centralizar a administração das conquistas em além-mar.

A fim de reduzirem-se algumas incumbências do Conselho Ultramarino, o alvará de 28 de julho de 1736<sup>73</sup> criou a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, como órgão de natureza de eminentemente consultivo, de convocatória esporádica e sem poder decisório, de acordo com Rodrigues (2007, p. 255). A essa Secretaria delegava-se o tratamento de todas as atribuições da marinha e negócios ultramarinos, tais como a expedição das armadas e frotas e de passaportes dos navios, além dos provimentos dos postos militares. Também chamada de “Marinha e Domínios Ultramarinos” ou “Secretaria de Estado da Marinha e Conquistas” segundo Martins (2007, p. 5), cuidava das nomeações no Brasil e Maranhão, Estados da Índia, Reino de Angola, Ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde e fortalezas na África. Atuava juntamente com outras duas Secretarias: a “de Estado dos Negócios do Reino”, que tratava de questões internas de Portugal incluindo as Ilhas da Madeira e dos Açores; e a “de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra”, referente a negociações com outros países sobre tratados de paz, alianças e comércio. Com tantas atribuições, o grande volume documental

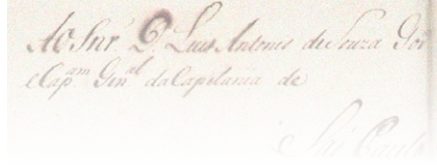
acabou por ser destruído pelo terremoto de 1755, extinguindo “as actas que se registavam há, pelo menos, trezentos anos. Mas, com D. José I e o marquês de Pombal, o Conselho é reabilitado e, em 1760, são nomeados cinco novos conselheiros” (RODRIGUES, 2007, p. 255). No mesmo caráter dos ministros de Estado que atuavam desde 1736, ainda segundo Rodrigues (2007, p. 261), como Conselheiros<sup>74</sup> “natos” a serviço da Coroa.

Nota-se a proximidade das atribuições dessas Secretarias, com o tangenciamento de suas intervenções. Por exemplo, o Rei solicita que o Morgado de Mateus envie do Brasil notificações a Portugal ‘medareis conta pela Secretaria | de Estado dos Negocios do Reino’<sup>75</sup>, mencionando a Secretaria responsável pelos negócios internos. Além das Secretarias, havia os tribunais, que continham as mesas, juntas e conselhos. Juntos, esses órgãos ultrapassavam o número de vinte<sup>76</sup>.

Em acréscimo a essa Secretaria, de acordo com Salgado (1985, p. 45), foi criado o Erário Régio por carta de lei de 22 de dezembro de 1761. Esse órgão era incumbido das matérias referentes à contabilidade e é adotado como detentor das finanças. O Marquês de Pombal, ainda assinando como Conde de Oeiras, intitulava-se “Conde Inspetor do Erário Régio”, o que evidencia a amplitude de seu poder de mando. Por seu predomínio sobre os demais órgãos, em 1788, o Erário Régio transformou-se na própria “Secretaria de Estado”.

Por esses outros órgãos terem absorvido diversas atribuições que costumavam ser da jurisdição do Conselho Ultramarino, para evitarem-se conflitos, conforme Martins (2007, p. 12), foi publicada uma legislação que assegurava a primazia do Conselho Ultramarino sobre os demais. Apesar disso, a Secretaria de Estado



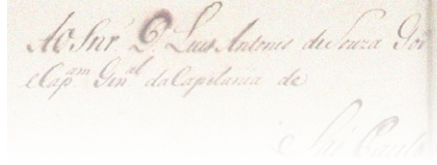


da Marinha e Domínios Ultramarinos predominava politicamente sobre o Conselho Ultramarino e juntos regulavam a administração geral da colônia do Brasil. Decorre daí a importância dos autores da correspondência passiva, os “Secretários de Estado da Marinha e Ultramar”, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu sucessor, Martinho de Melo e Castro. Eram, pois, os responsáveis por essa Secretaria.

Antes de chegar à presença das autoridades superiores a quem se destinava, a documentação ativa também esteve subordinada à mesma Secretaria, com exceção do documento emitido ao próprio Rei<sup>77</sup> cuidado pelo Conselho Ultramarino que, depois de 1750, tornou-se responsável por cuidar apenas do que se destinava ao Rei.

O conjunto dos documentos ativos e passivos, trocado entre o Estado português e os governos das capitânias gerais e subalternas foi classificado por Bellotto (2014, p. 397) como “documentos luso-brasileiros dispositivos”. Uma vez que “a correspondência e os despachos dos ministros, prelados e quaisquer outras pessoas dos domínios ultramarinos eram levados ao Conselho Ultramarino antes de chegarem à presença do rei, para obtenção dos devidos pareceres: as célebres ‘consultas’ ” (BELLOTTO, 2014, p. 396), os pareceres dados quando o próprio Rei consultava o Conselho Ultramarino eram as “consultas do serviço do Rei”. Em casos específicos, quando os Conselheiros teriam de ser convocados para reuniões, a estrutura obedecia ao trâmite de convocação retratado por Rodrigues (2007, p. 262) e representado pelo fluxograma a seguir:





correspondência administrativa ultramarina. As vias recebidas de cada documento eram arquivadas em códices para consulta. Outrossim, o Conselho Ultramarino havia arquivado tudo o que se produzira até 1750 e, a partir de então, permaneceu como fundo somente do que era emitido ao Rei.

Cumprindo atividades administrativas por 191 anos, o Conselho Ultramarino só foi extinto por decreto de 30 de agosto de 1833, conforme Arruda (2000, p. 297) e Martins (2007, p. 12). Pela constante ligação de funções, grande parte dos documentos do antigo Conselho foi reunida aos da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos<sup>79</sup> no AHU.

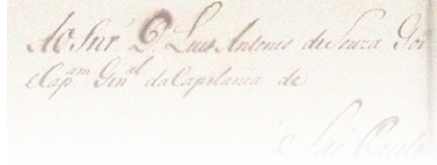
Extraído dessa documentação do AHU, os documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus são permeados pela expectativa de respostas, o que parece indicar um constante sentimento de abandono derivado da impotência diante da dificuldade de comunicação. Essa incessante busca de orientações e a permanente agonia da espera perpassavam o discurso do Morgado de Mateus por conta do chamado “tempo administrativo”<sup>80</sup>. Assim foi definido o período que costumava ultrapassar três meses entre a emissão de uma correspondência e o seu recebimento pelo destinatário no ultramar. Por consequência, as passivas apresentam no bojo de sua negociação intersubjetiva a tentativa de motivar o Governador e direcioná-lo de acordo com os princípios monárquicos para as inevitáveis tomadas de decisões autônomas.

De acordo com Martins (2007, p. 198), o tempo administrativo<sup>81</sup>, que designava o período circulação de despacho dos documentos entre a sede do governo e a capitania de São Paulo, dependia das vicissitudes da viagem travessia oceânica nos diferentes tipos de navios portugueses que transportavam passageiros, mercadorias e

correio e duravam em média três meses. A correspondência oficial era remetida ao Brasil em maços e sacos etiquetados pela Secretaria de Estado. Diferente do que ocorria com a presença da Família Real no Brasil, na segunda metade do século XVIII, os navios raras vezes navegavam expressamente para o transporte de correio. Grande parte desses navios pertencentes à Coroa ou a mercadores transportava passageiros e todo tipo de carga. Via de regra, navegavam entre Lisboa e o Rio de Janeiro, por vezes fazendo escalas na Bahia. Na rota de retorno à Europa, costumavam passar pela Ilha da Madeira.

Embora se reflita nos documentos passivos, o tempo administrativo é contado apenas para a correspondência ativa, a que a demora tinha repercussão mais drástica. Diversas idiosincrasias administrativas e distorções na política colonial deveram-se ao atraso ou à ausência de comunicação com as instâncias superiores. Disso resultaram as diversas notificações e reprimendas transmitidas pela documentação descendente. A dificuldade de governar no ultramar foi transmitida em cartas à esposa, o Morgado de Mateus reclamava mais deliberadamente da dificuldade de comunicação, como em “e são passados cinco meses e ainda não voltou a resposta”<sup>82</sup> (BELLOTTO, 2007b, p. 216). Também a Dona Leonor, refere-se à recepção das correspondências:

nestes países não há correios, todas as vezes que não vêm remetidas a pessoas que as enviem, e tenham cuidado de as remeter na ocasião de haver embarcação e por pessoa certa, ficam adonde sucede, e [há] o costume de botarem pelas Igrejas para ver se encontram conhecido que as envie e ali estão em montes até que os rapazes as levam<sup>83</sup> (BELLOTTO, 2007, p. 218).



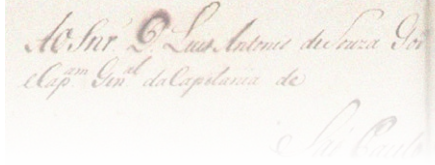
A descrita morosidade para receberem-se os “correios”, como a correspondência é chamada pela esposa do Morgado de Mateus, Dona Leonor, imprime o caráter lacunar da comunicação, por isso instaurou as primeiras propostas de linha postal entre a capitania de São Paulo e as regiões adjacentes<sup>84</sup>. À distância navegada somavam-se os caminhos a serem vencidos por terra entre as cidades litorâneas e as do interior do país: “As distâncias são tão excessivas que o escrever daqui para Santa Catarina é o mesmo que escrever de Mateus para Viena d’Áustria”<sup>85</sup> (BELLOTTO, 2007b, p. 216). Com isso, muitas vezes a autorização ou proibição de um ato era recebido na capitania tempos depois de sua execução. Derivam daí os pedidos de desculpas por atitudes contrárias ao que se esperava e a interminável tentativa de desfazerem-se os mal-entendidos.

Apesar das consequências negativas à administração do período, o tempo administrativo permite destacarem-se interessantes características de ordem intersubjetiva. As relações à distância contêm uma preocupação maior com a manutenção do *ethos* e, sobretudo, com o medo de rompimento dos vínculos afrouxados pela falta de convivência. A distância impedia relações próximas e frequentes, em que as retomadas de contato costumavam sanar impressões negativas e manter os vínculos por demonstrações de afeto que ultrapassassem a linguagem verbal. Em oposição a isso, a política ultramarina setecentista encerrava a comunicação à esfera da linguagem verbal escrita e oral, por meio dos recados. Os recados orais eram mais comuns em comunicação pessoal, como escreve Dona Leonor ao marido. Por exemplo, “outro dia tive eu o sumo gosto de ouvir dizer, o que não ignorava, que Dom Luís nos auxiliares nenhum cesto de fruta aceitava”<sup>86</sup> (BELLOTTO, 2007, p. 242). É certo que essas notícias após a longa viagem atlânti-

ca teriam perdido as cores originais. A não ser quando vinham redigidas: “Este correio me diz minha Mãe que teve carta sua e que me segura está bom”<sup>87</sup> (BELLOTTO, 2007, p. 236) para serem transmitidas a outros parentes.

A comunicação oficial trocada entre os lados do Atlântico não poderia se valer deliberadamente de recados como demonstração de amizade e afeto. O estreitamento dos vínculos interpessoais era garantido pela formulação do próprio discurso oficial. Assim, conforme Wehling (1986, p. 45), os canais administrativos mantinham a relação paternalista exercida pela burocracia real para promover a vontade régia perante os súditos.

Essa burocracia sistematizada por Pombal, segundo Bellotto (2007b, p. 14), determinava a produção de três vias de cada documento oficial. Ressalta-se que todas essas vias são consideradas originais devido a sua gênese na Secretaria de direito, sob o controle do autor intelectual. Cada uma das vias partia em navio diferente, de modo a garantir a segurança marítima contra pirataria e naufrágios. Tomava-se o cuidado de enviar as segundas vias entre dez dias a dois meses e meio depois da remessa da primeira. Há datações cronológicas repetidas<sup>88</sup>, o que pode ser atribuído mais à tentativa de se enviar grande quantidade de documentos por um mesmo navio do que ao fato de se redigirem em um único dia. Não se descarta, entretanto, a possibilidade de diversas correspondências encontrarem-se em forma borrão (rascunho) e serem passadas a limpo em um único dia de trabalho ou preparadas e ditadas pelo Governador a seus escribas em um mesmo dia. Martins (2007, p. 198) afirma que as datações podiam variar, seguindo no mesmo dia de sua gênese ou esperando outras para a composição de um conjunto a ser enviado.



Explica-se, com isso, a existência de mais de uma via de um mesmo documento além da existência de cópias. Após o recebimento, por motivo de segurança e organização da Secretaria local, produziam-se cópias manuscritas dos documentos em livros de registro ou em papéis avulsos posteriormente encadernados, conforme os códices aqui estudados. Quando duas vias chegavam, a terceira seria destruída, o que justifica não se ter encontrado nos fundos consultados nenhum testemunho com as três vias originais conservadas.

Em oposição às tratativas ultramarinas, não havia hierarquia administrativa obrigatória quando se tratava de correspondência interna no Brasil colonial. Isso significava que qualquer súdito poderia dirigir-se diretamente à autoridade que quisesse. O Morgado de Mateus recebia, portanto, além das correspondências de seus superiores, muitas de direção ascendente, enviadas por seus funcionários<sup>89</sup> (como se exemplificará nas análises), ou diretamente por moradores da capitania. Como o corpo burocrático era muito reduzido, cada súdito deveria considerar-se um fiscal, o que impulsionava a constante delação entre os pares nas diversas funções. O governo garantia, desse modo, uma estrutura de controle com poucos funcionários. Observa-se, com isso, a falta de limites entre o público e o privado na documentação da governança portuguesa. Tal asserção pode ser corroborada pelo fato de, com a vinda da família real ao Brasil em 1808, o governo francês ter delegado aos próprios portugueses a manutenção das correspondências referentes a assuntos meramente pessoais, consideradas pela França de “ordem menor”, conforme Bellotto<sup>90</sup>.

Diante do exposto, verifica-se que os documentos produzidos e recebidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus possuem a valoração histórica ampliada por ser produto oficial do sistema estabelecido pelo governo português sob a jurisdição do

Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. As observações apoiadas na ciência da Diplomática, acerca da gênese, autoria e circulação documental, tornam-se, portanto, interessantes à compreensão dos tipos documentais sob as espécies de ofício, carta, carta régia e aviso, portadoras do discurso condutor de ideologias e intersubjetividade setecentistas.

Como não havia envelopes prontos para o uso, tinham de ser feitos pelos próprios autores materiais. As folhas empregadas eram similares às usadas para a redação dos documentos, o que exigia a redução do tamanho de um documento para que fosse contido no envelope. Por isso, observam-se mais vincos quando o documento seria acondicionado em outro suporte:

Figura 17: Sobrescrito de documento<sup>91</sup> (feito em outro suporte).

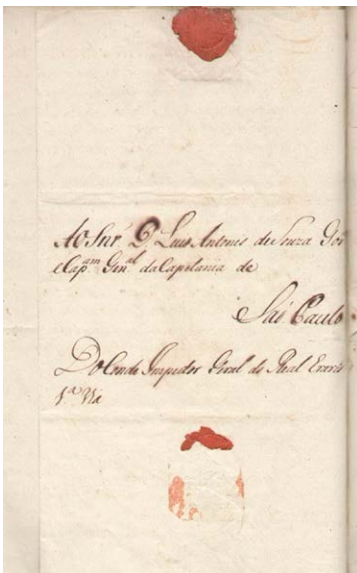
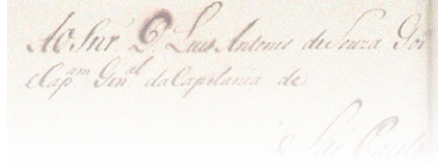


Figura 18: Sobrescrito de documento<sup>92</sup> (feito a partir do suporte do próprio documento, com dobradura em forma de envelope).

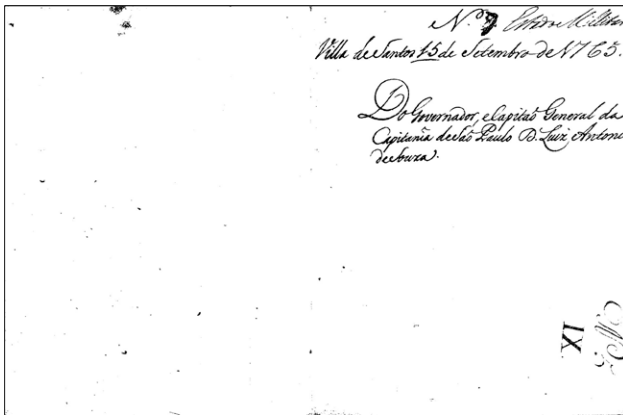






Quando dobrada mais uma vez ao meio, a folha estruturada em forma de caderno bínio assumia uma nova estrutura, a de “quaterno” para formar o sobrescrito. Assim dobrado em quatro partes iguais, a escrita do sobrescrito ficava no fólio 2v, conforme exemplo:

Figura 19: Exemplo de sobrescrito.



No caso da parcela ativa, quando dobrados em mais de duas partes, os documentos foram alocados em sobrescritos de outros papéis. Nesses casos, os envelopes teriam sido descartados na Secretaria, ao serem recebidos em Lisboa, não tendo permanecido como anexos. Dessa forma, os sobrescritos conservados da documentação ativa são apenas os feitos do suporte do próprio documento.

Há documentos que, por exemplo, têm a mesma data cronológica e tópica. Além disso, são primeiras vias, cujas marcas de vinco no meio das folhas são idênticas. Seriam esses manuscritos enviados em uma só remessa, por vezes em um mesmo envelope.

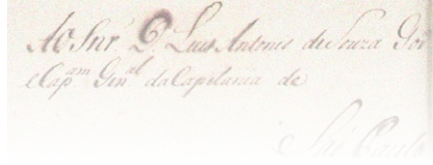
Figura 20: Sacos de transportar correspondência<sup>93</sup>.



## CALIGRAFIA COMO “A ARTE DE DEBUXAR”

O modo de escrever dos diversos amanuenses responsáveis pela grafia dos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus apresenta-se como relativamente homogêneo, com hábitos gramaticais e estilísticos característicos da época, com considerável nível de regularidade do sistema ortográfico, mesmo sem a existência de uma ortografia oficial da Língua Portuguesa, conforme Fachin (2011, p. 15).

Todos os fólios que compõem os documentos estudados produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus apresentam escrita cursiva, caracterizada, segundo Acioli (1994, p. 13), por letras corridas, traçadas de um só lance e sem descanso da mão, com palavras conectadas entre si por nexos ou ligações, com mais ou menos definição de fronteiras de palavras.



Nesse período, seguia-se o modelo caligráfico estabelecido por manuais de caligrafia, dos quais se destaca a obra de Manoel de Andrade Figueiredo, *Nova escola para ler, escrever e contar*, publicada em 1722. Segundo Moraes (1979, p. 138), “A caligrafia ensinada por Figueiredo foi usada em Portugal até os tempos de Dom José, quando os mestres-escolas começaram a ensinar a escrever no estilo dos calígrafos ingleses e franceses.” Como os documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus contam com punhos que reproduziram com precisão e erudição o modelo vigente, podem ser analisados como fontes dos modelos caligráficos à formação caligráfica dos colonos e colonizadores do século XVIII.

Sendo o Morgado de Mateus e o Marquês de Pombal os autores intelectuais os representantes da mais alta hierarquia do governo português, seus registros escritos contaram com profissionais habilitados à técnica da escrita, com punhos habituados à caligrafia canônica vigente e com conhecimento das regras do que pode ser considerado o “português padrão” da segunda metade do século XVIII. A dinâmica da padronização da escrita seria uma tendência mesmo em período anterior:

Por meio de minucioso processo de ordenação, pode-se observar mais claramente, nos casos de variação gráfica estudados, as preferências por formas-padrão em vez das formas-variantes, o que indica, já nesta época [acerca do português arcaico], uma forte tendência à uniformização gráfica, mais do que à confusão, como se pode pensar em princípio (TOLEDO NETO, 1996, p. 62).

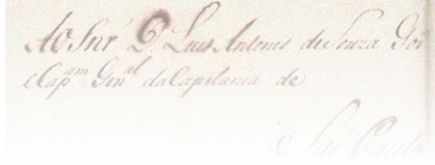
Mesmo existindo textos em francês nos cartulários<sup>94</sup> estudados, prepondera a língua portuguesa.

Quanto à língua em que eram escritas as cartas, latim, português ou francês, a tendência era usar do português, dando-lhe primazia. Ao Papa, que escrevia em latim, respondiam os nossos soberanos em português. A uma carta do próprio punho de Luís XV, Dom José respondia em português. Mas ao regente, escrevia em francês (SAMPAIO, 1984, p. 182).

Conforme aponta Acioli (1994, p. 55), a documentação brasileira setecentista manteve, a exemplo de Portugal, a tradição da caligrafia humanística cursiva. Essa tradição escrita, de acordo com Higounet (2003, p. 143), surgiu a partir da escrita carolíngia, por obra dos humanistas italianos. Caracteriza-se por ser “suave, traçada com penas pontudas, fortemente inclinada para a direita e com todas as letras de uma mesma palavra unidas” (HIGOUNET, 2003, p. 144). Destarte, além do padrão ortográfico, todas as caligrafias apresentam-se legíveis e bastante regulares, feitas por mãos hábeis, indicativos que seus amanuenses eram detentores de certo grau de instrução e conhecedores da língua e da caligrafia da época.

Diferente da letra impressa, que se manteve praticamente inalterável se comparada ao gótico librário dos fins da Idade Média, a escrita manuscrita permanece em processo de evolução, o que permite observar a proximidade ou distanciamento do modelo caligráfico vigente por meio da análise das características extrínsecas dos documentos manuscritos, ou seja, os aspectos gráficos da escrita, conforme Berwanger e Leal (2008, p. 57).

Para a observação das caligrafias relacionadas aos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus, emprega-se a metodologia de análise proposta por Cambraia (2005, p. 24 apud Mallon, 1952) por meio de sucinta especificação dos aspectos

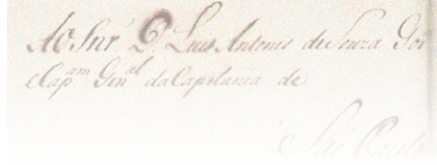


que compõem a escrita. Em primeira instância, a visão panorâmica de um texto demonstra a morfologia da letras, com traçado mais ou menos bem desenhado, e o respeito às margens. De maneira mais detida, considera-se a sucessão e o sentido dos traços das letras, a comporem o *traçado* (ou *ductus*). Pormenorizando a observação, notam-se os aspetos do ângulo (encadeamento entre os traços verticais e a pauta horizontal), do *módulo* (dimensão das letras em relação à pauta) e ao *peso* (correspondência entre o traçado fino e mais grosso).

Todos os punhos estudados representam o que Marquilhas (2000, p. 239) nomeia, por meio de seu *corpus* do século XVII, como “mão hábil”. A exemplo de Toledo Neto (2008, p. 2826), que afirma não existirem mãos inábeis no *Roteyro da viagem para as Minas do Cuyaba*, não se observam nos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus a ausência do regramento ideal dos fólhos, tampouco o uso de módulo desproporcional por traçado inseguro.

Por terem sido todos lavrados na segunda metade do século XVIII, pode-se inferir que os escribas responsáveis pelos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus tenham recebido sua instrução escolar em período anterior à lei pombalina de 6 de novembro de 1772. Essa lei dividiu o ensino da escrita em duas fases: a primeira, segundo Adão (1998, p. 18), consistia em ensinar a criança a desenhar as letras e a treinar-se na escrita de palavras, enquanto a segunda deveria abranger o ensino da ortografia sem erros na prática dos textos. Antes da lei, o ensino da escrita costumava ser desenvolvido em uma única etapa, por meio de cópias de documentos. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a prática do desenho das letras, memorizava-se a grafia das palavras. Infere-se, pois, que a fragmentação do ensino em duas



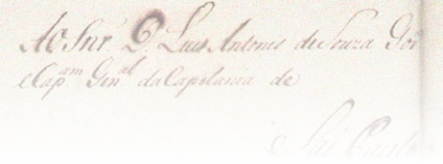


com methodo, e boa fórma”. Nessa perspectiva, o manual considera inadmissíveis à prática de um bom “Secretário” imperfeições como a demora, a prolixidade, a aspereza, a ignorância e a escuridade. Um bom Secretário teria de saber guardar os segredos que recebia “da boca de seu Amo, para os comunicar, e não para os divulgar.”

O fato de serem os detentores dos “segredos”<sup>98</sup> do governo fazia com os Secretários ocupassem posição de destaque e tivessem de ser alguém de confiança do governante. O Morgado de Mateus retrata isso ao assumir que não poderia escrever todas as vias das correspondências oficiais, tendo de ‘fialas descre | tario aquemdei ojuramento dos Santos Evangelhos, e dellererei todo ode | vido cuidado alemdisso paraque denhum modopossahaver ominimopre | juizo no Segredo taõ necessario aoRealServicodeSuaMagestade que Deos guarde’.<sup>99</sup> Nesse sentido, o Secretario era visto como “hum Jano<sup>100</sup> com duas caras: com huma deve olhar para seu Amo, e com outra para o sujeito, a quem escreve por mandado do mesmo” (FREIRE, 1746). O manual de Freire (1746) trata da responsabilidade de os Secretários não divulgarem os segredos, matéria de seu trabalho, como prova de respeito ao amo, às pessoas a quem escrevia e aos assuntos sobre os quais se referia.

Como conhecedor e divulgador dos conhecimentos por meio da grafia, acredita-se que o Secretário tenha importância capital a um governo, pois “detém os segredos de Estado, a começar por esse da técnica da escrita, ligada às técnicas divinatórias. Aquele que domina as contas e os arquivos domina tanto seu segredo quanto o Estado o domina” (DEBRAY, 1983, p. 31).

Como representante de um cargo de tamanha importância, esperava-se também que um Secretário tivesse erudição para “de pintar a palavra, fallar aos olhos, e dar côr e alma aos pensamentos”



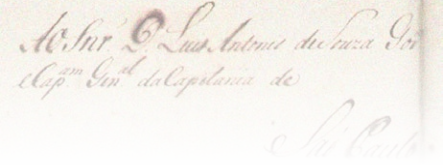
(FREIRE, 1746). Conforme Freire (1746 <sup>101</sup>), seria próprio apenas a pessoas inteligentes a composição de correspondências com método e boa forma. Acrescenta ainda que

mui pouco confio nas minhas instrucçoens, se o novo Secretario não for dotado de hum vivo engenho, e não tiver hum inteiro conhecimento das linguas Latina, e materna, e huma larga lição dos melhores Authores, que escreveraõ cartas, e trataraõ do modo como se devem formar (FREIRE, 1746).

Detentores de todas essas características, os três interlocutores do Morgado de Mateus no reino, além do próprio Rei, o Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro tinham o cargo de Secretários. Dentre outras funções de gerenciamento dos órgãos vinculados às Secretarias por que eram responsáveis estava a produção documental, função à qual se detém esta obra. A produção de próprio punho não estaria atrelada à função desses Secretários, como comprovam os documentos produzidos pela Secretaria de Governo Marquês de Pombal, dos quais nenhum é autógrafo. Mesmo as primeiras vias são sempre idiógrafas, redigidas pelo punho de terceiros. De maneira ilustrativa, apresentam-se a seguir fragmentos autógrafos de cada um dos três Secretários autores dos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Marquês de Pombal:







As três caligrafias apresentadas retratam traçado irregular se comparadas às representadas na redação dos documentos produzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus. A morfologia dos três punhos pode ser considerada pouco trabalhada, com formatos de letras de desenho pouco cuidado. As duas primeiras reproduções, da autoria material do Conde de Oeiras e de seu irmão, demonstram ângulo bastante desarmônico em relação às pautas imaginárias. Retratam também uma escrita menos corrente, se comparadas à terceira.

Apesar das funções políticas de destaque, essas personagens históricas podem ser consideradas portadoras de punhos menos hábeis à prática da escrita do que os escribas profissionais. Evidencia-se, com isso, o fato já conhecido de a produção documental pública e oficial dos governos ser reservada aos profissionais da escrita.

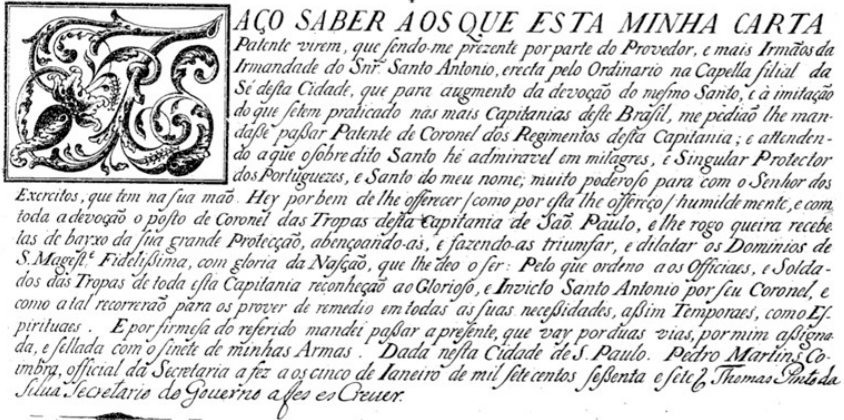
Representante do alto cargo de maior influência política junto ao Rei, o Marquês de Pombal deixou pouca documentação autógrafa. Os testemunhos de seu próprio punho restringiram-se, via de regra, à esfera das comunicações privadas. Nessas correspondências, sua grafia pode ser caracterizada de maneira mais detalhada, retratando as mesmas características já mencionadas, de uma mão pouco afeita à grafia bem trabalhada:







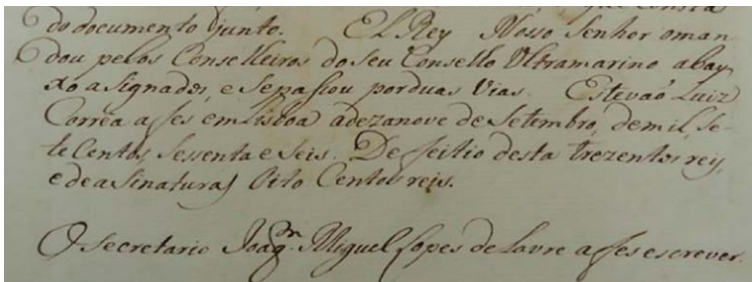


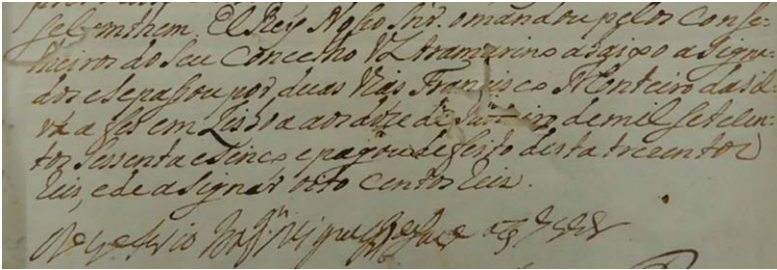
Figura 26: Nota autógrafa de Tomás Pinto da Silva após texto tipográfico<sup>108</sup>.

O traço apurado mantinha, no entanto, as marcas de sua caligrafia corrente, por exemplo com o uso de U por V e de caixa alta no interior de palavras.

Outro exemplo que corrobora o fato de os Secretários não desempenharem funções de escrita constantemente em seus cargos é o Secretário do Conselho Ultramarino em Lisboa, Joaquim Miguel Lopes de Lavre:

Figura 27: Exemplos de caligrafias de escrivães.





Observa-se, mais uma vez, por meio da nota autógrafa do Secretário do Conselho Ultramarino em Lisboa, que o punho do escriba, como profissional da escrita, apresenta-se mais legível do que a daquele que ditara e gerenciara o documento. Apesar de seus traçados apresentarem marcas da rapidez da com que, provavelmente, escreviam, os Secretários, a exemplo de Tomás Pinto da Silva, demonstravam-se conhecedores dos cânones de uma boa caligrafia setecentista.

Durante o governo do Morgado de Mateus, Tomás Pinto da Silva<sup>109</sup> foi o responsável por acompanhar a produção documental, atestando a intensa escrita da Secretaria. A abundância de documentos que são redigidos e circulam na capitania de São Paulo é tópico comum em diversas correspondências ascendentes do Morgado de Mateus, como comprovação de sua atuação profícua como administrador: ‘basta dizer a Vossa Excellencia, que na Secretaria do Governo, como at- | testao Secretario, Setêm escripto trinta ecinco resmas depapel, e | na minha Secretaria particular onze, ou doze, tudodictado da minha voz; os Li- | vros emque tenho distribuido a Secretaria Saõ os que constaõ da Rela- | Ção junta.’<sup>110</sup>.

Como reforço a seus dizeres, Tomás Pinto da Silva atesta que a escrita fazia parte da rotina diária do Governador. Antes do jantar, cuida dos despachos ao correio:

Ar. Sur. D. Lus. Mateus de Sousa  
Cap. Gen. da Capitania de

Figura 28: Atestado<sup>111</sup> da presença do Morgado de Mateus (na produção das correspondências de sua) Secretaria.

Tomaz Pinto de Sousa Secretário do  
Governo da Capitania de S. Paulo, RJ

Attesto que M. me. D. João Galvão  
da Capitania de S. Luiz Antonio declarou assim que  
antamente ao despacho, copulando todos os Equipamentos an-  
tes de partir, excepto aquellos que dependem de mayor Con-  
sideração, e me tem dado ordem para que lhy acesse  
os despachos de Embarcação, e lhy a lha que parde a  
nha demora, e que si humo vez demora humo Em-  
barcação do Contracto por causa urgente do Serviço.  
E poder Cordade e Aferrado por pauer apresente  
mim arribado nesta Cidade de S. Paulo ao  
de Junho de 1768

Tomaz Pinto de Sousa

O labor do Morgado de Mateus não se encerra no acompa-  
nhamento e conferência dos documentos sob sua tutela. Em opo-  
sição aos seus interlocutores e ao seu Secretário, ele redigiu de  
próprio punho grande parte das correspondências oficiais de seu  
governo. Conforme mencionado no contexto histórico, o Morgado  
de Mateus reconhece a utilidade de sua caligrafia para registrar e  
comunicar com precisão os trâmites documentais de seu governo.  
Por isso, em correspondência particular, pede que a esposa não se  
esqueça de mandar ensinar ao filho primogênito a arte de debuxar,  
que lhe estaria sendo mais útil que todas as outras na administra-  
ção da capitania. A destreza caligráfica com que grafou seus tantos







|  |   |
|--|---|
| <p>que Provedor que de aqui, e assim indo<br/>de aqui, e assim indo, e assim indo<br/>Capitania, nel' tempo que se trata em Selhe<br/>nos termos de Selhe. E assim indo<br/>que nos termos de Selhe, e assim indo<br/>procurador, mas porque se trata em Selhe<br/>nos termos de Selhe, e assim indo<br/>que se trata em Selhe, e assim indo</p> | <p>quer Procurador queo requiera, e constando<br/>de auttos, ou p[ro]p[ri]os que parem nos Cartorios<br/>dessa<br/>Capitania, não haverá duvida em Selhe passa<br/>rem todas as Cartas que pedir. E vedizese lhe<br/>que não tome o trabalho de escrever pela Sua<br/>propria mão, porque hé melhor empregar esse<br/>tempo commais utilidade ao Real Serviço, de<br/>que se applicaõ Louvavele affectuozamente</p> |
|--|---|

O retorno dado à solicitação reitera o fato de não ser exigido que o governante, enquanto autor intelectual, grafasse pessoalmente o conteúdo dos documentos. A escrita de próprio punho foi considerada uma tarefa de menor valia pelo Marquês de Pombal, ao aconselhar que o Morgado de Mateus empregasse seu tempo com outras ações de maior relevância ao Real Serviço. Duas possibilidades podem motivar essa postura do Marquês de Pombal. A primeira decorreria do fato de haver profissionais qualificados e contratados para a redação oficial nas Secretarias de governo, tornando-se dispensável a ação do próprio Governador nesse sentido. A segunda, de caráter mais pessoal, estaria subjacente à primeira e se deveria à atitude de desqualificar como imprópria uma tarefa que ele próprio não realizava. Infere-se que essa desvalorização da prática da escrita decorresse do estatuto inferior<sup>118</sup> que os trabalhos manuais tinham na época.

Como não seria função do próprio Governador, havia diversos escrivães contratados na capitania de São Paulo. Para cumprir todas as etapas dos trâmites administrativos em uma área territorial tão dilatada, o Marquês de Pombal recomendou que se contra-

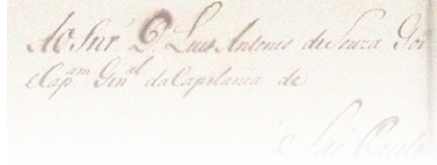
tassem 'os Amanuences que lhe | forem necessarios, os quaes não sendo mais precizos se | devem despedir depois de satisfeitos do seu trabalho.'<sup>119</sup>.

Deriva dessa diversidade de funcionários a variedade de punhos existente nas correspondências produzidas pelas Secretarias de Governo da época. Enquanto produtores da concretude da escrita, deve-se também registrar o devido crédito aos autores materiais dos manuscritos setecentistas.

A dificuldade de se conhecer a identidade de cada um dos autores materiais não invalida a influência exercida por esses escribas no produto final de cada documento. Não se pode desconsiderar que a mão que grafa o texto imprime, em conjunto com o traçado das letras, seus traços dialetais e culturais. Ao passar pelo crivo do autor intelectual, um documento idiógrafo pode ser considerado o amálgama do discurso, proposto pela mente do autor intelectual, e das particularidades linguísticas (de ordem gráfica, morfológica e sintática) da materialização executada pelas mãos do escriba.

Nota-se que todas as caligrafias apresentam traçado bastante regular, com ângulo, módulo e peso equilibrados. A estética regrada do punho parece ter sido o critério de seleção aos escrevões autorizados a redigirem documentação oficial a ser enviada aos superiores da Coroa portuguesa. Pelo estudo de documentos do período notadamente autógrafos de alguns escribas, foi possível inferir a autoria material de determinados traçados produzidos no período.

Dentre os funcionários com funções ligadas à produção escrita que compuseram a comitiva do Morgado de Mateus destaca-se seu primo Afonso Botelho de Sam Paio e Sousa, nascido em 1728 e falecido em 1793. No cargo inicial de Ajudante de Ordens do Governo, em 1768 assumiu a responsabilidade pelas expedições mili-



tares de conquista dos sertões. Por seu bom desempenho, recebeu, posteriormente, a patente de Tenente-Coronel. Conforme Belluzzo (2003) aborda de maneira geral em seu livro, Afonso Botelho entrou para a História como quem mais de perto acompanhou a questão da tratativa com os índios.

Alguns dos portugueses vindos ao Brasil para cumprir funções profissionais ao tempo do governo de Dom Luís António deixaram-se ficar, constituindo família em São Paulo. É o caso do Escrivão João de Oliveira Cardoso, que se casou pela primeira vez em Atibaia, com Maria Gertrudes no ano de 1790<sup>120</sup>. E também do Escrivão Luiz António da Costa Vianna, nascido em Viana do Castelo e filho do capitão Domingos Fernandes da Costa, que se casou em Sorocaba com a nativa Anna Maria no ano de 1775<sup>121</sup>.

De modo similar, o português Salvador Pereira da Silva já havia atuado como Juiz de Fora em Coimbra, na Vila de Penela antes de assumir o cargo de Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de São Paulo em 1765<sup>122</sup>. Permaneceu no Brasil, casando-se em 1793 com Joaquina Maria de Oliveira em Atibaia<sup>123</sup>.

Outro Escrivão português seria o Clemente José Gomes Camponeses, conhecido por ter deposto contra o Morgado de Mateus no governo posterior. Nascido em Lisboa, na Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação de Alcorim em 1740, Clemente José teria vindo ao Brasil anteriormente, em 1752 e desde 1752 já estaria casado com esposa brasileira. Faleceu em 1804, aposentado como Oficial da Fazenda.

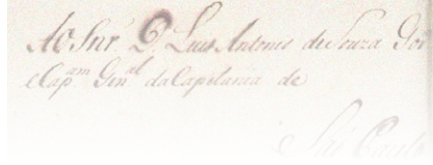
Dentre os Escrivães, havia também brasileiros, sobretudo os contratados para funções imediatas de substituição na Secretaria. Além dos amanuenses temporários, havia cargos de relevância ocupados por nativos. Era o caso do Escrivão da Fazenda Real e Junta

da capitania, José Bonifácio Ribaz, nascido em 1739 no Rio de Janeiro<sup>124</sup>.

Também detentor de destaque social, o Tabelião Inácio António de Almeida foi considerado por Borrego (2010, p. 138) como um agente mercantil da Câmara Municipal em 1764, vivendo de “suas agências<sup>125</sup>” (BORREGO, 2010, p. 164).

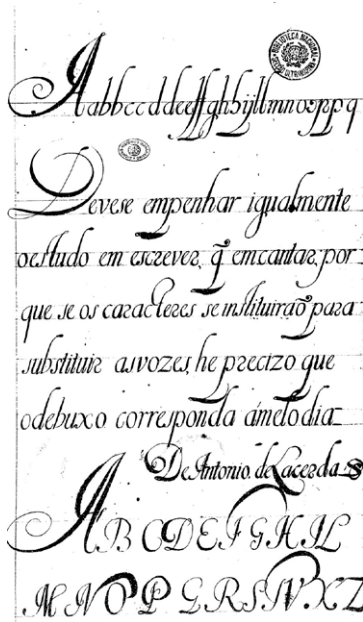
Um exemplo é António Bernardino de Sena, Escrivão das contas do almoxarifado da Fazenda Real da Cidade de São Paulo, mencionado por Rodriguez (2010, p. 66) como detentor do cargo de Escrivão dos órfãos, e por Fachin (2011, p. 45) como o autor de uma das certidões estudadas em 1753 na Parnaíba. António Bernardino de Sena teria nascido em 14 de maio de 1729 em Santana de Parnaíba e morrido no ano de 1765 no mesmo local. Sua biografia é conhecida por ter sido abandonado pelos pais e batizado como “exposto”<sup>126</sup>. Casou-se com Joana Barbosa de Araújo, com quem teve a filha Ana Maria de Abreu Barbosa. Faleceu na Vila de Parnaíba no ano de 1795<sup>127</sup>.

A quantidade de autores materiais elencados denota a dificuldade da tarefa de distinção dos punhos. Tal tarefa torna-se ainda mais árdua devido à necessidade de renovação e ampliação do quadro de escrivães no governo do Morgado de Mateus. De acordo com um ofício<sup>128</sup> de 12 de maio de 1768, a Secretaria de São Paulo teria tido muitas baixas por conta de moléstias de pessoas que escreviam, o que fez com o Governador criasse uma escola com dois “Mestres de Meninos” habilitados a ensinar os aprendizes a redigir, para, no futuro, estarem aptos ao trabalho de redigir. Nesse mesmo documento, há a queixa de ‘não achey quem tivesse | Letra, que ao menos, por remedio, pudesseSuprir estafalta.’ O tom exagerado, comum aos discursos do Morgado de Mateus, fez com que ele to-

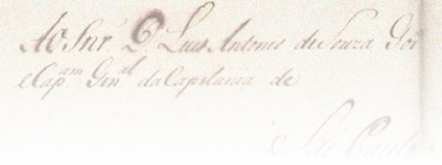


masse a iniciativa de promover testes a possíveis escribas por meio de exercícios de caligrafia<sup>129</sup>, dos quais se apresenta um, com finalidade ilustrativa:

Figura 31: Modelo<sup>130</sup> do exercício de caligrafia aplicado pelo Morgado de Mateus aos aspirantes a Escrivas na capitania de São Paulo.



Foram submetidos a esses testes caligráficos os seguintes candidatos: Manuel de Freiras Ribeiro da Silva, João Climaco Bernardes, João Alves Pereira da Silva Lima, António de Lacerda, Joaquim Francisco de Vasconcelos, Manuel Francisco de Andrade e Jerônimo Renovato.



## AS VIAS DOS DOCUMENTOS

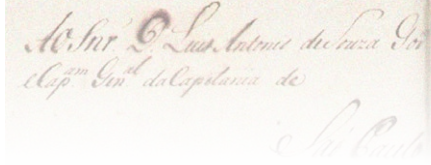
O testemunho autógrafo é o escrito pela própria mão do autor, de acordo com Faria e Pericão (2008, p. 31). Em decorrência, o chamado “idiógrafo” é o documento ditado pelo autor intelectual e redigido por um terceiro, o autor material. Os idiógrafos são assinados pelos próprios autores intelectuais como modo de firmarem a autenticidade e comprovarem o controle autoral do testemunho. De acordo com os preceitos da Crítica Textual, os testemunhos autógrafo e idiógrafo são originais por serem derivados da vontade do autor intelectual e por ele controlados.

## ASPECTOS PALEOGRÁFICOS

‘O escrever bem não consiste em fazer a letra bem talhada, senão em escrever certo’, dizia frei Pedro de Santa Clara (ADÃO, 1998, p. 20).

Originária do grego, a *Paleografia* (*palaios* = antigo e *graphien* = escrita) é o estudo da escrita feita sobre material brando ou macio, como as tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel, segundo a definição de Acioli (1994, p. 5). Como ciência auxiliar da Filologia, a Paleografia ensina a ler corretamente documentos manuscritos ou impressos, visando à decodificação formal dos caracteres extrínsecos do texto, tais como as formas alfabéticas, os números, as abreviaturas, as fronteiras de palavras e outros sinais gráficos. Os conhecimentos paleográficos fornecem subsídios para a distinção entre os documentos verdadeiros e autênticos dos falsos, deturpados, apócrifos ou adulterados, por permitirem a re-



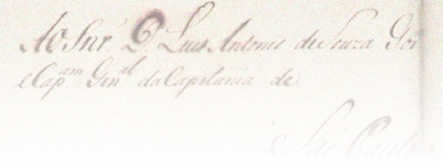


construção da escrita pelo mapeamento dos traços gráficos. A descrição desses traços auxilia na tarefa de compreensão da gênese textual acerca da autoria, do tempo e do lugar da produção de um documento. O labor paleográfico pode conduzir também à identificação da autoria material de um manuscrito, pela atribuição de uma ortografia a um dado escriba. Embora nem sempre seja possível, o reconhecimento dos “punhos” tem grande utilidade aos estudos linguísticos. Afinal, além do conhecimento de seu autor intelectual, um manuscrito conta com os modelos mentais e com fatores socioculturais e linguísticos daquele que o redigiu.

Segundo Cambraia (2005, p. 23), modernamente, a Paleografia<sup>131</sup> apresenta duas finalidades: a teórica, que se preocupa em entender como os sistemas de escrita se constituem sócio historicamente, e a pragmática, que se detém na capacitação de leitores modernos para interpretar adequadamente as escritas do passado e, em última instância, avaliarem a autenticidade de um documento. De acordo com Blanco (1987, p. 13), os conhecimentos paleográficos continuam a ajudar atualmente na resolução de questões ligadas à falsificação de documentos, à codificação e decifração de documentos, às peritagens criminais, científicas etc.

A finalidade teórica da Paleografia é estudar a produção de textos manuscritos no final do século XVIII a fim de “reconhecer-se nas escritas não apenas um meio de transmissão de saberes, mas uma fonte de conhecimentos em si mesmas” (SANTOS, 2000, p. 92).

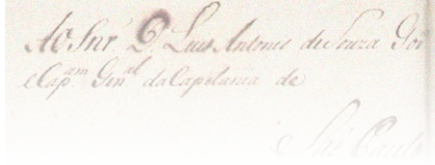
Adotam-se neste livro os conhecimentos paleográficos dentro das finalidades de ordem prática, como ferramentas indispensáveis para a leitura e transcrição semidiplomática de documentação manuscrita. Conforme descritas por Dias e Bivar (1986 apud Blanco, 1987, p. 16), as técnicas paleográficas contribuem para en-



sinar a ler corretamente e sem erros todo tipo de documento; dar a conhecer a evolução da escrita (através dos tempos, das nações e dos indivíduos); determinar o autor, o tempo e o lugar em que o documento foi escrito; descrever as letras (forma, traçado, ângulo, módulo, peso); descrever os sinais braquigráficos (abreviaturas), atribuindo-lhes significado exato e completo; descrever os sinais estigmológicos (pontuação). Assim elencadas suas contribuições à leitura de manuscritos, demonstra-se o quanto a função da Paleografia é decisiva para o trabalho de transcrição de documentos do passado com estabelecimento textual fidedigno.

Em acréscimo à fixação textual por meio da manutenção exata dos traços linguísticos usados do período, a Paleografia permite comprovar a autenticidade documental. Feitos pela vontade direta dos autores e conservados na matéria e forma genuínas nas quais foram originariamente emitidos, segundo Bellotto (2006, p. 106), toda a documentação estudada como pertinente à Secretaria de Governo do Morgado de Mateus é certificada tanto pela chancela das Secretarias de gênese quanto pela pertença aos atuais Arquivos de guarda. Apesar de não demandarem comprovação de sua autenticidade, a Paleografia pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada desse material. Por exemplo, o reconhecimento das vias dos manuscritos define com mais clareza sua circulação e valor no período, orientando as análises acerca da ingenuidade documental<sup>132</sup>. O conceito de testemunhos originais também é trabalhado a partir da atribuição gráfica a um dado autor material.

Diante disso, os conhecimentos paleográficos permitiram cumprir a edição dos manuscritos produzidos e recebidos pelas Secretarias de Governo do Morgado de Mateus do Reino, na função

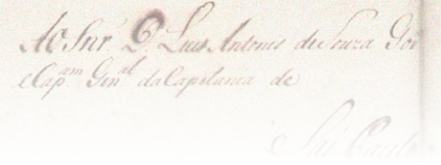


substantiva da Filologia. Ademais, por meio das funções filológicas adjetiva e transcendente, pôde-se compreender instâncias sociais referentes à produção escrita do período setecentista.

### **OS MANUSCRITOS COMO ELOS DE LIGAÇÃO NA INSTÂNCIA DA VIDA PRIVADA**

Por conta das dificuldades da viagem, que nas melhores situações duraria cerca de três meses, o contato familiar com os entes que permaneciam em Portugal era mantido exclusivamente por meio dos manuscritos. De acordo com Souza (2011, p. 306), as famílias de sangue só chegavam à América filtradas pelas cartas e relatos orais como ecos distorcidos do que de fato se dava em Portugal. Tamanha distância ampliava o empenho no trabalho como meio de aproximação dos familiares: “quero fundar vilas e trabalhando em tudo sem descansar, porque queria que dando-se Sua Majestade por bem servido me puxasse para o Reino para estar mais junto a Dona Leonor e da minha casa.”<sup>133</sup>

A ligação do casal mantém-se entre os continentes e não conta com tratativas acerca da ideia de ciúme ou fidelidade. Provavelmente essa abordagem fosse vista como um insulto, uma vez que a fidelidade representava pressuposto à moralidade dos cônjuges. Sobre o assunto, há, entretanto, uma alusão da parte de Dona Leonor: “Tenho roda na porta, moço nenhum cá entra.”<sup>134</sup> De Dom Luís, a menção é reduzida à esfera do subentendido: “estas terras são solitárias como aldeias”<sup>135</sup>. Não há registros<sup>136</sup> claros de relações extraconjugais envolvendo o Morgado de Mateus, o que não assegura nunca terem acontecido, afinal, “amores ilícitos que quase nunca deixam registo, mas que certamente ajudaram a suportar a saudade de casa e a soli-



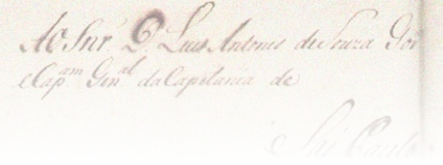
dão, numa época em que as mulheres ainda não acompanhavam os maridos nas lides do além-mar.” (SOUZA, 2011, p. 305).

Por um lado, as sociabilidades dariam abertura a relações fortuitas, pois

na ausência das mulheres, dos filhos e da parentela, sem ambiente doméstico digno de nome, a sociabilidade acabava por convergir para as formas de convivência que o exercício da função propiciava. Saraus e festas ocorridos nos palácios – e, na maioria das vezes, eram pobres palácios... – reuniam autoridades da administração, da justiça e das armas, quase sempre um bando de homens sozinhos. Não devia ser raro que a presença feminina se visse representada por mulheres de vida mais livre: as eternas profissionais do sexo, as cantoras de ópera (SOUZA, 2011, p. 330).

Por outro, a conduta disciplinada do Governador não abriria margem a esse tipo de inferência. Afinal, os finos hábitos de corte, tão bem retratados na figura de Dona Leonor, quanto contrapostos ao cotidiano brasileiro, chocavam-se com a maneira de viver na colônia. Tanto com a forma tão diversa dos costumes e personalidade das nativas, quanto com a das mulheres vindas do reino, que lutavam contra o clima e as carências locais para manter o mesmo estilo de vida. Em vista disso, o Morgado de Mateus, apoiado nos padrões mentais de seu paradigma europeu, definia o que encontrava de maneira bastante pejorativa, pelo viés do julgamento de sanção social: “estas terras estão depravadas nos costumes e que há nelas juntamente gravíssimos inconvenientes que obrigam a uma pronta reforma”<sup>137</sup>. O atributo de julgamento pela estima (que beira à san-

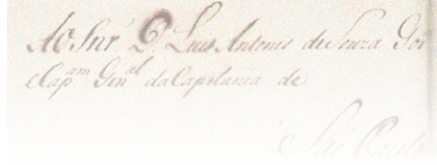




Em oposição ao assunto da fidelidade conjugal, a temática da saudade é bastante recorrente nas cartas de Dona Leonor: “Exaspera-se tanto a minha saudade que nunca pego na pena sem lágrimas, ao mesmo tempo que só neste exercício respiro”<sup>139</sup> O sentimento melancólico devido à ausência de alguém foi difundido pela tradição marítima lusitana, o que conduziu à ideia de o vocábulo “saudade” não ter significação semelhante em outras línguas<sup>140</sup>. Dona Leonor chegou a defini-lo de forma poética: “a saudade que me deve não se explica, basta dizer-lhe que não tem nela jurisdição o tempo, pois quanto mais corre, mais ela cresce.”<sup>141</sup> Como um mal incurável pelo tempo, Dona Leonor também o associou ao mar, por donde partiu a navegação que dela afastou o seu marido e por onde seguiam os navios que conduziam suas correspondências a ele:

Já é a terceira carta que escrevo por este navio, porque como só por este modo posso falar-lhe, estivera sempre neste exercício para, de algum modo, suavizar a minha grande saudade, que lhe afirmo se soubera o que me havia de custar ia atrás de Dom Luís e da Nau não me tirava ninguém, e por mais perigos e trabalhos que me lembrem se passam em uma viagem tão dilatada, tudo é menos que a saudade que experimento.<sup>142</sup>

A constante saudade atinge o grau de melancolia: “Já perdi o gosto de tudo: toda a gente me aborrece, tenho sido buscada de toda esta província e estes mesmos obséquios me enfastiam. Só falar e chorar por Dom Luís é o meu alívio.”<sup>143</sup> Esse mesmo tema também foi mencionado por Dom Luís, embora de forma mais racional: “para lhe falar em saudades seria não acabar, bem as pode supor



em quem como eu não tem outro cuidado mais do que em assistir-lhe.”<sup>144</sup>, indicando a sua esposa não ser necessário falar sobre isso em todas as cartas, como ela fazia.

Apesar das reclamações e dos lamentos, há diversidade de registros acerca da dedicação de Dona Leonor em seguir a vida cotidiana em detrimento da saudade e dificuldades da ausência de seu marido<sup>145</sup>. Tais registros asseguram sua aplicação às atividades diárias e sua inserção na sociedade de corte e permitem formular a contraposição entre a sua personalidade de vigorosa administradora e o *ethos* de fragilidade construído discursivamente quando se dirige ao marido.

Como alento a tanta saudade, as cartas conduziam informações das vivências na colônia, a fim de aproximar os entes distantes e, por vezes, diverti-los com os relatos que lhes soariam pitorescos, pois

Quando distantes, esses homens enviavam para o reino fragmentos da vida nas conquistas; ao voltarem, após anos de exílio e saudade, não se conseguiam ver livres das terras que tinham execrado, trazendo-as para as conversas [...] Experiências impossíveis de apagar da memória, afastando ainda mais esses governadores dos amigos de antes e, ao mesmo tempo, conferindo-lhes traços de seres singulares, inusitados (SOUZA, 2011, p. 304).

Tais descrições permitiam que Dona Leonor, mesmo à distância, julgasse os costumes da capitania: “Deus me livre dos negros caranguejos, e muito mais dos cachimbos, que será coisa feiíssima: agradeço-lhe contar-me estas coisas que me dão gosto, e muito mais escritas com sua graça.”<sup>146</sup> À atitude de apreciação, designada pela

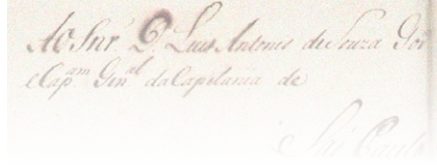
polaridade negativa do atributo “feíssima” soma-se o julgamento de estima social negativo que diverte Dona Leonor ao distanciá-la dos costumes excêntricos da capitania.

Além dos achaques emocionais resultantes da distância dos familiares e da terra, o Morgado de Mateus contou também com o constante medo da morte decorrente do “clima, viagens trabalhosas, população tumultuada, altos contingentes escravos, tudo desembocava no medo da morte” (SOUZA, 2011, p. 310). À frente dessas ameaças estavam as doenças físicas de ordem diversa que se alastravam pela capitania, diante das quais chegou a afirmar à esposa “vivo com cuidado nestes países, pela destemperança do clima que muda todos os dias, pelas horrendas queixas que vem dos Lázaros”<sup>147</sup>. Como meio de defesa, guardava consigo sua botica pessoal, em que trouxe medicamentos de Portugal e na qual levou de volta ao Reino plantas medicinais brasileiras além de um olho de onça também usado a tratamentos médicos.

Inicialmente bem aceita pelo Reino, a tática de “fechar as fronteiras do Oeste” (BELLOTTO, 1979, p. 54) em colaboração aos exércitos do General Henrique Böhm ao Sul, tornou-se onerosa demais a Portugal. Assim, a partir de 1771, as correspondências trocadas entre o Morgado de Mateus e o Secretário Martinho de Melo e Castro tratam da temática do Iguatemi. Após o envio do experiente Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria ao local, de que gerou o Relatório *Diário da viagem de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi*, ordenou-se<sup>148</sup> que o Morgado de Mateus enviasse tropas ao sul e não mais ao oeste.

Teve de decidir se permaneceria com o projeto do Iguatemi, mantendo as diretrizes em que acreditava, ou se tentaria salvar seu governo acatando as ordens. Como “não estava em seu carácter a





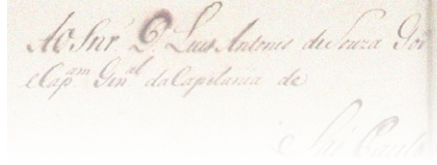
possibilidade de renúncia, [insistindo] escudado nas Instruções e nas mesmas ideias de sete anos atrás” (BELLOTTO, 1979, p. 59), sua escolha por não desistir do oeste somou-se a outras críticas a seu governo e acarretou sua substituição.

Foi, portanto, substituído por carta patente<sup>149</sup> de 5 de janeiro de 1775, sem as condecorações e o reconhecimento tão almejados:

DomLoze etc Faço saber aos que esta minha Carta Patente | que tendo consideração as qualidades, merecimentos, e Serviços de Mar- | tim Lopes Lobo de Saldanha: Hey por bem nomealo Governador e Cappitam | General da Cappitania de São Paulo, para Servir por tempo de tres an- | nos, e o mais que decorrer, em quanto Eunaõ mandar o contrario, e | com o dito Governador haverá o Soldo de outo mil cruzados em cada hù | | Anno, digo, em cada hù dos ditos Annos na forma de minhas Ordens | e gozará de todas as honras e poderes, Mandar Jurisdições, e al- | çada que tem, e de que em the agora uzaraõ todos os providos no dito | Governo; e do mais que por minhas Ordens, e instruções lhe for concedido | com Subordinação Somente ao Vice Rey e Cappitam General de Mar, e Terra | do Estado do Brazil como atem os mais Governos delle: Pello | que Mando á D. Luiz Antonio de Souza Bortelho Mouraõ Governador | e Cappitam General da dita Cappitania de São Paulo, e em sua falta | aos officiaes da Camara daquelle Cidade de posse do mesmo | Governo ao dito Martim Lopes Lobo de Saldanha e a todos os officiaes | de Guerra, Justiça e Fazenda Ordeno tambem que em tudo lhe | Obedeçaõ; e cumpraõ Suas Ordens e mandados inteiramente como | a seu Governador e ao Almojarife de minha Fazenda lhe faça pagamento do dito Soldo | Aos quartéis

poresta Carta Somente eo dito Martim Lopes Lobo de Sal-  
danha jurará em minha presensa na *forma* costumada deque  
| Sefaraa Sento nas Costas desta *minha* Carta *Patente* que por  
firmeza || detudo lhe Mandei passar por Mim a Sinada, e Sel-  
lada com | o Sello grande de *minhas* Armas. E antes que o dito  
Martim Lopes | Lobo de Saldanha parta desta Corte fará em  
minhas Reaes ma- | ís presto, e omenagem e juramento Cos-  
tumado pello *dito* Governador Se- | gundo O Uzo, e Costume  
destes Reinos deque apresentará *Certidam* | do Secretario  
de Estado e pagou de novos Direitos hú conto de réis | que Se-  
carregaraõ ao Serviço delles a *folha* 1 do Livro *terceiro* de Sua  
Receita | edeu fiança no Livro *segundo* dellas *afolhas* 98 apagar  
domaís tempo | que Servir alem dos tres annos Como constou  
do Seu conhecimento en- | *forma* Registado no Livro 28 do Re-  
gimento geral a *folha* 324. Dada na Cidade de Lisboa a 2 | dias  
domes de Janeiro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Je-  
sus Chris- | to de 1775 // El Rey // Conde da Cunha // Por De-  
creto de Sua Magestade de 9 | de Junho de 1774 // o Secretario  
Ioaquim Miguel Lopes do Lavre ofes- | crever // Bernardo  
Ioze Correia afes // Ioaõ Pacheco Pereira // Pagou 220400 réis  
aos | Officiaes 280 réis Lisboa 5 de Janeiro de 1775 // Dom Se-  
bastiaõ Maldonado | Ieronimo Iozé Correia de Moura

Por certo servia-se de juízos negativos já difundidos no Reino sobre o Morgado de Mateus para a estratégia ideológica de elevar a si mesmo por meio do rebaixamento do outro. Mesmo que não abertamente, há a manifestação da postura crítica em grande parte de sua documentação oficial, a começar pela carta<sup>150</sup> sobre sua viagem para assumir o governo de São Paulo:

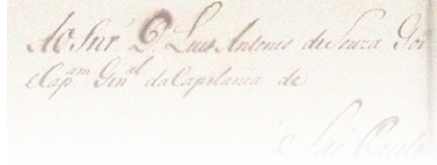


minha viagem, em que passei os mayores incomodos e indizivel trabalho, que dou por bem empregado tanto por animar aquelles povos, que na verdade estão reduzidos na maior mizeria e ultima desconsolação, como por evitar o máo passo do Cubatão, que me tem embaraçado o vir a esta Capital os Officiaes que vierão na Fragata, a mayor parte da minha família e fato que ainda por lá se acha.

Destaca-se a apreciação negativa com que caracteriza os povos. O estado de miséria e desconsolo seria ocasionado pelo governo mal direcionado de seu antecessor. A técnica de retratar como caótica a situação em que se assume o controle de algo permite comprovar como méritos seus os avanços e desenvolvimentos posteriores. O próprio Morgado de Mateus serviu-se dessa prática ao retratar o estado de total abandono em que se achava a capitania de São Paulo na ocasião de sua chegada.

No período em que permaneceu em Mateus esteve sem patente militar, nem mesmo a que tinha antes, de acordo com Bellotto (1979, p. 67), fato pelo qual é possível inferir o seu atroz sofrimento moral. Com mais de sessenta anos, ainda se afirmava útil ao Real Serviço. Considerado, nesse período, “o desvalido”, conforme Martins (2001), pelo ostracismo de sua situação: abandonado e impotente diante dos fatos. Em oposição à honra que almejava para si e pela qual devotara parte de sua vida em terras distantes de sua Casa, viveu os últimos anos em solidão, apartado da família. Foram 22 anos marcados por inúmeros desentendimentos familiares. Além do já citado desgaste da relação matrimonial, o contato com o filho primogênito também ficou bastante estremeado como comprovam algumas cartas familiares das quais se reproduz uma<sup>151</sup> a seguir:

MeuFilho muito do meuCoração / hadous correios que não  
escreves dessacor- / te, enadatepodedispensar destao- / bri-  
gação, nem ainda occasião de / molestiaopor que hão reme-  
dio de mão / alhea, e nemdevo mendigar as tuas / noticias  
deoutras Cartas, nem ficarsem / sabero que hei de respon-  
deraos que me / fazemo obsequio deperguntarpor / ti: Dos  
particulares daCazacreo que / igualmente tetens descuidado,  
porque / tendoeuSempre noticias delles pelos / meus agen-  
tes, me não consta || que se visse teres dado o mesmpas /  
so, quando eude menos idade meaplicava a / elles com in-  
crivelardor Não sei / emque termos correm as dependen-  
cias do teuposto, parecemeque vão er / rados os principios,  
eque se fossem a /companhados deoutro pezo, consegui- /  
rias melhor agradação dequeneces /sitas; Poroutra viaSob  
eque oBarão / te emprestoubestas para essaCorte, e / ain-  
daquenaão souingrato aos seus fa /vores queseraantes que  
tuaproveitases / asuaboavontade em adjutorio mais / uti-  
laestacasa, pois quegovernadapor / mimsempre tevetantas  
bestas, paraseSir- || [[ser]]virepara darSem Ser preciso Lus  
/trarcomLuzes emprestadas; oque / eu quero heque elleme-  
dêos seus amparos / para acrescentaraminha Casa, efa- / zer-  
valer as muitas circunstancias de / que seadorna, e nissohe-  
que deveconsis / tir abouniaõde Familia eno que / euosso  
ter emabundancia dezejo antes / aminha independencia Se  
as esperan / ças dehum postogrande não forem / seguras re-  
colhese Semdemora, não / hejusto arriscar huaSôvida deque  
/ dependetodaaconservação dacasa, / eemdar errados pas-  
sos seguemsete / perdas irreparaveis. Deus teguardecomo /  
dezejo. VilaReal 18 de Iulhode || [[de]]1781 / Aqui haFestas



magnificas / em que toda a Nobreza destas / Povincias tem aparecido e / não devem ser estas as ocasiões / em que se falte. / Pae que muito te ama e estima / Dom Luis

Nota-se o tom de reprimenda e constante tentativa de reaproximação de Dom José Maria. Como estratégia de persuasão para que o filho fosse a Vila Real, no *post scriptum* da carta, convoca-o a participar das comemorações locais. Serve-se da apreciação de valor social do adjetivo “magníficas” associada ao julgamento de estima social ao afirmar que não seria viável faltar às festas. Apesar das investidas, a relação permaneceu interrompida e o filho retornou à Casa de Mateus definitivamente apenas após a morte de Dom Luís António para assumir o morgadio.

Astuto conhecedor do manejo de diversas estratégias na formulação de seus discursos, sabia colocar-se diante de diferentes interlocutores. Tal habilidade foi empregada em suas correspondências familiares, que também refletiam sua inerente autoridade e tentativa de controle pelo poder da imposição e do mando. O impacto dessa postura registrada em seu discurso acarretou desgastes a suas relações pessoais.

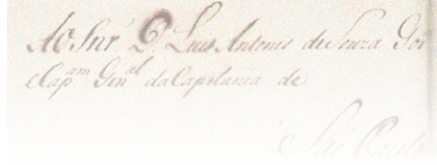
A fase de solidão em Mateus favoreceu sua extrema devoção religiosa. “A sua tenacidade e ardor essenciaes transmutavam-lhe facilmente a preocupação d’um momento no seu sonho, no seu ideal de toda a vida. Assim, se converteu com o declinar dos annos n’um fanatico religioso” (BOTELHO, 1902, p. 614). A religiosidade, entretanto, decorreu não apenas das dificuldades dos últimos anos de vida mas de diversas vivências anteriores. Afinal, muito antes do cargo de Governador, Dom Luís já apresentava fortes inclinações religiosas. Prova disso é ter sido familiar do Santo Offício<sup>152</sup> em 1749

e possuir uma capela pessoal maior do que os padrões habituais no período, como já mencionado. Ao longo da vida, a ideologia católica parece fundamentar a maior parte de suas ações.

Durante seu período de governo, a lealdade ao catolicismo evidencia-se por meio de registros acerca da importância da conversão do gentio americano, princípio que unia, segundo Torrão (2007, p. 180), o poder secular e o poder eclesiástico nas colônias portuguesas. Enquanto Governador, a intensa religiosidade foi registrada também por manifestações pessoais, tal como a produção de um soneto a Sant'Ana, reproduzido por Moura (2002, p. 34):

Gloriosa Matrona, cujo emprego | Por dom de Deus eterno  
Omnipotente | He Socorrer o mísero innocente, | Que deste  
Mundo Surca o Largo pego. || Neste Mar procelozo, em que  
navego, | Conduzindo o destino a tanta gente, | Se Votos vos  
consagro humildemente, | Quando a vós o Governo todo en-  
trego. || Vós sois do Mar da graça norte, e guia | Que ao huma-  
no baixel dezamparado | O Socorro prestaes de mais valia: ||  
Fazei que desses Ceos nos seja dado | O Ouro que encha os  
Povos de alegria, | A graça, que nos livre do peccado.

Somadas às medidas no governo e as manifestações artísticas está a prática devocional como comprobatória da intensa religiosidade. A figura da mulher é vista como a intercessora na religião católica, daí a importância da Nossa Senhora, transportada do contexto português ao brasileiro. Esse transporte ocorreu de forma literal quando Dom Luís carregou consigo a São Paulo o grande quadro com a imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem.



A mentalidade religiosa, entretanto, não parece ter sido mero elemento de manutenção do *ethos*, mas uma instância genuína da vida do Morgado de Mateus. Em suas correspondências particulares, especialmente as trocadas com a esposa nos anos de seu governo, destaca-se a intensa devoção de ambos.

Conforme dito, Dona Leonor casou-se aos 34 anos, idade bastante avançada para os padrões da época, o que indicaria sua vocação ao monastério, provavelmente desaconselhada pela mãe, por quem demonstrava constante proximidade e afeição. Tal vocação religiosa fez com que, como administradora da Casa de Mateus na ausência do marido, Dona Leonor contribuísse para a consolidação do patrimônio religioso da Casa. Nas palavras de seu filho, tendo a obra da Capela concluída, “já a pôs no maior asseio e culto; reformou e mobiliou as casas, conseguiu juiz privativo para tombo dela.”<sup>153</sup> (ALBUQUERQUE, 2005, p. 47). Buscava também agregar à Casa peças raras: “A pedra do sino ainda não chegou. Estimo por ser raridade para a capela”<sup>154</sup> e valorosas: “A coroa de Nossa Senhora diz que vai coisa preciosa, não a larga da mão aquele excelente ourives que lhe dei cinquenta moedas do sinal dos vinhos.”<sup>155</sup> A coroa que encomendara à Nossa Senhora dos Prazeres era luxuosa, com

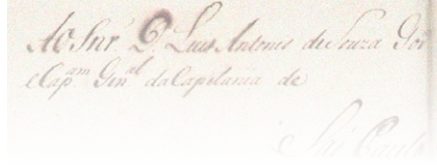
oito arcos de rubis e diamante por baixo como uma garganilha dos mesmos e em cima como rosas de diamantes grandes, tudo sem saber em que estão encostados. O ouro da coroa parece brilhante, até se trocaram, em cima tem um globo de pingentes que é uma doidice. Remata em um mundo com um círculo de rubis lindíssimo, e em cima o Espírito Santo com os olhos de rubis. Não se viu coisa mais<sup>156</sup> perfeita.<sup>157</sup>

A extrema fé do casal denota-se pelo registro das ações sacras em suas correspondências. Por exemplo, Dona Leonor felicitou a atitude do marido de fazer com que seus funcionários rezassem diariamente: “Folgo muito que os faça rezar o terço, porque quem é bom católico tem tudo o mais.”<sup>158</sup> Nessa proposição, o imaginário religioso do período é retratado de forma objetiva: ser “bom” católico (com valoração positiva de estima social) garante “tudo o mais”, com gradação de foco, de modo a prototipificar as incalculáveis recompensas por ser bom religioso. Com isso, a esfera da religião é posicionada acima das demais na ideologia portuguesa.

A sobreposição do religioso às outras instâncias de sua vida é constante nas correspondências privadas do Morgado de Mateus e situa a oração como meio de ligação dele com os entes em Portugal: “Nós sempre em comunidade rogamos por Dom Luís duas vezes, fora as muitas minhas orações particulares.”<sup>159</sup> Imbricada no cotidiano como forma de reduzir as distâncias, a oração é extremamente valorizada pela quantidade da gradação de força das “muitas” orações.

A importância dada à prática da oração está também nas recomendações públicas: “toda a gente destas terras que não há uma pessoa que não fale em Dom Luís sem chorar a saudade que lhe faz, todas o encomendam a Deus.”<sup>160</sup> Legitimando a valia social da oração está a missa enquanto celebração oficial feita com a recorrência de se dar “todos os dias” e de forma “contínua”: “As suas missas todos os dias se dizem, e lhe acendo uma vela a Nossa Senhora, as orações são contínuas. Do Buçaco<sup>161</sup>, lhe oferecem uma capela que há de ter sempre um ermitão rezando por Dom Luís e para seu sustento há de dar quinze mil réis. Eu, sem a sua resposta, não aceito.”<sup>162</sup> A valorização das orações atinge o ápice no segundo período





do fragmento, em que a gradação do tipo força em “sempre” justifica a proposta de se remunerar um religioso para rezar de forma exclusiva a seu esposo.

A valorização do religioso tornou-se mais evidente nas atitudes do Morgado de Mateus após seu período de governo, quando passou a comprar obsessivamente relicários sagrados do Vaticano: “À Roma chegou rebate daquela piedade ingênua, e como D. Luís era rico e poderoso, exploraram-no beatificamente” (MOURA, 2002, p. 38). Somou suas aquisições à herança deixada por seu tio, o Padre Diogo Álvares Mourão, conhecido como “O Santo Arce-diago” (1673-1744), que adquirira a grande coleção de relicários, conforme ALBUQUERQUE (2005, p. 41), e evidente estabelecimento do patrimônio da Capela da Casa de Mateus: “mercê d’essa ideosincrasia do sobrenatural, de que enfermou o seu espirito, a linda capella de Matheus, além de um formoso exemplar de architectura, é um preciosissimo repositorio de reliquias e alfaias mysticas” (BOTELHO, 1902, p. 614). O relicário contém riquezas de inestimável valor, com “pequeninos frascos e bocêtas, [...] contendo esquirolas e venerandos restos de santos [...] sellados todos e canonicamente autenticados por algum lacre com sinete cardinalicio, e o competente documento abonatorio da identidade da procedencia.” (BOTELHO, 1902, p. 614). Dentre tantas preciosidades sagradas, destacam-se as peças de prata, pelas quais o Morgado de Mateus parece ter se apegado a ponto de ser criticado por sofrer de megalomania por objetos de prata.

Figura 32: Ostensório 163.

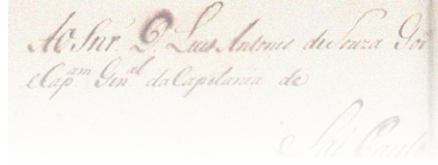


Figura 33: Outro ostensório 164.



Seu gosto pela grandiosidade e imponência evidencia-se nos principais itens de sua capela pessoal:

uma caixinha com o pó da pedra do Santo Sepulcro; outra com uma lasca do Santo Lenho; uma cruz grande de crystal , com um Christo feito em pasta de ossos de santos; um frasco com a gordura de São Lourenço; [...] o corpo inteiro de São Marcos [Marciano], que se vê no primeiro altar do lado da Epistola, deitado, com o seu fato romano authentico, e empunhando o copo e a palma do martyrio entre as mãos mumificadas [...]; e parte do corpo de São Bento e de Santa Clara, que se guardam ao lado do Evangelho, no altar fronteiroço. (BOTELHO, 1902, p. 613).



O destaque do corpo inteiro de São Marcos (Marciano) mumificado a uma cabeça de cera, deitado com o traje autêntico e empunhando o copo e a palma do martírio permanece até a atualidade, sendo visitado diariamente por centenas de visitantes como parte da Casa de Mateus.

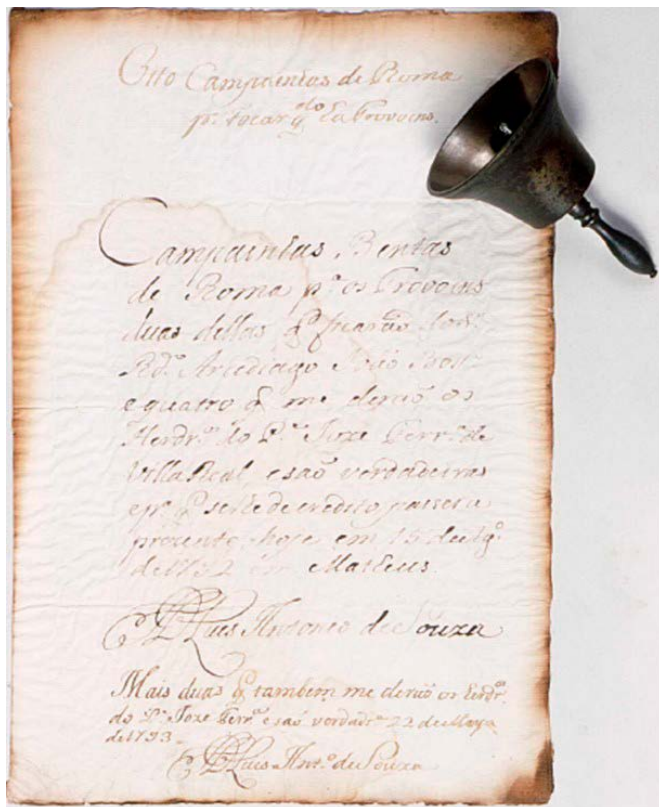
Figura 34: Corpo de São Marcos Mártir<sup>165</sup>.



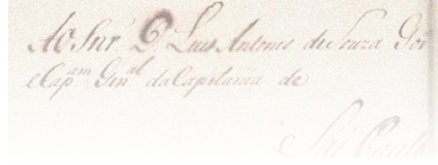
Por essa religiosidade acentuada, há relatos de que Dom Luís António tivesse passado a ser visto como um santo na região de seu palácio em Mateus, onde recebia crianças da vizinhança para benzer. Mas o misticismo religioso parece ter atingido realmente o seu ápice em 1792, de acordo com Moura (2002, p. 37), quando o Morgado de Mateus passou um atestado de autenticidade de sinos bentos, a serem tocados quando houvesse trovoadas para espantar os maus espíritos.

Ar. Sr. D. Luis Antonio de Souza  
Cap. Gen. da Capitania de  
S. Paulo

Figura 35: Campanha benta com declaração (autógrafo de Dom Luís António) de autenticidade<sup>166</sup>.



Vivendo cercado de imensa quantidade de riquezas, faleceu no dia 03 de outubro de 1798, apartado da família e retirado em seu palácio em São Martinho de Mateus. Embora não haja evidências, alguns historiadores a exemplo de Guerra (1982), acreditam que tenha sido envenenado por sua filha bastarda, Dona Teresa de Jesus Maciel, que protagonizara situações de desavença familiar por intrigas e roubos. No entanto, no registro de seu óbito<sup>167</sup>, segundo Bellotto (1979, p. 69), consta que “faleceu da vida presente com to-



dos os sacramentos de moribundo”. Jaz enterrado ao fundo de sua capela particular, “por sua determinação expressa, teve por ultima jazida uma sepultura rasa, á entrada do lindo templo, accusada apenas por uma lapide com o seu nome e a data do seu falecimento” (BOTELHO, 1902, p. 614) na *Capela de Nossa Senhora dos Prazeres*, patrimônio da atual Fundação da Casa de Mateus.

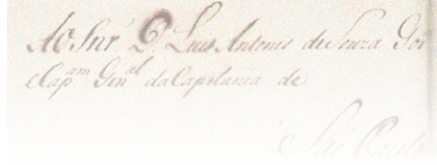
# 4

## PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS NOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS

### OS INIMIGOS DA POLÍTICA POMBALINA

A diretriz central da política pombalina era de fortalecimento do poder régio e manutenção da unidade monárquica portuguesa, em detrimento de possíveis poderes fragmentados. A principal estratégia empregada pelos representantes portugueses baseava-se nas críticas tecidas contra os inimigos da política portuguesa pombalina, sobretudo os castelhanos e jesuítas.

O combate aos espanhóis deve-se principalmente à insegurança quanto a demarcação territorial na América do Sul por conta das ofensivas castelhanas, visto que no final do século XVIII, o Brasil representava aos estadistas portugueses o meio de sobrevivência de Portugal. Era a exuberante e promissora colônia a principal fonte de riqueza da monarquia. Decorrem daí as asserções acerca da atenção dada ao Brasil: 'Sua Magestade desde | os principios do Seu feliz Reinado tem procurado consolidar o Dominio | das Capitánias do Brazil pelos meyos mais propios, e eficazes; naõ sô | em quanto ao Estabelecimento da economia interior do mesmo Estado; | mas



ainda em quanto a conservação, e defesa delle contra os seus Confi-  
| nantes, e orgulhosos Inimigos'.<sup>168</sup>

As ações bélicas portuguesas no rio da Prata atuavam na defe-  
sa dos pontos de maior abertura, como a Colônia do Sacramento<sup>169</sup>,  
conquistada no século XVII pelos paulistas. Proteger e, se possível,  
ampliar os territórios nas regiões das fronteiras foi o desafio propos-  
to ao Morgado de Mateus antes de sua partida de Portugal. Prezava-  
-se pela reparação da derrota sofrida pelos 'os Officiaes Portuguezes  
[indignos deo Serem] que | Se achavaõ nas Fortalezas deSaõ Miguel  
na doRio grande de Saõ Pedro, enos | mais Lugares da quella parte,  
abandonaram aos ditos Castelhanos sem a me- | nor rezistencia todo  
oTerritorio, que corre das referidas Fortalezas até Viamaõ.'<sup>170</sup> A subs-  
tância desse comentário tornou-se o mote do governo do Morgado  
de Mateus. Para manter sua dignidade de militar português, empe-  
nhou-se todo o tempo em reconquistar os territórios até Viamão.  
Esse empenho extremo tornou-se, por fim, a causa de seus desenten-  
dimentos com os superiores, uma vez que não quis abortar a missão  
de reconquista desses territórios quando foi ordenado.

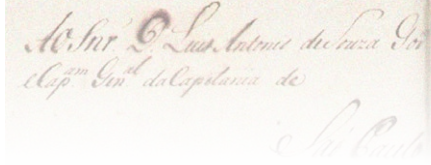
A razão do empenho pela militarização da capitania devia-  
-se aos inimigos castelhanos, que se achavam 'animados pelaexperi-  
- | encia da quella escandalozza infamia, podem pertender; não Sô  
Sustentar-se | naquellas uzurpaçoens, mas passarem pelo meyo-  
dellas ainternar-se ainda | mais naCapitania deSaõ Paulo; atacando  
oRio Pardo, eViamaõ, paraSe avi- | zinharem cadavez demais perto  
aoRio deIaneiro, e às Minas'<sup>171</sup> Contra as investidas espanholas, a  
capitania de São Paulo deveria servir de barreira capaz de proteger  
as zonas mineiras e a sede do vice-reinado. Ao valorizar a atuação  
militar da capitania de São Paulo, o autor emprega a estratégia de  
motivar do Governador.

Essa proposta, no entanto, alterou-se ao longo dos anos, conforme aponta o Marquês de Pombal: ‘Só devo accrescentar, que as circunstancias emque seacha= | vam as couzas ao tempo emque se expediram as Instrucçoens com | que VossaSenhoria Sahio desta Corte eram diversas das que depois seprezenta= | ram.’<sup>172</sup>. Embora seja predominantemente informativo, o documento retrata a situação da política externa de maneira bastante crítica pelo discurso do próprio Marquês de Pombal. Esclarece que a corte de Madrid enviara tropas às fronteiras em tempo passado, mas que desistira devido à intervenção da Inglaterra. As investidas castelhanas contra os portugueses são nomeadas de modo valorativo pela polaridade negativa em “iniquidade” e “usurpações”. Serviam-se ‘doloza, e clandestinamente’ de meios para ‘avança- | rem, e internarem pelos Dominios deste Reino’<sup>173</sup>.

A trégua nas investidas devia-se à ação de um novo Ministério inglês: ‘Seguio= | se a mudança da quelle Ministerio de Londres frouxo, enegligente, | Succedendolhe o actual que tem mostrado muito mayor vigor.’<sup>174</sup>. Quando o Marquês de Pombal rotula o antigo Ministério como “frouxo e negligente”, contrapõe a isso seu próprio *ethos*, detentor de “muito maior vigor” a exemplo do novo governo inglês. Justifica-se, mesmo que de forma velada, a postura incisiva do Marquês de Pombal em sua atuação política.

Por conta dessa intervenção, Portugal passou a primar pela manutenção da paz: ‘não seria conveniente que | VossaSenhoria ahi fizesse ominor movimento, queparecesse rotura daNossa | parte’<sup>175</sup>. Apesar disso, o discurso dos autores do *corpus* permaneceu estabelecendo critérios de comparação entre os espanhóis, tidos como inimigos, e os portugueses, sempre valorizando estes em detrimento daqueles. As 23 ocorrências do termo “castelhanos” nos docu-



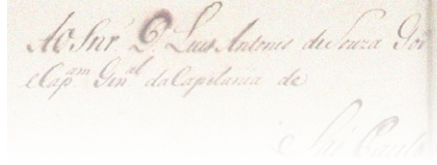


mentos estudados trazem avaliações negativas e generalizadas, como no excerto: ‘nos Castelhanos tudo he apa- | rencia, emuito pouco realidade’<sup>176</sup>. O perigo iminente que as forças espanholas representavam no início do governo do Morgado de Mateus deixa de existir. Comprova-se esse conceito pela estratégia do rebaixamento: ‘ainutillidade, emizeria das | Tropas Castelhanas, vendo com os seus Olhos, *que nem prestavam para | couza alguma senaõ para de- zertarem, efugirem das occazioens*’<sup>177</sup>. Desprovidas, assim, de tenacidade e resiliência, características fundamentais aos militares, as tropas espanholas deixam de representar risco a São Paulo.

Permaneceram, contudo, sendo inimigos, contraexemplos daquilo que um bom português deveria almejar. Ao atuar positivamente a serviço do Rei de Portugal, o Morgado de Mateus e seus subordinados fariam ‘conhecerem os Castelha= | nos Vezinhos dessas Fronteiras a diferença que lhes | fazem os Portuguezes, eoquanto se distinguem no | amor, e fidelidade ao Seu Rey, ea o bem com | mum da sua Patria.’<sup>178</sup>. O “amor” e a “fidelidade” ao Rei somam-se ao “bem comum” para denotar o patriotismo. O argumento reforça a crença na superioridade portuguesa em detrimento de outras nacionalidades devido ao caráter e atitude de seu povo. No entanto, as virtudes portuguesas dependiam da observância das ordenações. A fim de garantir a fidelidade a seus princípios, o Marquês de Pombal destaca essa distinção favorável aos portugueses como recurso que apela à autoimagem do Governador. Como bom português, cumpriria o que lhe fora designado e conduziria o povo a igualmente cumprir suas obrigações para o sucesso do “Real Serviço”.

No período, os jesuítas espanhóis trabalhavam a favor daquele governo. No caso português, não havia esse vínculo, o que favorecia a visão da política pombalina contrária à Companhia de Jesus. O





Essa ideologia mantém-se na colônia e é propagada pelo Morgado de Mateus<sup>180</sup>: ‘tantos Padrez da Companhia que Sahiraõ de Portugal, e de França, e agora Sa- | hem tambem detodos os dominios de Espanha montaraõ ao numero de muitos | mil homenz, e que estes Individuos desocupados, e inquietos, juntos em Italia | poderaõ formar algum projecto, ou unirse ao Exercito de alguã potencia, e in- | quietar as mesmas Cortes, que os expulsaraõ.’<sup>181</sup>. Observa-se a estratégia do autor nesse fragmento de comprovar seu *ethos* de bom administrador. Para tanto, formula uma tese sobre os jesuítas, de que seriam capazes de um levante contra as monarquias que os expulsaram. Diferente do que poderia ser dito em relação à capacidade dos párocos, evidencia-se o lado negativo desses “indivíduos”, como “desocupados e inquietos”.

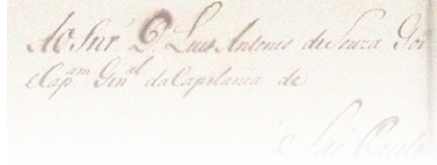
Além da expressa aversão aos jesuítas, o Morgado de Mateus segue também a ideologia mais geral do governo pombalino ligada ao estadismo. Comprova a necessidade de secularizar algumas medidas do governo: ‘estas Povoações podiaõ | estar muito mais adiantadas, senaõ fossem as opoziçoens dos Parrochos’<sup>182</sup>. A interferência de religiosos em assuntos do Estado é retratada como um entrave ao desenvolvimento.

A expulsão dos jesuítas das terras vinculadas à Coroa portuguesa pressupunha “uma espécie de reorientação ou redefinição capaz de abrir espaço às novas formas de pensamento” (FALCON, 1982, p. 424). Esse arejamento mental proposto pelos estadistas portugueses visava sobretudo a reforçar os pilares do absolutismo da preponderância do poder real e da unificação do poder, o chamado “regalismo pombalino”. Diferente da França, por exemplo, a ideologia nova, contrária aos jesuítas, não se opunha ao poder régio, mas o fortalecia.

As estratégias discursivas ligadas à crítica aos jesuítas nem sempre rotulavam esses inimigos do governo de forma declarada. Por vezes, as avaliações desfavoráveis vinham implícitas em termos como: ‘oCollegio quefoy dosPadres | daCompanhia denominada deIezus’<sup>183</sup>. O termo “denominada” conduz ao questionamento de a instituição poder não ser realmente considerada “de Jesus”, ou seja, não professar os “preceitos cristãos”, sinônimos de “católicos” no período. Essa implicação retrata uma associação semântica que relaciona os jesuítas ao conceito pombalino, segundo a qual eles “eram considerados rebeldes, traidores ou agressores do rei” (FÁVERO, 1996, p. 56). Tais características justificam o fato de terem sido desnaturalizados, expulsos e terem tido os seus bens confiscados.

Ainda com a mesma estratégia de desmerecer os religiosos a ponto de justificar sua expulsão: ‘Constando aSua Magestade por certas informaçoes, que- | rerem passar para estes Reinos alguns Jesuitas, vestidos naõ | só em habitos Clericaes, mas tambem nos deoutras Religioens, | eaindanos deSeculares, os quaes vem muni- dos de Ordens, | faculdades eInstruçoes em NomedoPapa, edadas pelo | seuGeral para as exercitarem nesta Cidade, enos Territorios | doBrazil’<sup>184</sup>. A indefinição das informações denota terem sido denúncias. A ação de entrar disfarçado indica a perspicácia dos jesuítas, caracterizando-a, mais uma vez, como algo negativo.

Mesmo quando a proposta comunicativa central não era a de criticar, nota-se o esforço estratégico de manutenção dessa ideologia: ‘seachavadevolut oEdificio quefoi Collegio dos Ex | tinctos eProscr- jptas, Iesuitas’<sup>185</sup>. O fragmento trata da ocupação de um imóvel pertencente à ordem religiosa que seria reaproveitado para o governo. A caracterização do imóvel contém o acréscimo de termos que, ao distinguirem os jesuítas, acrescentam a eles valoração. A justaposi-



ção de dois adjetivos sinônimos não visa apenas a definir quem são os jesuítas, mas reforça a polaridade negativa do conceito.

Do mesmo modo, reforça-se a ideia de “proscrição” com a Apreciação “perpétua”: ‘pela prepetua proscipção dos Denominados Iezui= | tas’<sup>186</sup>. Demonstra-se a impossibilidade de os jesuítas serem perdoados ou novamente aceitos no Reino. Desse modo, a expulsão dos jesuítas, vinculada à eliminação da autonomia da Inquisição, segundo Falcon (1982, p. 226), foi uma das mais marcantes características do reformismo ilustrado português.

Além dos inimigos espanhóis e os da Companhia de Jesus, os ingleses também foram criticados como contrários ao progresso português. Desde o Tratado de Methuen<sup>187</sup>, as dificuldades econômicas de Portugal costumavam ser atribuídas à Inglaterra. Com isso, afirma-se sobre ‘a idrópica cobiça comque os | Inglezes com oSeuComercio nos absorvem todo onosso ouro’<sup>188</sup>. A imagem marcante da “hidrópica cobiça” reforça o julgamento negativo sobre as intenções inglesas, contrárias à abnegação portuguesa defendida pelo autor. O epíteto acompanha o defeito de caráter para reforçá-lo, de modo a comprovar que os ingleses estavam saturados de cobiça e por ela eram guiados em sua atitude. Exemplifica a seguir: ‘A Sombra destes trabalhos vem aInglaterraSemSus- | to nem despesa desfrutar tranquilamente o melhor,’<sup>189</sup>. Sem ter de trabalhar, a Inglaterra lucrava com o comércio na colônia. Indica-se que a atividade dos ingleses beiraria a ilegalidade. A ideia de desfrutar “tranquilamente” os lucros reforça o caráter menos digno que se procura retratar dos ingleses.

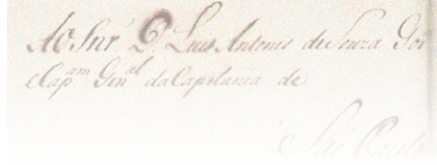
Um exemplo dos lucros ingleses era a vestimenta do grande número de escravos: ‘naõ fallando nosComestiveis, efasendas deforadoReino | [que] compraõ os Povos, que hé cousa muito avultada,

falareysó par- | ticularmente, noCalculodoque gastaõ os negros, os  
quaes computados | [69]500 reis cadaanno deSurtum, baeta, ebom-  
bachas, Sendo | os negros 23:323, Somaogasto 81:630\$500 reis,  
dequevay || amayorparte para Inglaterra, comomais quegastaõ os-  
brancos | etodos os habitantes Livres.<sup>190</sup>. A menção de “coisa muito  
avultada” intensifica os lucros ingleses. A estratégia de exemplificar  
em detalhe o que diz para corroborar um argumento é empregada  
pelo Morgado de Mateus a fim de comprovar a veracidade do que  
diz. Consequentemente, confirma a ideologia pombalina avessa aos  
interesses econômicos da Inglaterra<sup>191</sup>.

De modo a ratificar seu comprometimento por tudo o que  
disse respeito aos interesses portugueses, o Morgado de Mateus  
elogia as condições favoráveis da política internacional portu-  
guesa. Ressalta a harmonia entre as cortes de Madri e Londres, mas  
discorre em um parágrafo suas restrições: ‘os Inglezes foraõ as |  
mais fortes instancias para romper a intima amisade | entre anossa  
Corte, ea de Madrid, pelos gravissimos pre- | juizos que entre ou-  
tros ocasionará ao seu comercio o terẽ | fechãdos os nossos Portos  
em ocaziaõ deGuerra’<sup>192</sup>. Intensifica-se, dessa forma, a interferência  
inglesa nas relações entre Portugal e Espanha para realçar os pre-  
juízos comerciais decorrentes.

## A PREGUIÇA DOS NATURAIS COMO UM ENTRAWE AO DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA

Em acréscimo às críticas tecidas contra os inimigos do rega-  
lismo pombalino, criticam-se as condições de vida dos residentes  
na capitania de São Paulo. Um dos documentos retrata de mane-  
ira pejorativa os moradores da Vila de Santos: ‘He muito notavel



asummapobreza aque | se achão reduzidos amayorparte dos habitantes destaVilla;<sup>193</sup>. No fragmento, “suma” intensifica o conceito de “pobreza”, elevando-o ao seu nível máximo. O atributo “reduzidos”, por sua vez, retrata seu ponto de vista de considerar positiva a vida com posse de mais recursos, pela perspectiva de sua ideologia de progresso ligada ao desenvolvimento econômico.

Conforme Borrego (2010, p. 230), a capitania de São Paulo contava com uma população estimada em 20.873 habitantes em 1765, segundo o censo promovido pelo Morgado de Mateus, apresentado por além dos tropeiros e agricultores tinha muitos ‘Vadios, | eosfacinorozos, que [nos Certoens dessaCapitanã] vivem comoFeras, separados daSociedade Ci- | vil, eCommercio Humano<sup>194</sup>. A classificação de “vadios e facinorosos” indica que os habitantes dispersos deveriam estar sujeitos a penalidades. Comparados a feras, os habitantes de São Paulo encontravam-se isolados por falta de quem os gerisse. Justifica-se a necessidade de civilizarem-se esses homens, a fim de se ampliar o número de vassalos sob o domínio do Rei e, por consequência, o poder da monarquia.

Para alcançar tal intento, reforçavam-se as ideologias acerca da necessidade da vida em comunidade. Criam-se penas aos que não aderissem à ideia e permanecessem ‘comoSalteadores deCaminhos, e Inimigos | cômuns, ecomo taes punidos com a severidade dasLeys<sup>195</sup>. Os salteadores são nomeados a seguir por três adjetivos ‘infames, eperneciozos vadios<sup>196</sup>, de modo a justificar o dever de serem punidos. com a “severidade” das leis, reforçando o caráter vigoroso da política pombalina e a demanda de os representantes ultramarinos dessa política agirem com igual vigor.

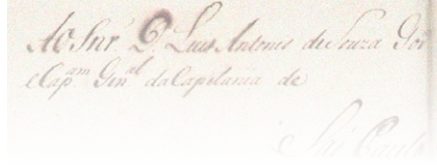
Atendendo essa demanda, o Morgado de Mateus militarizou a capitania de São Paulo, de acordo com a ordem a ele endereçada

nos seguintes termos: ‘mandeis alistar todos os moradores das Terras da vossa | Jurisdicção, que se acharem em estado de poderem servir nas Tropas Au= | xiliares, sem excepção de Nobres, Plebeos, Brancos, Mistiços, Pretos, Inge- | nuos, eLibertos’<sup>197</sup>. A ordem de que “todos” os moradores em condições deveriam ser alistados militarmente é reforçada por “sem exceção”. A seguir, são elencadas as classes sociais a serem alistadas. Interessante observar o posicionamento dos “nobres” antecedendo os demais grupos, reiterando sua sobreposição na sociedade setecentista. Os adjetivos gentílicos, segundo Cunha e Cintra (2001, p. 255), diferem-se dos pátrios por representarem povos e raças e não nações. Foram empregados no fragmento transcrito para identificar todas as “raças” existentes na capitania de São Paulo que deveriam aderir à proposta militar. Com esses homens, seriam formados corpos milicianos de regimentos de infantaria e cavalaria, de acordo com Silva (1986, p. 325).

Contudo, não bastaria o alistamento militar. Era esperado que o Morgado de Mateus superasse a ‘irregularidade, e falta | de disciplina, à que se acham reduzidas as Tropas Auxiliares dessa | Capitania’<sup>198</sup>. A crítica à falta de disciplina da população justifica o posto de um Capitão-General para comandá-la. O intuito central é que as tropas fossem ‘sendo reguladas, e disciplina- | das como devem ser’<sup>199</sup>. A obrigatoriedade contida no verbo modal “dever” reforça a ordenação. Seu cumprimento, com a militarização da capitania, era de extrema importância à manutenção do poder régio.

Em nome do Rei, o Marquês de Pombal louva o zelo com que o Morgado de Mateus se dedicava à militarização como ‘importante materia: Esperando, | que continue nella com a mayor actividade, e desvelo’<sup>200</sup>. Reitera-se, com isso, a importância da “atividade” e “desvelo”. Prossegue aconselhando que ‘distinga VossaSenhoria na





estimação, e no tracto os | Soldados, e Officiaes das Tropas pagas, dos Auxiliares, e das Ordenanças, dos que forem Paizanos: desorte que estes co- | nheção, que são mais estimados, e attendidos aquelles; sem re= | parar em que sejaõ Brancos, Pardos, ou Indios, e Carrijoz.<sup>201</sup>, em que se ressalta em “estimados” e “atendidos”, o mérito da recompensa e da estima.

A militarização<sup>202</sup> da capitania de São Paulo é um dos marcos do governo do Morgado de Mateus. Com sua disciplina e autoritarismo derivados de sua notável carreira militar, segundo Taunay (2004, p. 125), obrigou os moradores de São Paulo a um arrolamento severo nas fileiras das tropas auxiliares da Ordenança, criando seis unidades para toda a capitania, das quais caberiam a São Paulo uma de cavalaria e outra de infantaria. As forças armadas de uma capitania no Brasil colonial compunham-se, segundo Fausto (1994, p. 57), da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenança. Diferente dos dois últimos, a tropa de linha era constituída de profissionais regulares constantemente armados e era a única das forças armadas cujos integrantes recebiam soldos e fardamentos. Em oposição às tropas de linha, as milícias eram tropas auxiliares, recrutadas, entre os habitantes da Colônia para serviço obrigatório e não remunerado. Já as ordenanças, diferente das milícias, constituíam uma força local, para a qual não havia recrutamento. Eram “formadas por todo o resto da população masculina entre dezoito e sessenta anos, exceto os padres” (FAUSTO, 1994, p. 57). Pôde, dessa maneira, cumprir com precisão “a urgente necessidade, que nella hã deTropas Regulares, quesendo | bem disciplinadas possam servir para adefender nas occasioens, queseOf= | ferecem”<sup>203</sup>. Afinal, as ocasiões eram diversas, especialmente em um cenário social de ‘dezordem, edecadencia aque estavaõ reduzidas todas as couzas’<sup>204</sup>,

era mandatário o rigor administrativo somado à militarização para amenizar a negatividade da situação retratada pelo Morgado de Mateus. Ele justificava, com isso, a acusação de que ‘os Cruéis, e atroz-  
zes | insultos’<sup>205</sup> e os ‘frequentes homicídios, que se comettem neS-  
saCap= | pitania, Semtemor deDeos, edas Iustças de | EIREY NoS-  
soSenhor.’<sup>206</sup>. Aos seus superiores, serve-se da estratégia de reforçar  
os “insultos” cometidos contra as leis reais. Retrata-se o quadro de  
maneira bastante pejorativa com “cruéis e atrozés” e o intensifica  
com ‘muito repetidas as queixas’<sup>207</sup>.

Sendo do conhecimento do Reino essas questões, valoradas  
de maneira incisivamente negativa, cabia ao Governador posicio-  
nar-se para abrandar o caos. Teria de trabalhar ‘as du- | as dificul-  
dades do horror, que ahi se tem ao Nome de Soldado, | e da pre-  
guiça, e dispersãõ, em que se achaõ esses Póvos.’<sup>208</sup>. A “preguiça e a  
dispersão” opõem-se, portanto, à almejada garra e resiliência para  
o estabelecimento da ordem desejada pelo Marquês de Pombal, a  
ser executada pelo Morgado de Mateus em seu governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Governar, tendo como principais instrumentos de poder a pena e o papel (CONCEIÇÃO, 2013, p. 28).

Nota-se que o Morgado de Mateus apresenta suas expectativas em relação ao governo, manejando com destreza o discurso que veicula em suas correspondências oficiais.

Por meio da prática da escrita, o Governador teria propulsionado as medidas políticas por ele planejadas e implementadas com vistas ao desenvolvimento da capitania de São Paulo. Seu racionalismo, baseado nos princípios da disciplina e da ordem, podem ser facilmente vislumbrados na produção escrita dos documentos públicos por ele redigidos ou ditados.

Com a mistura entre temas típicos do dogmatismo religioso com vistas ao fortalecimento do poder régio em oposição ao pragmatismo e organização típicos da ideologia ilustrada, a documentação revela a transição sociocultural entre a visão barroca piedosa e os princípios iluministas da razão dos setecentos.

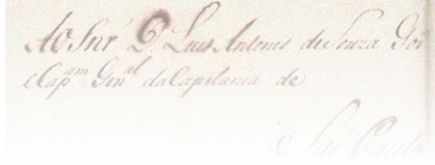
Nas correspondências oficiais trocadas entre o Reino e a capitania de São Paulo são veiculados discursos que visam diretamente ao gerenciamento das mais diversas questões políticas, bem como à manutenção do poder da metrópole sobre os habitantes e bens da colônia. Diante da riqueza de estratégias políticas, econômicas, e culturais traçadas pelos governantes na administração do Brasil co-

lonial, seus discursos encontram-se vinculados aos aspectos sociais em voga no período. Daí a importância de se retomar o contexto histórico.

As observações filológicas revelam aspectos interessantes em relação aos manuscritos em que os autores registraram seus interesses, ao discorrerem sobre planos, teorias e atividades do governo do Morgado de Mateus. Os aspectos diplomáticos comprovam que o Morgado de Mateus, apoiado nos princípios racionalistas, é um exemplo de esforço na ordenação e na descrição documental. Tal organização, ainda hoje, reflete-se na maneira e no estado de conservação dos documentos arquivados.

Nesse sentido, a análise codicológica considera que os documentos manuscritos apresentados como cópias tenham sido produzidos por sua ordem e até mesmo que as encadernações sejam resultado da organização do próprio Governador. Seu rigor, tendo em vista a comprovação de seu governo, fez com que deixasse na capitania um cartulário em que predominam cópias da documentação que recebia de seus superiores, levando consigo, de volta a Vila Real, o cartulário com os originais<sup>209</sup>.

O cuidado com a documentação é ressaltado nos aspectos paleográficos, em que se apresentam as preocupações referentes à produção escrita na capitania e questões ligadas aos autores materiais, Secretários e Escrivães. O emprego de padronizações ortográficas nos documentos redigidos no período é retratado pelo estudo das abreviaturas. Além disso, a pouca variação apresentada entre as duas vias de alguns documentos estudados, por meio da descrição de variantes resultantes de cotejo, comprova o controle dos autores intelectuais e o rigor das Secretarias em que as correspondências oficiais eram canceladas.



Apontados os diferentes tipos de fórmulas<sup>210</sup>, reitera-se a existência de texto livre em documentação oficial, o que justifica analisar a semântica de seus discursos.

Constata-se, pois, que a homogeneidade das correspondências administrativas oficiais é aparente, pois estas se revestem de diversas nuances heterogêneas, tais como as formulações subjetivas, e refletem a esfera da intersubjetividade. Verifica-se a importância dessa abordagem para entrever aspectos ideológicos e o modo como os detentores de funções sociais hierarquicamente demarcadas negociam sua intersubjetividade no discurso, possibilitando uma melhor compreensão de situações e personagens históricos.

As correspondências oficiais estudadas apontam a mentalidade religiosa do catolicismo e os parâmetros de hierarquização social e econômica inerentes ao regime monárquico como as principais influências ideológicas portuguesas à sua principal colônia no período.

O poder político que detinham os autores intelectuais citados soma-se ao poder simbólico do saber em um tempo de analfabetismo dominante, legitimando ainda mais os seus discursos. Enquanto personificação dos cargos socialmente mais altos, seus discursos veiculam o que era considerado oficial, ideal e, principalmente, o que seria imposto aos cidadãos a eles subordinados no período. Mais do que registros de um governo português no ultramar, pode-se dizer que os documentos oficiais da administração do Morgado de Mateus tenham representado os instrumentos que viabilizaram a execução da política brasileira em seus primórdios.

## BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, V. L. C. **A Escrita no Brasil Colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: UFBA, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1994.

ADÃO, Á. (Org). Aprender a ler e escrever no Portugal de setecentos. In: \_\_\_\_ **Leitura e escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970**: política, mentalidades e práticas educativa. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998. p. 13-24.

ALBUQUERQUE, T. (Coord.). **Casa de Mateus**: Catálogo do Arquivo. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

ALMADA, M. **Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna**: Compromissos de Irmandades Mineiras no Século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

ARRUDA, J. J. de A. (Coord.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo** – Catálogo 2 (1618 – 1823) – Mendes Gouveia. São Paulo: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_. **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo** – Catálogo I (1644 – 1830). São Paulo: EDUSC, 2000.

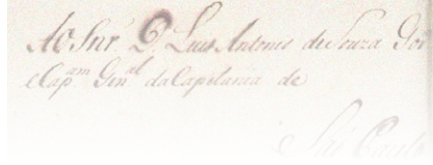
AZEVEDO, J. L. de. **O Marques de Pombal e a sua Época**. Lisboa: Alfarrabio, 2009.

BACELLAR, C. de A. P. **Família e Sociedade em uma Economia de Abastecimento Interno**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, A. G. Demografia histórica e História da língua portuguesa no Brasil colônia: reflexões sobre o fim dos setecentos. **Revista Linguística da ALFAL**, vol. 17, 2005, p. 75-94.

BARBOZA, J. S. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. 4ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1866.



- BARRETO, A. **Marquês de Pombal**. . Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- BARROS, G. L. de. **A cidade e o planalto**. São Paulo: Editora Martins, 1967.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo** : Estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial**: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2ª ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007 (a).
- \_\_\_\_\_. **Nem o tempo Nem a distância**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2007 (b).
- \_\_\_\_\_. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. 4ª ed. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. “O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativo e Fiscal”. In: SILVA, M. B. N. **Nova História da Expansão Portuguesa**: O Império Luso-Brasileiro (1750-1822). 1ª ed. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- \_\_\_\_\_. **O Morgado de Mateus, Governador de S. Paulo**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.
- BELLUZZO, A. M. de M. **Do contrato ao confronto**: a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: Editora Expomus, 2003.
- BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de paleografia e de Diplomática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.
- BOTELHO, A. A casa de Matheus do conde de Villa Real. **Revista Brasil-Portugal**, vol. 87. 01 de setembro de 1902, p. 613-614.
- BORREGO, M. A. M. **A Teia Mercantil**. São Paulo: Alameda, 2010.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. Tradução de Paula Monteiro. São Paulo: Ática, 1983.
- BLANCO, R. R. **Estudos Paleográficos**. São Paulo: Laserprint Editorial Ltda, 1987.
- BRANCO, C. C. **O perfil do Marquês de Pombal**. Lisboa: Folhas e Letras Editores, 2003.
- CALAINHO, D. **Agentes da fé**: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. Bauru: EDUSC, 2006.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARDIM, P. A corte régia e o alargamento da esfera privada. In: MATTOSO, J.; (Org.). **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. vol. 2. Lisboa: Círculo de leitores, temas e debates. 2011. p. 160-201.

CARUCCI, P. Genesis del documento: redacción, clasificación y valor jurídico. In: \_\_\_\_\_. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: Universidad Internacional Menendez Pelayo, 1994. p. 61-78.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHARTIER, R. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. O manuscrito na era do texto impresso. In: **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CONCEIÇÃO, A. A. da. **A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio**: Sentir, escrever e governar (1768 - 1779). São Paulo: Alameda, 2013.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramatica do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, M. S. da; MONTEIRO, N. G. As grandes casas. In: MATTOSO, J. (Org.). **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. Vol. 2. Lisboa: Círculo de leitores, temas e debates. 2011. p. 202-243.

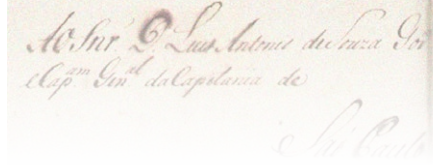
CURTO, D. R. **Cultura escrita**: séculos XV a XVIII. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DAMASCENO, D. (Coord.). **Catálogo Arquivo de Mateus**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 2000.

DEBRAY, R. **O escriba**: gênese do político. Rio de Janeiro: Retour, 1983.

**Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo. Publicação Oficial. Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, v. XIX, 1896. Disponível *online* <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/59/browse?type=title>>. Acesso em: 15 março 2014.





ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

FACHIN, P. R. M. **Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Descaminhos e dificuldades**: leitura de manuscritos do século XVIII. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

FALCON, F. J. C. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FAUSTO, B.; **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994

FÁVERO, L. L. **As concepções linguísticas no século XVIII**: a gramática portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FIGUEIREDO, M. A. **Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar**. Lisboa: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: <<http://purl.pt/107>>. Acesso em: 10 fevereiro 2009.

FREIRE, F. J. **O secretario portuguez**: compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Oficina de Miguel Rodrigues. Lisboa, 1746.

GUERRA, L. de B. **D. Luís António de Sousa Botelho Mourão e a penetração no sertão paulista**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982.

HESPAÑA, A. M. A monarquia: a legislação e os agentes. In: MATTOSO, J. (Org.). **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. vol. 2. Lisboa: Círculo de leitores, temas e debates, 2011. p. 12-31.

HIGOUNET, C. **História Concisa da Escrita**. São Paulo: Parábola Editora, 2003.

HOLANDA, S. B. 1988. **Raízes do Brasil**. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. “Memória-História”. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1. Ed. Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.

LEME, P. T. de A. **História da Capitania de São Vicente**. Vol. 25. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

MACEDO, J. B. de. **O Marquês de Pombal**: 1699 - 1782. Biblioteca Nacional. Lisboa: Série Pombalina, 1982.

MARCOTULIO, L. L. **A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARQUILHAS, R. Eu ainda sou vivo. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de Linguística Galega**. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2009. p. 47-65.

MARTINHEIRA, J. S. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 2000.

MARTINS, A. C. D. **Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil**. Lisboa: Instituto de Estudos Nacionais Torre do Tombo, 2007.

MAXWELL, K. **Pombal, Paradox of the Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Trajatórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 249-283, 2001.

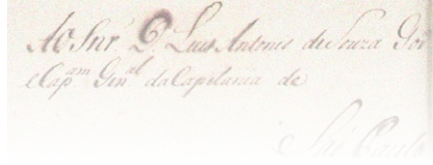
MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Biblioteca universitária de literatura brasileira, 1979.

MOURA, V. G. **Figuras em Mateus**. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.

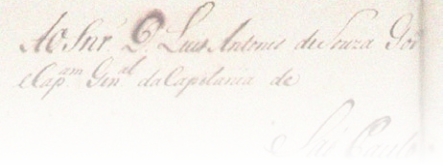
MUNHOZ, R. F. **Correspondência oficial para o Morgado de Mateus: Transcrição semidiplomática do Livro 170 do AESP (de 1767 a 1775)**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NERY, R. V. “E lhe chamam a nova corte: a música no projecto de administração colonial iluminista do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1774)”. In: **As Músicas Luso-Brasileiras no Final do Antigo Regime: Repertórios, Práticas e Representações**, org. Maria Elizabeth Lucas, Rui Vieira Nery ; coord. editor. Mariana Portas, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p. 255-332.

ORICO, O. **A Saudade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora S/A A Noite, 1948.

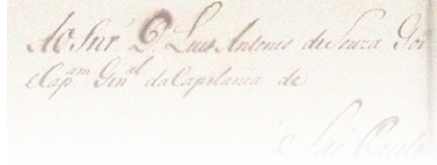


- RAMOS, R. (Org). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- RODRIGUES, A. L. F.; DUARTE, A. L.; RALHA, M. E.; MALATO, M. L. **Anecdotas de J. A. d. C. Reminiscências de D. José Maria de Sousa, Morgado de Mateus, sobre o Mestre e Amigo José Anastácio da Cunha**. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2013.
- RODRIGUEZ, S. M.T. **O Juízo de Órfãos de São Paulo**: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SAMPAIO, L. T. de. **O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros**: subsídios para o estudo da história da diplomacia portuguesa. 2. reed. Lisboa: Estudos históricos. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984.
- SANTOS, M. J. A. **Ler e compreender a escrita na Idade Média**. Coimbra: Edições Colibri, Coimbra, 2000.
- SILVA, M. B. N. da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. **História da Família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Nova História da Expansão Portuguesa**: O Império Luso-Brasileiro (1750-1822). 1ª ed. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- SOUZA, L. de M. e. A vida privada dos governadores na América Portuguesa no século XVIII. In: MATTOSO, J. (Org.). **História da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. Vol. 2. Lisboa: Círculo de leitores, temas e debates, 2011. p. 300-332.
- SPINA, S. **Introdução a Edótica**. São Paulo: Edusp, 1994.
- TAUNAY, A. d'E. **O Morgado de Mateus**. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro 11 de março de 1952.
- \_\_\_\_\_. **História da cidade de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- TORRÃO FILHO, A. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). São Paulo: Annablume, 2007.
- TOLEDO NETO, S. de A. **Variação grafemática consonantal no livro de José de Arimatéia**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1996.



\_\_\_\_\_. “Hábitos de escrita no Roteyro da viagem para as Minas do Cuyaba, de Francisco Palácio (séc. XVIII)”. In: MAGALHÃES J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org). **Múltiplas perspectivas em Lingüística**, pp. 2820-2826 Uberlândia: EDUFU, 2008.

WEHLING, A. **Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)**. Brasília: Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos, 1986.



## 'NOTAS DE FIM'

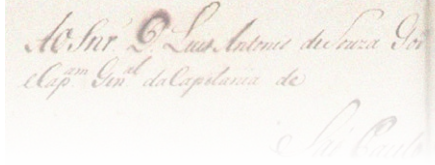
- 1 Define-se por “colonial” o intervalo entre os anos de 1500, com o marco da chegada das primeiras caravelas do descobrimento em 22 de abril, e o de 1808, com a chegada da família real portuguesa dos Bragança ao Brasil em 22 de janeiro.
- 2 As soberanias estrangeiras dos vastos territórios americanos foram ditadas pelos Tratados, como o de Madri (1750), de El Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777).
- 3 Desde 1549 o Brasil tinha um Governador-Geral em Salvador. Segundo Fausto (1994, p. 57), quando a capital da colônia foi transferida em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro, quem ocupava o cargo passou a chamar-se Vice-Rei. Tratava-se de “figura que representava a extensão do poder régio na Colônia e, por essa razão, o poder máximo na América Portuguesa” (MARCOTULIO, 2008, p. 48). Entretanto, esse cargo sobrepunha-se apenas aos governos das capitanias subalternas, não tendo poder efetivo sobre os governantes das capitanias consideradas “gerais”, como a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Goiás e Mato Grosso, que contavam com Governadores e Capitães-Generais, com funções similares às do Vice-Rei, de acordo com Wehling (1986, p. 49).
- 4 De 1573 a 1774, o território brasileiro estava dividido em dois Estados: o do Brasil e o do Grão-Pará e Maranhão. Esse último foi fundado com sede em Belém do Pará em 1751 e passou a ser governado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Sendo assim, a capitania de São Paulo estava no território denominado “Brasil”.
- 5 Com base na carta régia transcrita a partir do historiador: “Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além mar, em África senhor de Guiné e da conquista, navegação, comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. A quantos esta minha carta virem, faço saber, que as terras que Martim Afonso de Sousa do meu conselho, achar e descobrir na terra do Brasil, onde o envio por meu capitão-mor, que se possa aproveitar, por esta minha carta lhe dou poder para que ele dito Martim Afonso de Sousa possa dar às pessoas que consigo levar, e às que na dita quiserem viver e povoar aquela parte das ditas

terras que bem lhe parecer, e segundo lhe o merecer por seus serviços e qualidades, e das terras que assim der serão para eles e todos os seus descendentes, e das que assim der às ditas pessoas lhes passará suas cartas, e que dentro de dois anos da data cada um aproveite a sua, e que se no dito tempo assim não fizer, as poderá dar a outras pessoas, para que as aproveitem com a dita condição; e nas ditas cartas que assim der irá trasladada esta minha carta de poder, para se saber a todo tempo como o fez por meu mandado, lhe será inteiramente guardada a quem a tiver; e porque assim me praz lhe mandei passar esta minha carta por mim assinada e selada com o meu selo pendente. Dada na vila do Crato da Ordem de Cristo a 20 de novembro. Francisco da Costa a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1530 anos. REI." (Ibidem, p. 70).

- 6 Em 1748, por meio do "Alvará de extinção da capitania de São Paulo", oficializava-se o anulamento do governo local, deixando o território adjudicado ao Rio de Janeiro e transferindo a documentação do governo e as forças militares para a Vila de Santos, nos seguintes termos:

Dom Ioaõ por graça de Deos Rey dePortugal, e dos Algarves da | quem, edalem Mar em Africa Senhor de Guine etc. Faço Saber avos Gover- | nador, eCapitaõ General da Capitania deSaõ Paulo, que atendendo aficar | muito distante da Capital desse governo, aVilla daLaguna, eque poe elle Senaõ | pode dar providencia naquella parte em qual quer cazo, que pessa prom- | to remedio. Fuy Servido determinar, por rezoluçãõ de dezoyto deDezembro | do anno proxime passado, tomada em consulta do meu Concelho Ultramarino | que a ditta Villa daLaguna se separe desse governo; e Seuna ao da Capitania | do Rio deJaneiro; deque vos avizo para que assim otenhaes entendido. | El Rey Nosso Senhor amandou pello Doutor Thomé Gomes Moreira, | eMartinho deMendonça dePinna edeProença. Concelheiros do Seu | Concelho Ultramarino, eSepassou por duas vias. Caetano Ricardo | daSiva afez em Lisboa occidental em 4 deJaneiro de 1242// O Se- | cretario Manoel Caetano Lopes deLavre afez escrever. (Alvará de extinção da capitania de São Paulo, consultado na Biblioteca Nacional de Lisboa no códice 238, microfilme 3654, p. 196).

- 7 Pedro de Cevallos governou a província de Buenos Aires entre os anos de 1757 a 1766. A partir de 1776, foi o primeiro Vice-Rei no Rio da Prata. Foi importante combatente a favor da América espanhola em detrimento da portuguesa.
- 8 Esse padrão de reconhecimento sobrepunha-se a todas as outras instâncias da vida no período. Prova disso é um fragmento de uma carta



de Dona Leonor de Portugal, esposa do Morgado de Mateus, em que o lembra de seus propósitos pessoais para aceitar o posto ultramarino de Governador: “não deixou sua Casa senão por amor ao seu Rei, e por adquirir um bocadinho de honra: isto tudo depois do temor de Deus logo se acerta.” Esse breve trecho comprova que “o tratamento nobre só por si não chegava para fazer um nobre: era preciso algo mais, um enquadramento nas graças honoríficas existentes” (SILVA, 2005, p. 132), fato de que resulta a constante dedicação por servir ao Rei da melhor forma. A carta de Dona Leonor permite ainda que se retomem os três pilares que parecem ter alicerçado a conduta humana no século XVIII: o religioso, o político e o pessoal, com o amor à monarquia, o temor a Deus e a busca de honra para sua Casa e família (Carta de Dona Leonor ao marido 23 de Abril de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 235)).

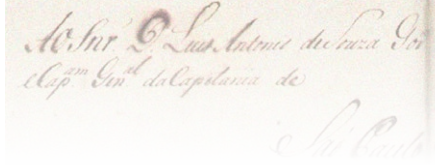
- 9 Segue a transcrição do original da carta de nomeação, conservado na Casa de Mateus, exposto na Sala do Museu da Casa de Mateus, reservada a Dom Luís António. “Livro de nomeações, com cartas patentes”. Microfilme 7046. Fólio 214v. Transcrição: *Dom Luis Antonio de Souza | Botelho Mouraõ | Pattente de Governador eCapitaõ General | daCapitania deSaõ Paulo. [Escrito à margem:] | DomIozé por graça deDeos-NossoSenhor. Faço Saber aosque esta minha | Carta Patente virem que Sendome presente agrande | necessidade que há deSeerigir Governador eCapitam general | naCapitania de | Saõ Paullo namesma forma eCom amesma Iuris- | diçaõ que já antecedentehouve nella: Sou Ser || [[Ser]]vido restabeLecer amesma Capitania aSeu antigo | estado: Hey por bem nomear para Governador eCapitam general | domesmo Governo a DomLuis Antonio deSousa BotelhoMou | raõ que Servira portempo detres annos eomais que deCorrer | emquanto naõ nomear successor, eComo dito Governo haver aoor- | denado de vinte mil Crusados Cada anno que hé omesmo | queLevava seu antecessor Dom Luis Mascarenhas osquais lheSeraõ pa | gos nestaforma dasminhas ordens egosara detodas ashonrraz | juresdiçaõ emando que tem edeque usam osGovernadores | eCapitaens Generais deRio deIaneiro edosmais que porminhas | ordens einstruçoens lhesfaz Concedidas ComSobordena | çaõ Somente aoVice Rey doEstado doBrazil Como otem os | mais Governadores domesmoEstado: Pelloque mando | aomeuGovernador que aopresentefor damesma Capitania comSua | falta aosofficiais daCâmara daCidade deSaõ Paullo dem posse | do Governo daquella Capitania ao dito Dom Luis Antonio deSousa | Botelho Mouraõ, eatodos osofficiaes deGuerra Iustiça eFazenda ma- | yores emenores ordeno tambem que em tudo lhe obedeçaõ | eCumpraõ Suas ordens emedidas queo dito Dom Luis Antonio deSousa | Botelho Mouraõ precisara naminha Chan-*

*Arthur de Sousa e Silva*  
*Cap. Gen. da Capitania de São Paulo*

celaria na forma Costu- | mada de que Sessam assento nas datas desta  
minha Carta | Patente que por firmesa de tudo lhe mandey passar por  
| mim a Sinada e Sellada Como Sello grande de minhas Ar- | mas e antes  
que parta desta Corte me faza preito e omnia- | ges pelo dito Governo  
nas minhas reais maons Segundo ouso e Cos- | tumes deste Reino de-  
que apresentará Certidam do meu Secretario | de Estado e pagou de novo  
direito hum conto de reis que Secarre | garão ao Thesoureiro Antonio  
José de Moura a folha 10 do Livro primeiro de Sua | Receita e deu fiança  
no Livro primeiro dellas a folha 3 apagar domais rendi- | mento e domais  
tempo que Servir alem dos tres annos Como Cons- | tituto de Conheci-  
mento em forma Registado a folha 308 do Livro 17 do Regimento geral  
| dos novos distritos. Dada na cidade de Lisboa aos 12 dias do mes de  
| Janeiro de 1765 do mes de Janeiro do Nascimento de Nosso Senhor  
| Iesus Christo de 1775 // El Rey // Antonio Lopes da Costa Alexandre |  
Metelho de Souza e Mendes // Por Decreto de Sua Magestade | de Sinco  
de Janeiro de 1765 // o Secretario Ioaquim Miguel Lopes do Lavre ofe-  
sescrever // Iozé Salgado da Silva afes | Miguel Gomes de Camara // Pa-  
gou vinte e dous mil equatro | Centos reis aos Officiaes dous mil cento  
e doze e oachar | estes mas nada por quitar Lisboa 17 de Janeiro de 1765  
= | Dom Sebastiam Maldonado Ioaquim Iozé Ferreira” (SICM / SSC 06. 01  
/ SR / GAVETA / SSR / PAPEIS HONORÍFICOS/ SSSR / MÇ 10).

- 10 Tratam-se de 25 perguntas e respostas que orientam o Morgado de Mateus sobre sua atuação em seu período de governo. Uma espécie de “norma de conduta”, com a qual se inicia o cartulário 169 do APESP (C00420).
- 11 O termo empregado na época designava também o grupo de serviços que atendia uma pessoa de maior qualidade. Segundo Souza (2011, p. 305), a família que acompanhava os governadores poderia incluir conhecidos e parentes mais pobres para prestarem serviços ligados à alimentação, ao vestuário, aos cuidados com a cavaliária e ao apoio para práticas religiosas. Era com essas pessoas que os governadores partilhavam sua vida no ultramar. Até meados do século XVIII, os governantes designados ao ultramar não podiam contar com a companhia de familiares como esposa e filhos, de acordo com Souza (2011, p. 301).
- 12 Três primeiros fólios, do total de 31, da carta do Morgado de Mateus a seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, em 40 itens. Consultado no original, na Biblioteca Nacional de Lisboa. Cod. 4530, microfilme. p. 362b - fólios. 48r - 64r. Transcrição dos três primeiros fólios: “Illustíssimo e Excelentíssimo Senhor | 1. Tenho a honra de ter entregado a Vossa Excelência | o consideravel Governo desta Capitania de São Paulo,

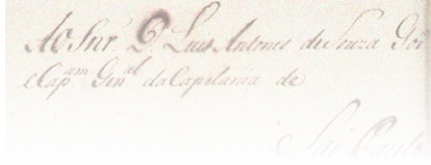




| e ao mesmo tempo me coroo de Gloria, por mever suc- | sedido dehum  
 General em tudo egregio, cheyo de mere- | cimentos, e inteiramente  
 digno de reger oBastaõ des- | te grande Estado. | 2. A elevada Capacida-  
 de, e cla- | rissimo intendimento deVossaExcelência me podia dispençar  
 | destadeligencia, quejulgo desnecessaria ágrande com | prehenção,  
 eactividade, de queVossaExcelência he dotado; mas | obedecendo á  
 Real Ordem deSua Magestade, | que naCarta firmada daSuaReal Maõ,  
 queVossaExcelência | mesmo me entregou, daptada de 2. deJaneiro  
 de | 1775, medetermina, que depois dedar aVossaExcelência apos- |  
 se deste Governo, lhe dê juntamente todas as noticias, | quejulgar por  
 convenientes aoSeuRealServiço, e | juntamente por que VossaExcelên-  
 cia assim o quer, emo recom- | menda; direi com aclareza, e brevidade  
 possivel in- | tendimento cauzas mais importantes, que aomeu in- | ten-  
 dimento seofferecerem, equae aexperiencia dedez | annos deassistencia  
 destaterra metem mostra- | do; em que VossaExcelência será Servido  
 desculparme tudo | aquilo que ou aminha custa inteligencia, ou as pou-  
 cas || [[poucas]] Luzes do meu Limitado discuros, me não deixa- | rem  
 comprehender. | 3. Comecando pelo Negocio mais im- | portante, que  
 actualmente accupa ou cuidados detodos | os Senhores Generais desta  
 parte doSul do Brazil, | qual he a Guerra doRio Grande deSaõ Pedro:  
 Infor- | mo aVossaExcelência, que o meu voto foi antecedentemente a |  
 quelle, que VossaExcelência achara escripto em repetidos Officios. | que  
 ficaõ registados nos Livros da Secretaria deVossaExcelência, | desde  
 aIntrodução Previa, assignada em 8. deAbril | de1772 em diante, dos  
 quais VossaExcelência poderá vêr, quais fo- | raõ os meus pençamentos,  
 e idea sobre esta impor- | tante materia. Porem como Sua Magestade  
 foi | servido ordenar por outro modo adispozição deste serviço, | ese  
 achaõ hoje clara, epositivamente descididos, como | VossaExcelência  
 pode ver das ultimas Reais ordens do mesmo | Senhor, que aVossaEx-  
 celência tenho entregado, não me fica Lu | gar dediscorrer mais sobre  
 estamateria, eSó facili- | taraVossaExcelência os meyo, depoder dar ae-  
 xecução o mesmo, | queSua Magestade tem determinado: Eassim | digo  
 aVossaExcelência, quetodos aquelles Soccorros, queVossaExcelência |  
 quizer mandar destas partes para aProvinciade | Viamaõ, havendo de  
 hir por mar, os podeVossaExcelência fazer | embarcar noPorto deSan-  
 tos, ou ainda noPorto | deParnagua aquelles, quepertencerem àquella  
 || [[quella]] Comarca, por que dos referidos Portos, havendo | munção  
 favoravel, passaõ comfacilidade à Ilha deSanta | Catharia, edahy aVi-  
 la daLaguna, d'onde Continuaõ | aSua Viagem por terra para aquellas  
 partes, pa- | ra ondehouverem deSer destinados os ditos Soccorros. |  
 4. E para aquelles, qu VossaExcelência quizer | mandar porterra, não

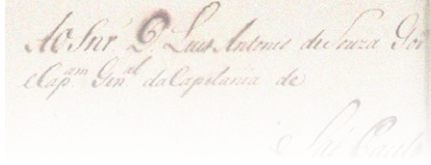
posso dizer mais, doquedar | aVossaExcelência o Itinerario, em queSe-  
declaraõ os Caminhos, | eos Pouzos, que com mais facilidade podem  
seguir | daqui em té aquellaProvincia, sobre oqueVossaExcelência | de-  
terminará aquilo, que lheparecer mais adquado | aoRealServiço. | 5. He  
osegundo aPraca doGuatemy, | sobre a qual não posso aVossaExcelência  
dizer mais que, o que | nos Officios assima referidos já tenho pordiversas  
vezes | explicado, oque agora mostro tambem aVossaExcelência àVis-  
ta | do Máppa, que comenta aVossaExcelência apprezento, em | o qual  
verá Vossa Excelência, que aditaPraça estafundada | muito aproposito,  
para sepoder fazerdiversão | aos Castelhanos por aquellas partes, sevier  
tem- | po, em queSejulgue assim preciza, eparalhes im- | pedir, que elles  
possão retirar as gentes daSuas | Provincias, quetem ao Norte doRio  
daPrata, | com que Costumaõ engrossar, eServir os seus Exercitos [...]"

- 13    Atendendo aos annos deServiço, avançada idade, e moléstiasdeDom  
| Luis Antonio deSouzaBotelho, Coronel deInfanteria: Hey por | bem  
conceder-lhe a sua reforma no Posto deBrigadeiro: OConcelho de |  
Guerra o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos ne-  
cessa- | rios. Palacio de NossaSenhora da Ajuda a trese de Maio de mil,  
setecen- | tos, e noventa e hum. | Rainha. ("Promoção a Brigadeiro", da-  
tado de 13 de maio de 1791. Transcrito a partir do registro consultado  
na versão original no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa.  
Conselho de Guerra, maço 149, decreto 75. "Registado afolha235").
- 14    O terremoto de 1º de novembro de 1755 ocorreu em um sábado, dia de  
Todos-os-Santos. O tremor de terra ocasionou um tsunumi e, ainda,  
uma série de focos de incêndio que destruíram cerca de 5% da popula-  
ção de 200 mil habitantes de Lisboa, no período, mais de dois terços da  
cidade e o equivalente a 75% do PIB português, de acordo com Ramos  
(2009, pp. 362-364).
- 15    Imagem retirada de Maxwell (1995, p. 26), tradução livre da legenda.
- 16    A exportação portuguesa de vinhos ao mercado inglês, assegurada  
pelo "Tratado de Methuen" em 1703, de acordo com Ramos (2009, p.  
367), tornou-se mais vantajosa aos ingleses do que aos produtores de  
vinho, com destaque para região do Douro. A adulteração do produto,  
com o acréscimo de aguardente, fez com que o preço caísse a partir de  
1740. Diante disso, em 1756, o Marquês de Pombal criou a "Companhia  
Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro", pela qual protegia a  
qualidade dos vinhos e tabelava os preços. Criou, com isso, a primeira  
demarcação do mundo de propriedades que poderiam produzir para  
exportação.



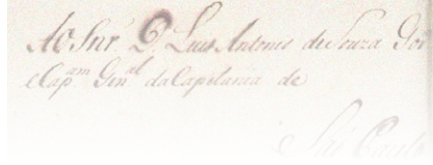
- 17 De acordo com Ramos (2009, p. 371), sobre o episódio, escreveu Voltaire que “o excesso de ridículo e de absurdo juntou-se ao excesso de horror”.
- 18 Oração gratulatória, que pela conservação da vida do *Illustrissimo e Exellentissimo Senhor* Marquez de Pombal, foi recitada na Igreja de Santa Joanna pelo Frei Felis de São José da Ordem do Carmo. Offerecida ao mesmo senhor por Diogo José d’Oliveira Ferreira e Cunha, auditor da Artelharia da Corte Provincia, e Extremadura. Transcrita a partir da cópia manuscrita do século XVIII encadernada em seda vermelha, dourada, contida no *Inventário dos manuscritos Secção XIII*, Coleção Pombalina. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1889. Sob a referência PBA – 11 (s/ microfilme) – Ms. In. 4. de 25 fl.
- 19 “Papeis Satyricos contra o Marquez de Pombal” transcritos a partir dos originais manuscritos, na Biblioteca da Ajuda, sob a referência 50-I-50, fólios 35r, 178r e 178v.
- 20 Trata-se de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769) e Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770), falecidos, portanto, antes dele. De acordo com Maxwell (1995, p. 3), os três irmãos atuaram juntos durante o período de governo do Conde de Oeiras. O quarto irmão, frei Diogo de Carvalho, viveu na Itália e não teve influência política direta.
- 21 O registro, datado de 22 de junho 1752, encontra-se no ANTT, fólios 304r a 305r. Trata da tença, pensão a ser recebida por Dom Luís António como resultado de serviços militares prestados. Apresenta-se, de maneira ilustrativa, apenas o fragmento inicial, em que constam as informações de sua origem. No extrato fac-similar, lê-se o seguinte: [Tença | *Dom Luis Antonio* de | *SouzaBotelho* | *Mouraõ* | *Pedido de avocação* de 58.000 *reiz*] | *Dom Iozeporgraça deDeosRey dePortugal et cetera*Fa | çoSaber aosque esta minha Carta dePadraõ virem | quetença registrada aosSeruiços de*Dom LuisAntónio deSouza*, | *Botelho Mouraõ* filho de*António Botelho Mouraõ* e | *natural* da*freguesia* de*São Verissimo deRibaTamega distrito* | da*Vila* de *Amarantefeitos naProvedoria* de*EntreDouro* | e*Minho* por espaço de 13 annos, e 9 dias emgraça de*Soldado* da*Guarnição doCastello de Saõ Thiago da Bar* | rada *Vila* de*Vianna* [...]
- 22 A tença, no período era uma pensão recebida por mercê régia, de acordo com SILVA (2005, p. 93).
- 23 Informações contidas em um CD organizado pela Casa de Mateus, acerca da Biografia de Dom Luís António de Sousa Botelho Mouraõ.

- 24 Fragmento de carta patente feita em tipografia em Lisboa no ano de 1769, anexa ao documento 2474 (ARRUDA, 2002, p. 389). “DOM LUIZ ANTONIO DE SOUZA | Botelho Mouraõ, Morgado de Matheus, Fidal- | go da Caza de *Sua Magestade*, e do seu Conselho, Senhor | Donatario da Villa de Ovelha do Maraõ, Alcay- | de mor, e Comendador da Comenda de Santa | Maria de Vimiosa da Ordem de Christo, Gover- | nador, e Capitaõ General da Capitania de Saõ Paulo et *cetera*.”
- 25 Óleo sobre tela do terceiro quartel do século XVIII. Casa de Mateus, Inv. 463. Esse quadro de grandes dimensões viajou ao Brasil para a exposição “Da Cartografia do Poder aos Itinerários do Saber” que ocorreu em janeiro de 2014 no Museu Afro Brasil no parque do Ibirapuera.
- 26 Transcrito a partir da edição publicada nos *Documentos Interessantes*. Vol. 19, p. 183.
- 27 Documento transcrito no ANTT, arquivado em códice referente ao “Conselho de Guerra”, maço 123, “Registado a folhas 58” e datado de 17 de junho de 1754. Contém a rubrica do Rei seguida do carimbo oval com brasão, do “REAL ARCHIVO DA TORRE DO TOMBO”.
- 28 Dom José Maria, o 5º Morgado de Mateus, “foi um militar, um diplomata e um editor que alcançou a posteridade pela sua monumental edição de *Os Lusíadas*” (RODRIGUES, 2013, p. 17), tendo, por isso, sua memória mais conhecida entre os portugueses que o pai. Conhecido como “o Morgado de Mateus em Portugal, Dom José Maria escreveu a seu filho um texto de memórias íntimas e recomendações intitulado *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução do meu filho*. As orientações parecem ter sido seguidas, pois Dom José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos alcançou o título de 1º Conde de Vila Real.
- 29 Como os termos morgados e capelas eram usados indiscriminadamente em documentação da época, o livro I, título 62, parágrafo 53 das Ordenações Filipinas os distingue da forma explicada por Silva (2005, p. 12).
- 30 Cúpula desenhada pelo mestre José Álvares Rego em 1750. Fotografia tirada no local.
- 31 Mais detalhes podem ser consultados no site da Casa de Mateus: <<http://www.casademateus.com>>.
- 32 Fotos tiradas no próprio local em outubro/2014.



- 33 Informações disponíveis no site <[http://www.casademateus.com/administradores\\_6.htm](http://www.casademateus.com/administradores_6.htm)>. Consultado em 12 de maio de 2015.
- 34 De acordo com Sousa et al. (2013, p. 299), essa Companhia fora criada na visão de fomento econômico pombalino em 1756, pelo alvará de 10 de setembro, para garantir e promover a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, de modo a limitar o controle dessa atividade pelos ingleses.
- 35 No canto inferior esquerdo, é possível ver a encadernação de luxo de *Os Lusíadas*, feita pelo 5º Morgado de Mateus.
- 36 Em todo o século XVIII os casamentos oficiais eram feitos com testemunhas e com registro escrito, inclusive no Brasil. No entanto, apenas a partir da lei de 6 de outubro de 1784 a união matrimonial tinha de ser “lavrada por tabelião e assinada pelos contraentes e pelos pais, tutores ou curadores” (SILVA, 1986, p. 146).
- 37 A situação de desigualdade feminina fica evidente, segundo Silva (1986, p. 146) nas condições do pacto pré-nupcial, que estabelecia a possibilidade de o homem cancelar o casamento caso a esposa adquirisse má reputação. Já à mulher, esse cancelamento não era autorizado sob circunstância alguma.
- 38 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Maio de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 269).
- 39 Carta escrita em Lisboa e datada de 24 de janeiro de 1766, pertencente ao acervo da Casa de Mateus, sob o registro SICM / SSC 06.01 / SR / Correspondência. Imagem retirada de um CD produzido pelo Arquivo da Casa de Mateus. Carta publicada de forma atualizada por Bellotto (2007b, p. 230). Semidiplomaticamente transcrita da seguinte forma: “Meu amor hé quarta ves que lhe escrevo por este Navio Com | ançia de que algua lhe chegue a Tua mão, e desta mais que de todas desejo | respostas oprimeiro motivo para saber Como tem paSado, que Saudades e Cuidado mortificaõ | tanto, Como saõ testemunhos os meus olhos que passo muito mal delles, eagora Se me mo= | veo outro trabalho Sobre a Quinta do Souto que esta demanda me tem tira= | do Çem annos de Vida, por estar DomLuis em distancia que não pode deser | oque quer, nãoSatisfeito oLuis do Tombo de ConfeSar que hera prazo | torneame aSecrestar orendimento dis que athe fazer oprozao, oque desejo | hé alcançar que me espero athe DomLuis vir, mas athe agora onão te= | nho Conseguido isto me tem deSorte aflita que não posso deser mais | Se athe partir oNavio tiver algua nova minha oavisarei, e Creia Sinto |

- darlhe esta, mas Como desejo avisar Com verdade dequeSe paSa naSua | Caza não poSo deixar de lhe deser tudo a Deus meu amor Lixboa 24 | de Janeiro 1766. | De Quem muito muito o ama | DonaLeonor".
- 40 Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 2 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 219).
  - 41 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 209).
  - 42 A formalidade das declarações amorosas estava ligada ao emprego de recursos poéticos pertencentes ao gênero epistolar dominado por pessoas cultas.
  - 43 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 12 de Janeiro de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 252).
  - 44 Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 9 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 222).
  - 45 Sapato exposto na Sala de Dom Luís António na Casa de Mateus como ilustração da capa de Bellotto (2007b).
  - 46 Item do acervo da Biblioteca da Casa de Mateus.
  - 47 Segundo Moura (p. 29), há iconografia regular dos membros da família, especialmente dos Morgados a partir de 1758, com a Comenda de Santa Maria de Vermiosa. Essa tradição de retratar os administradores da Casa de Mateus, no entanto, parece não ter se estendido a Dona Leonor.
  - 48 O *ethos* é à imagem que o autor constrói de si em seu discurso diante de seu interlocutor. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 220), o conceito já designava a “apresentação de si” e não a pessoa real na tradição aristotélica, em que representava as virtudes morais do orador, como virtude, prudência e benevolência e a dimensão social de representação positiva de seu caráter e tipo social.
  - 49 Auto de Contestação no Processo de Justificações em sua defesa de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, provavelmente da década de 1780. Escrito por Agostinho José Pereira Cardozo, Juiz de fora da cidade de Lamego. Transcrito a partir do original arquivado no Arquivo da Casa de Mateus, sob a referência Caixa 1,8 1160 – Al. 1. Escrito por Agostinho José Pereira Cardozo, juiz de fora da cidade de Lamego. Sem data.
  - 50 Os conceitos de “público” e “privado”, conforme teorizou Habermas (1994), foram redefinidos na sociedade burguesa. Dessa redefinição



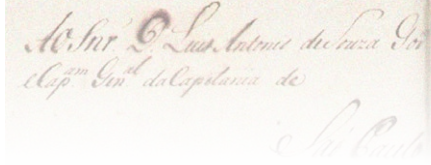
deriva a atitude contemporânea da “chamada ‘família moderna’ caracterizada por ser nuclear, afetiva e bem separada do espaço público” (MONTEIRO, 2001, p. 6). Essa característica não pode ser atribuída à sociedade setecentista, em que os limites entre as esferas do público e do privado não estavam bem delineadas, pois “a clara distinção entre público e privado não era uma marca fundamental e distintiva da realidade portuguesa ainda no início do século XIX.” (Ibidem, p. 8). Como um exemplo, CARDIM (2011, p. 170) cita a refeição do Rei como um ato público, sendo o público aqui entendido como algo associado à publicidade do que era legítimo, oficial e exemplar.

- 51 OFÍCIO do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras, São Paulo, 4 de Dezembro de 1770. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU\_CU\_023-01, Cx. 27, D. 2529.
- 52 O tempo de governo de dez anos do Morgado de Mateus parece longo se comparado ao período previamente estabelecido na época. No entanto, houve governos mais duradouros, como o de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, que governou a capitania do Rio de Janeiro durante trinta anos, de 1733 a 1763.
- 53 Carta enviada a Dona Leonor em 13 de novembro de 1765, publicada em versão atualizada por Bellotto (2007b, p. 213).
- 54 Entende-se que “debuxar” diga respeito tanto ao ato de desenhar quanto o de escrever. Prova disso são os testes caligráficos empregados em que se usa o termo “debuxo” como sinônimo de “produção escrita”.
- 55 De acordo com Bellotto (2007a, p. 54), a região de Trás-os-Montes engloba a Serra do Marão e a do Alvão em forma de triângulo formado pelo curso dos rios Douro, Tâmega e Tinha, em cujo ponto central encontra-se Vila Real. O isolamento geográfico e o clima seco e rigoroso teriam tornado o homem transmontano um forte, bravo, franco e sincero, dotado de coragem, inteligência e robustez. Essas características costumam descrever o Morgado de Mateus por suas atitudes de persistência.
- 56 “O documento é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente” (LE GOFF, 1984, p. 103).



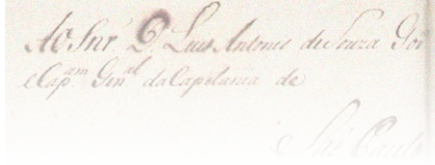
- 57 Em detrimento das diversas grafias do nome do Morgado de Mateus, estabeleceu-se neste trabalho “Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão”, de acordo com a documentação pesquisada no Arquivo da Fundação da Casa de Mateus e com trabalhos mais detidos sobre sua biografia, por exemplo Bellotto (2007b, p. 7).
- 58 *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (1896, pp. 282 a 284).
- 59 Conforme Bellotto (2014, p. 430).
- 60 Entende-se “fé pública”, de acordo com Bellotto (2002, p. 13), como a legitimação atribuída aos documentos oficiais por serem emanados de autoridades supremas (delegadas ou legitimadoras) e submetidos à sistemática imposta pelo Direito vigente. É a fé pública “que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade de imposição e utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito” (BELLOTTO, 2014, p. 364).
- 61 Trata-se de um conceito empregado nos estudos diplomáticos, em detrimento do conceito “gênero”, seguido a partir dos pressupostos do círculo de Bakhtin e comumente usado em trabalhos de análise discursiva. O conceito de “gênero” parte do princípio de que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana.” (BAKHTIN, 2003, p. 261). A premissa bakhtiniana de que a variedade dos gêneros do discurso é infinita por estar atrelada à inesgotabilidade das potencialidades humanas conduziu à catalogação de cerca de 4000 gêneros, de acordo com Marcuschi (2003, p. 29). Tanta variedade deve-se ao fato de os gêneros representarem “entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa.” (MARCUSCHI, 2002, p. 92).
- 62 De acordo com Bellotto (2002, p. 27), “espécie documental” é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.
- 63 A espécie documental representa “o objeto da Diplomática” (BELLOTTO, 2014, p. 365), como o molde “que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial” (BELLOTTO, 2002, p. 27).





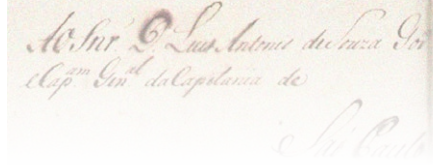
- 64 Em oposição à linguagem formulaica diplomática, com padrões linguísticos estáveis e pré-determinados.
- 65 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência C00420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 96r. 20-nov-1765, Lisboa. Embora o termo “Carta familiar” tenha sido usado na redação dos verbetes dos documentos 3 e 6 (ARRUDA, 2002, p. 353, 355) por ser um termo do período setecentista, optou-se por usar apenas “Carta” por não ser apresentada a espécie documental “Carta familiar” nos manuais de termos diplomáticos consultados (ARRUDA, 2000; BELLOTTO, 2002; MARTINHEIRA, 2000).
- 66 Informações contidas nas páginas não numeradas, destinadas à “Instrucção Preliminar” do Manual *O Secretario Portuguez*.
- 67 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 26, D. 2466. São Paulo, 06-mar-1769.
- 68 Documento com dois fólios. O fólio 1r vem à esquerda e 1v à direita do leitor.
- 69 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência C00420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 101r e 101v. Lisboa, 22-mar-1765.
- 70 Informações contidas nas páginas não numeradas, destinadas à “Instrucção Preliminar” do Manual *O Secretario Portuguez*.
- 71 Conforme Chartier (2014, p. 9).
- 72 De acordo com Bellotto (2014, p. 398), a sociedade colonial brasileira em relação ao governo nos anos do Morgado de Mateus, poderia ser comparada a uma pirâmide em cujo ápice estaria o Rei. Seguiriam-se as autoridades metropolitanas representadas pelo Conselho Ultramarino, Secretarias de Estado e Tribunais. Abaixo, as autoridades delegadas na colônia, cuja posição mais elevada seria a de Vice-Rei. A seguir, os governadores das Capitânicas Gerais e os das Capitânicas Subalternas. Paralelamente, na esfera da Justiça, haveria a Relação da Bahia e a do Rio de Janeiro com seus chanceleres, juizes, ouvidores, procuradores escrivães e autoridades menores. Na área militar, os regimentos e tropas de linha, seguindo-se as tropas auxiliares (milícias) e as companhias de ordenança com seus oficiais, suboficiais e soldados. Nas finanças, as Juntas da Fazenda e as Intendências com seus conselheiros, fiscais, meirinhos e outros oficiais. Na esfera eclesiástica, bispos, capitulares, vigários e clérigos. Nas Câmaras Municipais, vereadores, escrivães e

- procuradores. Por fim, na base da pirâmide, os súditos: reinóis e os colonos.
- 73 O alvará de 28 de Julho de 1736 marca a emergência da configuração moderna do governo do Reino, tendo provocado um progressivo apagamento da influência do Conselho de Estado e a derivação do exercício do poder desta instituição para as Secretarias de Estado. (RODRIGUES, 2007, p. 216).
- 74 Cabe mencionar que “os Conselheiros, não obstante a força que lhes emprestava a Coroa, viam-se preteridos, muitas vezes, por interferência direta de outras autoridades régias ou integrantes da classe mercantil, a quem interessava interpor-se entre os negócios coloniais e as resoluções régias. Em contrapartida, a acumulação de serviço, a morosidade, frequentemente propositada, os pedidos de vistas, os novos pareceres etc, faziam com que, em geral, no Conselho Ultramarino, os pleitos coloniais esperassem cerca de dois ou três anos até que se obtivessem soluções” (BELLOTTO, 2014, p. 378).
- 75 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência C00420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 69r 69v. Lisboa, 16-nov-1770.
- 76 De acordo com Wehling (1986, p. 45) e Martins (2007, p. 11), dentre esses órgãos destaca-se o “Conselho de Estado”, estabelecido e regulamentado na segunda metade do século XVI. Foi reduzido no governo de Dom João V (1707-1750) e reavivado no de Dom José, com a nomeação dos Secretários de Estado e de mais cinco membros. Além disso, havia o “Conselho da Fazenda”, que geria os recursos brasileiros, e a “Mesa da Consciência e Ordens”, que exercia jurisdição nos assuntos eclesiásticos e sobre as três ordens militares: Cristo, Avis e Santiago. Menciona-se também a “Casa da Suplicação” como o tribunal do domínio judicial; o “Desembargo do Paço”, como comando dos ouvidores, espécie de juízes locais; o “Conselho de Guerra”, como superintendente dos assuntos militares; o “Tribunal da Bula da Cruzada”, vendedor de indulgências; e a “Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegações”, estabelecida em 1755 e responsável pelos trâmites com que fora nomeada.
- 77 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 26, D. 2466. São Paulo, 06-mar-1769.
- 78 “O grande mentor da criação das Secretarias de Estado foi o Cardeal da Mota que, seguindo a influência francesa, dirigiu ao monarca uma carta de 23 de Maio de 1736, alertando para a necessidade da criação



- de três secretarias de Estado: a do Reino, a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e a da Marinha e Domínios Ultramarinos” (RODRIGUES, 2007, p. 217).
- 79 De acordo com Rodrigues (2007, p. 244), era da competência da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos administrar todo o território ultramarino sob a jurisdição portuguesa (dos Estados da Índia, Brasil, ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde e fortalezas na África) nos domínios da justiça, fazenda régia e comércio, o que incluía a nomeação de Vice-Reis, Governadores e Capitães-Generais.
  - 80 O conceito de “tempo administrativo” entrou para os estudos brasileiros a partir dos estudos da Professora Heloísa Liberali Bellotto, adaptando-o de Georges Durand como “a duração temporal de um processo decisório, isto é, o tempo que transcorre desde a emanção de uma ordem real e o seu conhecimento pelos súditos ou autoridades delegadas a quem se destina” (BELLOTTO, 2014, p. 392).
  - 81 “As notícias tardavam: cinquenta e um dias se o navio chegasse logo, mais de oitenta caso demorasse por causa de pouco vento, tempestade ou pirataria.” (SOUZA, 2011, p. 318).
  - 82 Carta enviada da Vila de Santos a Mateus (Vila Real), datada de 25 de dezembro de 1765.
  - 83 Carta enviada da Vila de Santos a Mateus (Vila Real), datada de 02 de janeiro de 1766.
  - 84 Apesar dos esforços do Morgado de Mateus, foi apenas pelo alvará de 20 de janeiro de 1798 que se instaurou o sistema postal brasileiro.
  - 85 Carta enviada da Vila de Santos a Mateus (Vila Real), datada de 25 de dezembro de 1765.
  - 86 Carta enviada de Mateus (Vila Real) à capitania de São Paulo, datada de 29 de Julho de 1766.
  - 87 Carta enviada de Mateus (Vila Real) à capitania de São Paulo, datada de 29 de Julho de 1766.
  - 88 Nos fundos pesquisados, há diversas correspondências datadas de um mesmo dia.
  - 89 Embora não seja o escopo deste trabalho, as correspondências produzidas por funcionários de menor escalão e por cidadãos comuns constituem *corpora* interessantes para analisarem-se as relações intersub-

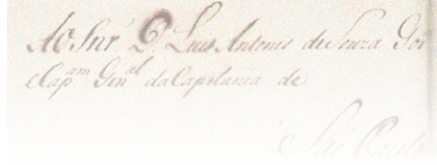
- jetivas e as posições ideológicas. A exemplo da documentação oficial estudada, esses testemunhos de menor destaque histórico contêm igualmente marcas de avaliatividade muito interessantes e que podem prestar-se a análises discursivas mais aprofundadas.
- 90 Informação transmitida, gentilmente, em encontro de orientação.
- 91 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 67r. Lisboa, 23-ago-1770.
- 92 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 54r. Lisboa, 15-dez-1768.
- 93 Feitos em tafetá de seda com inscrição impressa a preto “Por El Rey | Ao Governador e Cappitam Genaral | da Cappitania de S. Paulo e seu Conselho | 1ª Via.” ACM – Inv. 323; 324.
- 94 Cartulário 169 do APESP, COO420, fólios 10r a 13v.
- 95 O detalhamento do manuseio no instrumento da escrita foi descrito da seguinte forma: “A primeira cousa em que os Mestres devem instruir aos principiantes, he o pegarem bem na penna; porque nisto está o tomarem bem o cóрте das letras, e disposição para escreverem [...] Que o tinteiro esteja à parte, e não fora; como também o largar da penna não seja emcima do bofete, nem metendoa na boca, mas em o tinteiro. Que o papel esteja com o braço, porque assim se escreve direito: a costa da mão não esteja deitada, mas a palma della inclinada ao papel, para que a penna fique direita. Que assentando-se a mão com a penna para escrever, não ha de ser com os dedos de todo estendidos, nem de todo curvados, mas entre estes dous extremos; porque para se fazerem as hastes posteriores se estendem, e para as inferiores se curvão.” (FIGUEIREDO, 1722, p. 13).
- 96 Muitos manuais retratam a prática da escrita como uma atividade que exigia muito esforço, de acordo com o conceito de que “*Scribere* exige um esforço muscular considerável: dos dedos, do punho, da vista, das costas: o corpo inteiro participa, até a língua, pois tudo parece pronunciar-se” (ZUMTHOR, 1993, p. 100).
- 97 Informações contidas nas páginas não numeradas, destinadas à “Instrucção Preliminar” do Manual *O Secretario Portuguez*.
- 98 “O secretário, ao possuir o domínio do discurso escrito e dos segredos era considerado um dos principais serventes.” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 94).
- 99 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos



- avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 23, D. 2254. Vila de Santos, 03-set-1765.
- 100 A figura do deus romano de Jano é também associada ao princípio das decisões e escolhas, característica fundamental à prática escrita exercida por um Secretário.
  - 101 Informações contidas nas páginas não numeradas, destinadas à “Instrução Preliminar” do Manual *O Secretario Portuguez*.
  - 102 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 96r. Lisboa, 20-nov-1765. - Linha 17: “Mayor amigo e mais fiel *Captivo de VossaSenhoria*”.
  - 103 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de manuscritos. Coleção Morgado de Mateus. Referência MS – 553 (10); Fólio 78r. Oeiras, 02-mar-1769. Linha 26: “Mais fiel amigo e *Captiuo de VossaSenhoria*”.
  - 104 Fragmento retirado do documento datado de 29 de junho de 1762, número 358, Manuscritos da Livraria, do Arquivo da Torre do Tombo.
  - 105 Fac-símile da carta do Conde de Oeiras ao filho sobre as 8 inspeções que realizara no tempo de Dom José I, escrita em Pombal, em 12 de julho de 1777. Biblioteca Nacional de Lisboa. Seção de Reservados, Manuscritos, n. 40. PBA 695, p. 230-231. Publicada por Barreto (1982, p. 34).
  - 106 Certidão autógrafa do Secretário Tomás Pinto da Silva, datada de 8 de outubro de 1772, comprovando a autenticidade e fidedignidade das cópias feitas a partir de documentos originais na Secretaria da capitania de São Paulo. Cartulário 169, fólio 3v, CO0420, APESP.
  - 107 Carta patente redigida pelo escrivão Pedro Martins Coimbra, sob o controle do Secretário Tomás Pinto da Silva. Anexa ao documento 2340 (ARRUDA, 2002, p. 368).
  - 108 Fragmento de carta patente feita em tipografia em Lisboa no ano de 1769, anexa ao documento 2474 (ARRUDA, 2002, p. 389), em que se encontra a nota autógrafa do Secretário Tomás Pinto da Silva “Thomas Pinto da | Silua SeCretario do Gouerno a fes esCreuer”.
  - 109 Caligrafia do escrivão Estevão Luiz Corrêa e, à direita do leitor, caligrafia do escrivão Francisco Monteiro da Silva e nota autógrafa do Secretário Joaquim Miguel Lopes de Lavre. Tomás Pinto da Silva acompanhou os dez anos do governo do Morgado de Mateus e, após esse período, permaneceu no Brasil e recebeu a mercê de “Secretário do Estado do Rio de Janeiro” em setembro de 1775. Tomou posse do cargo em 21

de junho de 1776 para trabalhar junto ao então Vice-Rei, Dom Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio. Segundo Conceição (2013, p. 132), o Vice-Rei desaprovou o novo Secretário, escrevendo ao Marquês de Pombal que além da idade avançada de 72 anos, Tomás Pinto da Silva não tinha instrução e nem inteligência para um emprego tão importante (Fragmento transcrito a partir de Conceição (2013, p. 132) “Devo porem pôr na presença de VossaExcellencia | que este homem alem de ter a idade de 72 annos não tem nem ins | trução, nem aquella inteli-gencia precisa para hum emprego taõ importante.”, retirado da carta ao 2º Marquês do Lavradio ao Marquês de Pombal, Rio de Janeiro, 18 de junho de 1776. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 100, D. 8579).

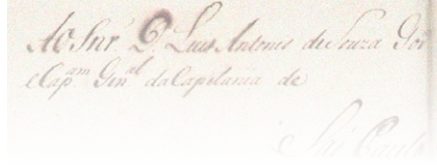
- 110 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 25, D. 2413. São Paulo, 20-jun-1768.
- 111 Atestado idiógrafo do Secretário Tomás Pinto da Silva, grafado pelo es-  
crivão Pedro Martins Coimbra. Anexo ao documento 2422 (ARRUDA,  
2002, p. 381).
- 112 De acordo com Capellini et al. (2008, p. 56), a coordenação motora fina se-  
ria a função empregada para cumprirem-se atividades minuciosas, coor-  
denando-se os olhos e as mãos, por exemplo. Em oposição, a coordenação  
motora grossa seria a que exige o uso dos músculos maiores do corpo.
- 113 Mesmo em correspondência particular, refere-se a isso: “Aqui se não  
faz outra coisa mais que escrever e ver papéis. O despacho que é gran-  
de não me fica de um dia para o outro: tudo corre pela minha mão,  
porque não me fio de ninguém, nem tenho pessoas hábeis, exceto o  
Secretário que me parece bem intencionado, e o Ouvidor, com quem  
me dou bem, um Ministro prudente, reto, desinteressado e zeloso do  
serviço d’El-Rei, visto pelo que até agora tem mostrado.” Carta de Dom  
Luís, de 2 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 219).
- 114 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos  
avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 23, D.  
2254. Vila de Santos, 03-set-1765.
- 115 Idem.
- 116 Ainda que sejam produções burocráticas, visando precipuamente à  
transmissão do conteúdo, a grafia empregada nos documentos pro-  
duzidos pela Secretaria de Governo do Morgado de Mateus é sempre  
bastante regular e legível. Além da garantia de transmissão eficiente da



- informação, o traçado regular legitima o conteúdo que propaga. Dessa forma, não se observa a escrita rápida e descuidada encontrada em minutas e borrões do período, a exemplo dessas figuras.
- 117 Fac-símiles seguidos da respectiva transcrição justalinear.
  - 118 De acordo com Villalta (1999, p. 29), a representação medieval de sociedade contava com a divisão de três estados dentro do povo, os chamados “estados limpos” diferiam-se dos “estados vis”, composto por aqueles que exerciam ofícios mecânicos.
  - 119 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 67r. Lisboa, 23-ago-1770.
  - 120 Informações do site: <<http://ww1.genealogiabrasileira.com/>>.
  - 121 Informações do site <<http://ww1.genealogiabrasileira.com/>>.
  - 122 Informações do site <<http://www.arvore.net.br/Paulistana/CosCabrais.htm>>.
  - 123 Informações do site <[http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos\\_1.htm](http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos_1.htm)>.
  - 124 Informações do site <<http://www.geni.com/people/Jos%C3%A9-Bonif%C3%A1cio-Ribas/6000000017739614596>>.
  - 125 O termo “agência” é empregado pela autora Borrego (2010, p. 6) para designar de modo genérico a prática do ramo de negócio mercantil empreendido na capitania de São Paulo no século XVIII. Por extensão dos “agentes”, essa escolha deu-se pelo interessante fato de não haver o termo “comerciante” em documentação coeva.
  - 126 Teria sido batizado na casa de Maria Tomás após oito dias de seu nascimento, em 22 de maio de 1729. Arquivo Histórico de Jundiaí, Livro n. 1., Batismos Parnaíba, fls. 51v). Informação disponível em <<http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/cof/cofn21.htm>>.
  - 127 Informações do site <<http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/cof/cofn09.htm#2011>>.
  - 128 Ofício de número 31, catalogado por Arruda (2002, p. 379) como 2408, enviado do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras.
  - 129 Os exercícios de caligrafia encontram-se em anexo ao documento 2408 (ARRUDA, 2002, p. 379).
  - 130 Exercício caligráfico de António de Lacerda, anexo ao documento 2408

- (ARRUDA, 2002, p. 379).
- 131 A necessidade de analisar a veracidade dos documentos para se acatar ou não o seu conteúdo surgiu no início da Idade Média. Nesse período, organizou-se, por exemplo, um sistema de abreviar palavras a fim de se copiarem mais rapidamente os discursos pronunciados no Senado Romano. Posteriormente, houve a necessidade de se estudarem minuciosamente documentos de comprovação de posse de propriedades abandonadas durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), ocorrida entre protestantes e católicos na Alemanha. Desde então, emprega-se a Paleografia como instrumento de perícia forense, ciência auxiliar da Justiça. A primeira cadeira de Paleografia surgiu na Universidade de Bolonha em 1765. No Brasil, no início do século XX, os estudos paleográficos desenvolveram-se graças à iniciativa particular de historiadores. Apenas em 1952 a Paleografia foi introduzida na Universidade de São Paulo como disciplina no curso de História.
  - 132 A ingenuidade documental trabalha as diferentes lições de um documento, nas vias dos originais e suas cópias, de acordo com Spaggiari e Perugi (2004, p. 19). Conta-se, para isso, com a colação de alguns exemplares documentais com mais de um testemunho.
  - 133 Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 2 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 219).
  - 134 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 242).
  - 135 Carta de Dom Luís António à esposa, datada de, de 9 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 222).
  - 136 Apesar da perspectiva adotada, deve-se citar o registro de um possível relacionamento extraconjugal do Morgado de Mateus no Brasil. De acordo com Gallut-Frizeau (2015, p. 61), ele teria tido um filho brasileiro, Dom José Maria do Carmo de Sousa de São Paulo e Minas. Em nota, a autora afirma que o mesmo nome dado ao filho legítimo português e ao ilegítimo, brasileiro, levaria os historiadores a confundi-los. A autora indica que quem primeiro teria feito a distinção teria sido Mattos (1930). Entretanto, essa referência indicada pela autora não foi encontrada na consulta às 68 páginas da obra a que se refere. Caso tenha de fato existido, o filho ilegítimo, somado à Teresa de Jesus Maciel (filha que ele tivera antes de seu casamento), teria contribuído para o fim de seu casamento com Dona Leonor. Considera-se que essa possível prova de um relacionamento no Brasil logo nos primeiros anos de seu



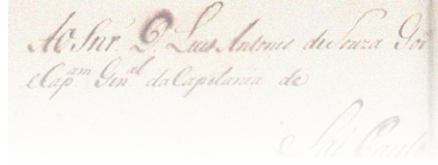


governo (o filho ilegítimo teria cerca de 9 anos a menos do que o homônimo português) não teria alterado sua visão crítica sobre as relações na colônia e, sobretudo, não teria alterado sua postura de dedicação à esposa em Portugal. Sobre este tópico, agradecemos as orientações do Dr. Abel Rodrigues, responsável pela publicação da “Coleção editorial Casa de Mateus - Estudos & Manuscritos”, em que se reeditou a obra citada de Anne Gallut-Frizeau.

- 137 Ofício do Morgado de Mateus, ao Marquês de Pombal, mostrando a necessidade de melhorar os costumes da capitania de São Paulo, onde a ociosidade, a vadiagem e o luxo eram, segundo ele, os piores males. Escrita no dia 31 de janeiro de 1768, em São Paulo. Trata-se do documento 2380 do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, conforme Arruda (2002, p. 374).
- 138 Carta do Segundo Marquês do Lavradio ao Conde de Prado. Escrita na Bahia em 21 de julho de 1768. Publicada por CONCEIÇÃO (2013, p. 221).
- 139 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 236).
- 140 Costuma-se dizer que o conceito de saudade é restrito aos falantes de Português. Como prova desse pensamento, menciona-se o seguinte fragmento: “Nenhuma palavra traduz satisfatoriamente o amálgama de sentimentos que é a saudade. Seria preciso nos outros países a elaboração de um conceito que também amalgamasse um mundo de sentimentos em apenas um termo” (ORICO, 1948, p. 12).
- 141 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 14 de Outubro de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 285).
- 142 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 23 de Abril de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 234).
- 143 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 209).
- 144 Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 2 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 221).
- 145 Essa força manifesta-se de forma ainda mais contundente nos anos posteriores ao retorno do marido a Portugal, quando dele distanciou-se deliberadamente em detrimento de seu *ethos* frente ao escândalo relatado em diversas correspondências do Arquivo da Fundação da

Casa de Mateus.

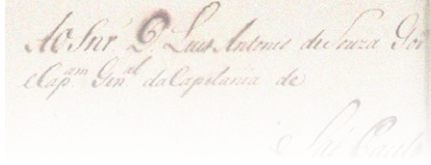
- 146 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 13 de Agosto de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 247).
- 147 Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 13 de Novembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 214).
- 148 Carta de Martinho de Melo e Castro ao Morgado de Mateus. Lisboa, 20 de novembro de 1772 (AHU, Lisboa, São Paulo, doc. 2611), de acordo com Bellotto (1979, p. 58).
- 149 “Substituição de Dom Luís António e nomeação de Martim Lopes Lobo de Saldanha”. Documento datado de 5 de janeiro de 1775. Transcrito a partir do registro consultado em cartulário com capa de tecido cinza no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. Livro 78, fólios 275v – 276r.
- 150 Fragmento da carta datada de 21 de junho de 1775, enviada por Martim Lopes Lobo de Saldanha ao Vice-Rei, o Marquês do Lavradio. Transcrita a partir da publicação dos Documentos interessantes. Vol. 42, p. 5.
- 151 Carta de D. Luis António para seu filho D. José Maria do Carmo. Vila Real, 18 de julho de 1781. Transcrita a partir do original arquivado sob a referência Caixa 1,8 - CT 1160 Al. 1 no Arquivo da Casa de Mateus.
- 152 “Os familiares do Santo Ofício exerceriam um papel auxiliar nas atividades da Inquisição, atuando principalmente nos sequestros de bens, notificações, prisões e condução dos réus [...] eram representantes do Tribunal.” (CALAINHO, 2006, p. 78).
- 153 Fragmento transcrito no *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus* a partir do documento privado *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução do meu filho* (Tomo I, fl.12).
- 154 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 13 de Agosto de 1766 (BELLOTTO, 2007, p. 247).
- 155 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 240).
- 156 Pelo excerto, pode-se interpretar que a busca pela perfeição no que diz respeito ao catolicismo é definida na última sentença com o atributo de apreciação “perfeita” intensificado pela gradação de força “mais”, que resume a descrição que antecede, especialmente o superlativo expres-



sando a apreciação positiva “lindíssimo”.

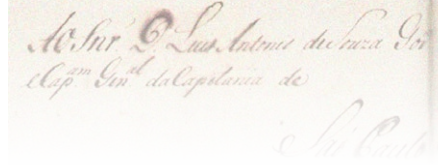
- 157 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 13 de Maio de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 252).
- 158 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 242).
- 159 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 242).
- 160 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 210).
- 161 Convento de Santa Cruz do Buçaco, da Ordem dos Carmelitas Descalços.
- 162 Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 211).
- 163 Relicário obtido em Roma, em prata relevada, incisa e recortada apresentando uma câmara oval com fragmentos ósseos de São Tomé e São Tiago Menor, legendados em papel. Casa de Mateus - Inv. 215. Imagem obtida no *CD Casa de Mateus* (2005).
- 164 Relicário em prata fundida e cinzelada; cera fundida e moldada, com manuscrito de Santo Inácio de Loyola, com assinatura autógrafa no verso e, na frente, um *Agnus Dei*. Casa de Mateus - Inv. 216. Imagem obtida no *CD Casa de Mateus* (2005).
- 165 O corpo é mumificado e a cabeça, feita em resina por o santo ter sido decapitado. Comprado por Diogo Álvares Mourão, o Santo Arcediago, que o obteve em Roma em 1704. A relíquia, com atestada autenticidade (SICM/SSC 04.01/DC/CERT. AUTENTICAÇÃO), foi oferecida ao seu irmão Matias Álvares Mourão, o Morgado da Prata. Faz parte da Casa de Mateus - Inv. 521. Imagem obtida no *CD Casa de Mateus* (2005).
- 166 Escrita em 15/08/1792 para que fossem tocadas quando trovoasse. Manuscrito sobre papel 1fólio de medidas 206mm X 307mm. Arquivo da Casa de Mateus – SICM/SSC 06.01/SR/DECL. DÍVIDA. Imagem obtida no *CD Casa de Mateus* (2005).
- 167 Registro Civil do Distrito de Vila Real. Livro de Óbitos. 1789-1833, fólio 19v.
- 168 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 4r e 5r.

- 169 “A colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1678, à beira do Prata, em frente de Buenos Aires, fora, desde essa época, origem de constantes dissensões com a Espanha.” (AZEVEDO, 2009, p. 19).
- 170 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 4r e 5r.
- 171 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 4r e 5r.
- 172 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 92r a 93v. Lisboa, 20-nov-1765.
- 173 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 4r e 5r.
- 174 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 92r a 93v. Lisboa, 20-nov-1765.
- 175 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 92r a 93v. Lisboa, 20-nov-1765.
- 176 Idem.
- 177 Idem.
- 178 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 128r. Lisboa, 22-jul-1766.
- 179 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 24r. Lisboa, 30-jul-1766.
- 180 Os demais governantes ultramarinos seguiam os mesmos preceitos acerca dos jesuítas. Por exemplo, “Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro e comandante das forças portuguesas de ocupação dos Sete Povos [na guerra guaranítica], veio a afirmar: ‘Se esses ‘santos padres’ não forem expulsos do país, não encontraremos senão rebeliões, insolências e desventuras.” (RAMOS, 2009, p. 361).
- 181 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 24, D. 2347. São Paulo, 1-nov-1767.
- 182 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 27, D. 2569. São Paulo.



- 183 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 124r. Lisboa, 21-jul-1766.
- 184 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 24r. Lisboa, 30-jul-1766.
- 185 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 2r. Lisboa, 14-out-1773.
- 186 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 68r. Lisboa, 28-ago-1770.
- 187 De acordo com Correia (1929), o “Tratado de Methuen”, assinado em 17 de Dezembro de 1703, Portugal só podia vender vinho do Porto à Inglaterra e só teria de comprar os têxteis britânicos.
- 188 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023, Cx. 5, D. 344. São Paulo 22-fev-1769.
- 189 Idem.
- 190 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023, Cx. 5, D. 344. São Paulo 22-fev-1769.
- 191 De acordo com Azevedo (2009, p. 11), os seis anos em que o Conde de Oeiras trabalhou em Londres foram decisivos para a sua formação de estadista. Embora tivesse trabalhado lá, não concordava com as práticas inglesas em prejuízo da economia de Portugal. Pode-se, pois, dizer que “ali o seu espírito acabou de se formar, e nele se depositaram as sementes, que mais tarde haviam de germinar em vastos planos de fomento económico.” (AZEVEDO, 2009, p. 43).
- 192 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 25, D. 2376. São Paulo, 29-jan-1768.
- 193 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 23, D. 2241. Vila de Santos, 19-ago-1765.
- 194 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência CO0420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 145r e 145v. Lisboa, 22-jul-1766.
- 195 Idem.

- 196 Idem.
- 197 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 101r e 101v. Lisboa, 22-mar-1765.
- 198 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e artas Régias; Códice 169; Fólio 101r e 101v. Lisboa, 22-mar-1765.
- 199 Idem.
- 200 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 149r e 149v. Lisboa, 22-jul-1766.
- 201 Idem.
- 202 Como o Morgado de Mateus tinha formação militar, sua política de governo pôde contar com a preparação bélica da população local, ar-regimentando tropas de milícias ou de ordenança, sobre as quais era constantemente cobrado. Tendo cumprido as metas propostas por seus superiores, em 1767 tinha sob as bandeiras 1404 cavalarianos e 2600 infantes, além de ordenanças, companhias de pardos e tropa de índios, o que representava “mais de 6000 homens mobilizados dentro de uma população que escassamente alcançaria cem mil almas!” (TAUNAY, 2003, p. 125). Os resultados militares devem-se, além do trabalho de campo, aos discursos, responsáveis pelas relações de dominação e pelas assimetrias de poder das comunicações.
- 203 Documento enviado do Rei Dom José I ao Morgado de Mateus, datado de 10 de julho de 1766. Encadernado no cartulário 170 do APESP, fólio 156r.
- 204 Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU\_CU\_023-01, Cx. 23, D. 2250. Vila de Santos, 27-ago-1765.
- 205 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 145r e 145v. Lisboa, 22-jul-1766.
- 206 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 135r. Lisboa, 21-jul-1766.
- 207 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 145r e 145v. Lisboa, 22-jul-1766.
- 208 Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 149r e 149v. Lisboa, 22-jul-1766.



- 209 Comprova-se essa hipótese pela guarda atual dos documentos: o cartulário do APESP foi o que permaneceu na capitania para seus sucessores. A versão arquivada na BNRJ foi a que levou para seu cartório pessoal em Mateus, lá permanecendo sob guarda da família desde seu retorno, em 1775, até 1958, quando o cartulário retornou ao Brasil, conforme descrito no item sobre os Arquivos. Além do cuidado com a documentação que recebia de Portugal, a que produzia em seu governo também era cuidadosamente remetida. Prova disso é a manutenção até os dias atuais dos manuscritos, muitos em duas vias, por ele assinadas no AHU.
- 210 Sendo a documentação escrita enviada da metrópole à colônia a principal via de comunicação do governo central português com o Brasil, infere-se que as “fórmulas preestabelecidas.” (BELLOTTO, 2002, p. 35) pelos padrões diplomáticos possam conter discursos que ultrapassem as esferas do administrativo e do governamental. Afinal, “embora subordinado a regras de formulário, o estilo [dos] documentos é variável. Amolda-se às circunstâncias e à natureza das relações que existem” (SAMPAIO, 1984, p. 183).

Este livro analisa, a partir da História e da Filologia, a correspondência administrativa oficial manuscrita trocada entre a metrópole portuguesa e a capitania de São Paulo no período pombalino, quando Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, atuou como Governador e Capitão-General.

